



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VITÓRIA STEPHANI DE OLIVEIRA COSTA TEIXEIRA

**QUÃO BRANCO AS COISAS E OS LUGARES SÃO? : UMA ANÁLISE SOBRE A
EXPOSIÇÃO CEARÁ: HISTÓRIA NO PLURAL**

FORTALEZA

2024

VITORIA STEPHANI DE OLIVEIRA COSTA TEIXEIRA

QUÃO BRANCO AS COISAS E OS LUGARES SÃO? : UMA ANÁLISE SOBRE A
EXPOSIÇÃO CEARÁ: HISTÓRIA NO PLURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Borges Leão

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T27q Teixeira, Vitória Stephani de Oliveira Costa.
Quão branco as coisas e os lugares são? : uma análise sobre a exposição Ceará: História no Plural /
Vitória Stephani de Oliveira Costa Teixeira. – 2024.
112 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Andréa Borges Leão.
1. Museu do Ceará. 2. Exposição. 3. Identidade . 4. Racialidade. I. Título.

CDD 301

VITORIA STEPHANI DE OLIVEIRA COSTA TEIXEIRA

**QUÃO BRANCO AS COISAS E OS LUGARES SÃO? : UMA ANÁLISE SOBRE A
EXPOSIÇÃO CEARÁ: HISTÓRIA NO PLURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 28/11/2024

BANCA EXEMINADORA

Prof.^a Dra. Andréa Borges Leão
(Universidade Federal do Ceará)

Prof.^a Dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira
(Universidade Federal do Ceará)

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino
(Universidade Federal do Ceará)

Ao meu avô, José Ivo, que veio antes, abriu os caminhos, plantou as sementes, acreditou na Educação, tudo isso, nos trouxe até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a mim mesma por chegar até aqui, pois foi necessário vencer muitos obstáculos pessoais, em especial, a partida do meu avô, Seu Zequinha. Sua ida foi um momento muito difícil que reverberou na conclusão do curso do mestrado, assim como na escrita da dissertação.

Agradeço também a minha família, na figura do meu amor, Márcio Henderson, por sua dedicação, paciência e lealdade, que tornaram esse caminho muito mais leve, a minha mãe, Lúcia, por suas palavras de fé, motivação e orações, a meu irmão, Gustavo, pelas trocas sobre o universo acadêmico, a minha tia, Joana, pela compreensão e apoio, a minha cunhada, Lilian, pela gentileza e organização, a minha avó, Edith, por sua sabedoria, longevidade e inteligência.

As minhas amigas, Ana Clara, Ana Paula, Luiza Rosendo, Taciana Santos, Yara Marques e Yara Bruna, mulheres que vivenciam ou vivenciaram o mundo acadêmico, e estão sempre dispostas a ajudar, escutar, a dizer palavras gentis e positivas, a ler e conversar sobre o minha pesquisa. A torcida e a participação de vocês também foram essenciais nesse processo. Vocês são minhas referências e sou muito grata pela existência de cada uma.

Ao meu amigo de turma, Dyego Eduardo pelas conversas, almoços no restaurante universitário e risadas, o percurso foi muito mais leve devido sua companhia.

Aos meus interlocutores, Romeiro, Cristalina e Muvunge que trouxeram tantas camadas para este trabalho. Em cada uma das entrevistas pude ser agraciada com suas memórias e opiniões, o que enriqueceu não só minha pesquisa, mas o meu eu pesquisadora e este trabalho também.

Ao Museu do Ceará, instituição que me recebeu por mais de uma vez, e que sem a mesma esta pesquisa não existiria.

Aos museólogos do Museu de Arte da UFC, Graciele Siqueira e Saulo Moreno Rocha, que desde a graduação me inspiram a pensar sobre o museu e suas múltiplas e complexas camadas.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação que contribuiu com minha formação acadêmica e profissional.

A minha orientadora, professora Andréa Borges Leão, a aos professores de banca de qualificação e defesa, professora Maria Gerciane e professor Antonio George. A leitura cuidadosa e crítica, assim como as sugestões para este trabalho o tornaram muito melhor.

A toda a Universidade Federal do Ceará, em especial ao servidores e servidoras, da secretaria do curso de Pós-Graduação em Sociologia, das bibliotecas e do restaurante universitário. Muito obrigada pelo trabalho e dedicação de cada um e cada uma.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento que através do investimento público na educação, tornou possível esta pesquisa.

“É que a vida mudou, hein, você não botou fé

Ainda bem que eu corri, né

Ainda bem que não te ouvi, né (é né)”

(Tasha&Tracie)

RESUMO

Quão branco as coisas e os lugares são? : uma análise sobre a exposição Ceará: História no Plural é um trabalho que surge do encontro dos saberes da Sociologia, Museologia e Relações Étnico-Raciais. O campo da pesquisa, foi uma instituição, prestes a se tornar centenária, o Museu do Ceará (MUSCE). O objeto da pesquisa é sua exposição de longa duração, Ceará: História no Plural e as questões raciais presentes na mesma. Pensar o lugar dado aos afros cearenses na instituição museológica, a partir da formação histórico e social brasileira, e a tardia colonização no Ceará são alguns dos elementos que a pesquisa apresenta para refletir sobre os processos de racialidade, na Terra da Luz, onde a narrativa de que não há negros no Ceará, ainda povoa imaginários. Os conceitos que estruturam este trabalho são: colonialidade do poder, de Anibal Quijano (2005, 2007), onde a raça é aspecto estruturante de um novo poder global, que fortalecem estruturas de dominação e desigualdade, surgidas durante o colonialismo; o museu, a partir do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2022), espaço de conhecimento, pesquisa e troca e epistemicídio por Sueli Carneiro (2005), que atua no apagamento e eliminação de conhecimentos não eurocêntricos. A pesquisa possui uma metodologia qualitativa, que buscou explorar fontes bibliográficas e históricas, numa tentativa de reconstituir o passado da instituição e da exposição. A realização de entrevistas também foi utilizada de modo a captar o desenvolvimento ao longo dos anos da Ceará: História no Plural. Nossa hipótese é a de que há necessidade de uma reavaliação das histórias contadas e das vozes ouvidas, buscando um espaço mais inclusivo e equitativo para toda a sociedade.

Palavras-chave: identidade.; museu do Ceará.; colonialidade do poder.

ABSTRACT

How white are things and places? : An analysis of the exhibition *Ceará: History in the Plural* is a work that arises from the intersection of Sociology, Museology, and Ethnic-Racial Relations. The research field was an institution, on the verge of becoming a century old, the Museum of Ceará (MUSCE). The object of the research is its long-term exhibition, *Ceará: History in the Plural*, and the racial issues present within it. Reflecting on the place given to Afro-Cearenses in the museum institution, from the perspective of Brazilian historical and social formation, and the delayed colonization in Ceará are some of the elements this research presents to reflect on the processes of racialization in the Land of Light, where the narrative that there are no Black people in Ceará still lingers in people's minds. The concepts that structure this work are: the coloniality of power, by Anibal Quijano (2005, 2007), where race is a structuring aspect of a new global power that strengthens structures of domination and inequality that emerged during colonialism; the museum, as defined by the International Council of Museums (ICOM, 2022), a space for knowledge, research, and exchange; and epistemicide, by Sueli Carneiro (2005), which acts in the erasure and elimination of non-Eurocentric knowledge. The research employs a qualitative methodology, which sought to explore bibliographic and historical sources in an attempt to reconstruct the institution's and exhibition's past. Interviews were also conducted in order to capture the development of *Ceará: History in the Plural* over the years. Our hypothesis is that there is a need for a reevaluation of the stories told and the voices heard, aiming for a more inclusive and equitable space for the whole society.

Keywords: identity.; museum of Ceará.; coloniality of power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ceará: História no Plural	7
Figura 2 – Proa da Barca Laura	8
Figura 3 – Museu do Ceará e suas sedes	42
Figura 4 – Palacete Senador Alencar	45
Figura 5 – Quadro Fortaleza Liberta de José Irineu de Sousa	57
Figura 6 – Silhuetas do quadro Fortaleza Liberta	59
Figura 7 – Objetos de suplicio	69
Figura 8 – Objetos de suplicio	69
Figura 9 – Calunga	77
Figura 10 – Sala Escravidão e Abolicionismo	78
Figura 11 – Sala Escravidão e Abolicionismo	79
Figura 12 – Livro de Prata	81
Figura 13 – Publicação na rede social do Museu do Ceará	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IHC	Instituto Histórico e Geográfico do Ceará
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IMOPEC	Instituto da Memória do Povo Cearense
MUSCE	Museu do Ceará
MNU	Movimento Negro Unificado
MHC	Museu Histórico do Ceará
RIC	Revista do Instituto do Ceará
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado
SEIR	Secretaria da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	O percurso da pesquisa	12
2	DA AMÉRICA LATINA AO CEARÁ	16
2.1	América Latina: O novo mundo	17
2.2	Colonização no Brasil	24
2.3	Do Ceará a Fortaleza: caminhos em construção	28
3	MUSEU E RACIALIDADE	33
3.1	Os Museus são racializados?	34
3.2	Museu do Ceará	41
4	EPISTEMICÍDIO NA TERRA DA LUZ	48
4.1	O Ceará da Abolição	54
5	Ceará: História no Plural - A exposição	62
5.1	A romaria se inicia	64
5.2	Quem vai? Quem fica?	74
5.3	Histórias sobre um outro Ceará	87
5.4	Mudanças no Museu do Ceará	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERENCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Os negros trouxeram ao Brasil e ao Ceará contribuições riquíssimas à cultura e à sociedade; também recriaram, ao sabor e aridez da nova terra, nesta margem de cá do Atlântico, que amolda o litoral cearense, saberes, técnicas, crenças, afetos, danças, lutas, toda uma arte, enfim, de viver (Eurípedes A. Funes).

No processo de olhar e analisar a história por outra perspectiva, reconhecer as valiosas contribuições das populações africanas e afro-brasileiras neste território chamado Brasil é um começo, mas algo faltava. Sendo a falta um aspecto constitutivo de minha trajetória, a decisão de trilhar o caminho da pesquisa, iniciou-se já no período como estudante do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará. Hoje, na Pós-Graduação, a pesquisa que muito parecia algo dado, tornou-se um trabalho, um árduo trabalho, de dar corpo as inquietações que me sucedem.

Esta dissertação surge justamente do desconforto, da curiosidade e por que não dizer, surge da necessidade de compreender como os museus e a racialidade estão relacionados. Não qualquer museu, mas um em especial, o museu que fez a jovem Vitória se intrigar a ponto de percorrer um caminho diferente do imaginado por ela mesma, o que fez ela decidir que quando pudesse iria não só entender, mas explicar o que entendeu. O museu em questão, é o Museu do Ceará (MUSCE). Visitado não mais do que cinco vezes, foi marcante o suficiente para se tornar objeto de minha dissertação.

Essa divagação pode não parecer importante, mas a sensação de incomodo, o pensamento de que algo faltava, foi fundamental para continuar percorrendo minha intenção de compreender o Museu do Ceará a partir de uma perspectiva racial. Sobre as motivações que fizeram-me perceber o museu como um campo de pesquisa, foram as perguntas que pairam sobre minha cabeça, assim como a frequência de estar nesses ambientes, fosse em visitas ou eventos, somadas ao período de minha graduação e ao meu trabalho de conclusão de curso, que fortaleceram meu objetivo, além da necessidade de compreender os limites da minha própria formação.¹

¹ Teixeira, Vitória Stephani de O. Costa. Quem vive de presente é museu: Um olhar para o núcleo educativo do Mauc, 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

Ao perceber que até mesmo meu processo formativo foi e é cheio de lacunas, passei a questionar: *como estudar o Museu do Ceará de uma perspectiva racial se eu mesma não possuo está formação?* Essa foi por muito tempo uma enorme problemática que impactou meu percurso. Apesar da existência da lei 10.639, de 2003 e a sua atualização, a lei 11.645, de 2008, ambas não determinam a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ensino superior, o que me distanciou dos estudos sobre relações étnicas e raciais. A seguir, passo à construção da minha problemática de pesquisa.²

Em meu percurso cheio de ausências, as palavras de Nilma Limo Gomes (2017) são uma convocação a conhecer o caminho pavimento pelos Movimentos Negros no Brasil.³ Sobre o MNU, a autora diz:

E também foi e tem sido esse mesmo movimento social o principal protagonista para que as ações afirmativas se transformassem em questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade, compreendidas como políticas de correção de desigualdades raciais desenvolvidas pelo Estado brasileiro (Gomes, Nilma, 2017, p. 18).

Apesar das conquistas, ainda há muito a se fazer ao que diz respeito às populações negras. Quanto a cumprimento das leis 10.639 e 11.645, é perceptível que existe uma manutenção de ementas com referências majoritariamente branca, que enfraquece os currículos de futuros(as) profissionais, principalmente da área da educação. Nesse cenário, indaguei a mim mesma se seria possível trazer a perspectiva racial, em diálogo com o espaço do museu, numa territorialidade conhecida como Terra da Luz. Assim, fui pega por diversas vezes pensando em: quão diversa são as Ciências Sociais? Diante de minha experiência, muito pouco, tão pouco que me vejo por vezes limitada, e ciente ao saber que muito me foi negado.

Ponto esta questão porque ela também move essa pesquisa na construção do objeto e formulação da problemática, é diante da imensidão de coisas que não sei, mas que estou disposta a entender e aprender que este trabalho se constrói. Assim como

² A questão da ausência de obrigatoriedade, traz um outro quesito também, que diz respeito a não garantia de aplicabilidade.

³ A autora traz em seu livro *O movimento negro educador: Saberes construídos nas por emancipação*, de 2017, um estudo minucioso e profundo sobre a importância do Movimento Negro no Brasil. Além disso, Nilma também reconhece os avanços ocorridos no período de 2003 a 2016, onde as políticas afirmativas surgiram e as quais tem contribuído para mudanças sociais no que se referem ao acesso das populações negras a políticas públicas.

Messias Basques (2019) questiona o porquê de as Ciências Sociais não reconhecerem contribuições de autores(as) negros(as) e continuar com o legado dos clássicos como se ele fosse o único caminho.⁴ Sobre isso, ele diz:

Por que os cursos de Ciências Sociais raramente se baseiam na leitura de autores negros? Alguns dizem que os clássicos (e a sua demasiada branquitude) são incontornáveis. Com a outra face da mesma moeda, outros afirmam que os negros não estiveram na aurora da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia. Não surpreende, portanto, que uma parte fundamental da memória e da história das Ciências Sociais seja alvo de um processo de “branqueamento” (BASQUES, Messias, p. 102, 2019).

Esse lugar de questionar, também é seguido por um sentimento que enxerga limitações, não só quanto a pesquisa, mas também quanto a pesquisadora. Pontuar as mudanças históricas, as conquistas dos movimentos sociais, assim como meu próprio caminho, fazem parte do que move essa dissertação. Nessa conjuntura, a minha pesquisa também é um processo de formação, no sentido de me aproximar de autores e autoras e debates a acerca da questão racial no Brasil, possuindo como foco o Estado do Ceará, além das contradições e ausências em torno desse debate.

Em conjunto com as reflexões de Gomes (2017) e Basques (2019) no que se refere ao pensar os campos da Educação e da Ciências Sociais que também são atravessadas pela aspecto étnico-racial. Assim, ao considerar o desenvolvimento e a construção do conhecimento e suas demarcações me pergunto, assim como Grada Kilomba (2019), quais são aqueles que:

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, Grada, 2019, p.50).

As indagações feitas pela autora, são relevantes dentro do cenário que prioriza um conhecimento eurocêntrico, seja a Ciências Sociais, seja a Sociologia. Pensar outros caminhos, metodologias e epistemologias exige disposição, esforço e comprometimento com a educação antirracista, dessa forma escolhi percorrer um caminho que dialogasse com outras referências e olhares. Portanto, essa pesquisa se torna também um exercício, assim como se empenha em discutir a racialidade no território cearense a partir da

⁴ Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais, de Messias Basques.

instituição do museu, e em específico, investigar discurso expositivo presente na exposição de longa duração **Ceará: História no Plural**, montada em 2008 e permaneceu em cartaz até 2019, ano de fechamento do Museu do Ceará para reforma e restauro. A exposição a época, apresentava essa estrutura.⁵

*Circuito da Exposição
Ceará: História no Plural*

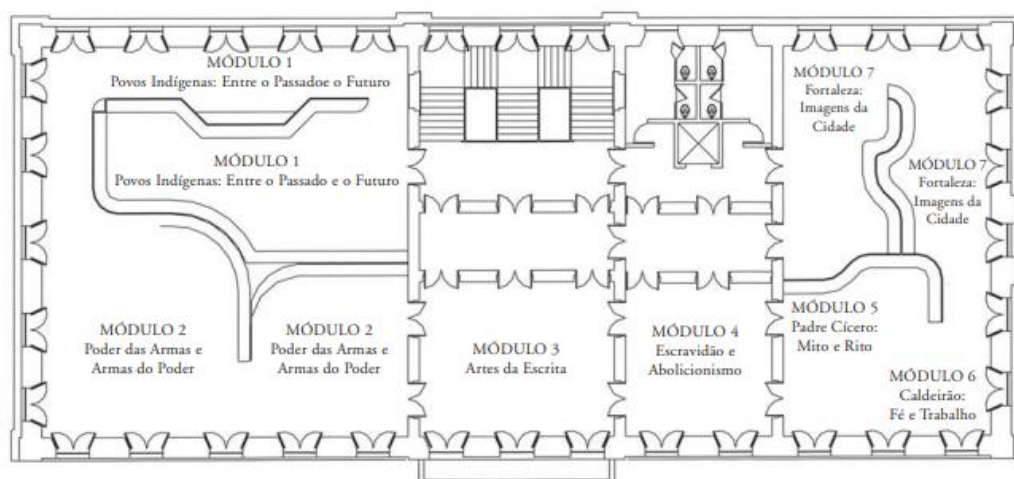


Figura 1 - Ceará: História no Plural. Fonte: Catálogo Museu do Ceará (SAFRA), p.27.

Ao visitar a exposição, não havia mediadores no espaço, portanto eu e o grupo de amigos realizamos uma visita muito fluida e sem grandes pretensões. Após subir as escadas, duas possibilidades se abriam e o grupo se dividiu.⁶ Quem foi pela esquerda começou o percurso pelo “fim” e quem optou pela direita foi para o primeiro módulo da exposição. Durante a visita, alguns objetos chamaram atenção, como o mapa que indicava as populações indígenas no Ceará, alguns objetos utilizados para caça, o mobiliário bem

⁵ No atual momento, a sede provisória do Museu do Ceará está localizada na localizada na Praça do Ferreira, ao lado da farmácia Oswaldo Cruz, no centro de Fortaleza. Desde 2019, surgem questionamentos sobre a reabertura do MUSCE. Para ver mais, acesse: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/museu-do-ceara-qual-o-futuro-daquela-que-e-o-mais-antigo-do-estado-e-segue-fechado-ha-4-anos-1.3421154>.

No entanto, em 24 de setembro de 2024 foi autorizado a reforma e restauro do Palacete. Para ver mais, acesse: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2024/09/24/museu-do-ceara-tem-autorizacao-para-reforma-com-prazo-de-8-meses.html>.

⁶ Na obra Conceitos-chave da Museologia, de André Desvallées e François Mairesse (2013) vários conceitos são trazidos e discutidos amplamente, entre eles está o conceito de exposição. Para os autores, a exposição pode ser: “Logo, o lugar da exposição apresenta-se como um lugar específico de interações sociais, em que a ação é suscetível de ser avaliada. É isso que propicia o desenvolvimento de pesquisas de público ou de recepção, assim como a constituição de um campo de pesquisa específico ligado à dimensão comunicacional do lugar, mas igualmente ao conjunto das interações específicas no seio deste espaço, ou, ainda, ao conjunto de representações que este pode evocar” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 43).

preservado, um painel com imagens de vários homens e só homens, um painel com armas que rendeu uma foto com sorrisos largos, por parte do grupo.

A visitação então chegou no módulo escravidão e abolicionismo, os objetos de suplicio, estavam ao lado de uma escultura de cabeça, anos mais tarde, eu descobriria que a cabeça, era na verdade uma proa de barco, a proa da barca Laura II.⁷ Outros objetos chamavam atenção, como um livro prateado, um quadro e um vestido vermelho, enorme, muito bonito. Lembro de pensar que aqueles objetos não faziam relação uns com os outros, apesar de algumas legendas indicarem isso. A sala seguinte, era sobre o movimento do Caldeirão, dentre os objetos, a foto após a invasão da comunidade, que continha olhares tristes e apreensivos, também foi marcante. Por fim, no último módulo, as maquetes da vila de Fortaleza e o bode Ioiô atraíram minha atenção.



Figura 2 - Proa da Barca Laura II. Fonte: Catálogo Museu do Ceará (SAFRA), p.201.

⁷ “Talvez a ideia de dissociar a carranca do tema escravidão e abolição tivesse a intenção de dar menos visibilidade a um acontecimento que representava desordem, subversão. É importante ressaltar que, dentre todos os objetos que fazem referência a temática abolicionista no Museu, a figura de proa é aquele que mais evidencia a insatisfação dos negros em relação a sua condição de cativo, negando o caráter de passividade atribuído a eles” (OLIVEIRA, Ana, 2009, p.192 e 193). “[...] cenário de um levante de escravos que culminou com a morte de toda a tripulação da embarcação, em 1839” (Catálogo Museu do Ceará, 2010, p.77). Atualmente a proa, compõe a atual exposição, Histórias do Museu do Ceará, no Anexo Bode Ioiô.

Após a visita, o incomodo sobre não saber, ou não conseguir localizar onde estavam no museu as pessoas do meu cotidiano, da minha família, os amigos, começaram a fazer parte dos meus pensamentos. Essa dissertação, portanto, busca captar o porquê da existência das frases “não há negros no Ceará” ou “não existem tantos negros no Ceará” que povoam o imaginário da população cearense. Morenos, queimados do sol, pardos, cablocos, misturados, entre outras denominações, são cotidianamente usadas para se referir a cor da pele.⁸ A pergunta que instiga esta pesquisa é *onde estão os negros, no Museu do Ceará?* Seguida de: Qual espaço, narrativas e objetos, foram associadas as populações negras do território cearense? Qual a postura do MUSCE frente ao discurso de que não há negros no Ceará?⁹

Tensionar qual é a memória coletiva que conta a história de pessoas negras no Museu do Ceará é assim reivindicar outras perspectivas sobre as populações africanas escravizadas. As questões acima colocadas movimentam minha escrita e povoam minhas reflexões, acerca do papel dos museus nas produções de identidades, no fortalecimento de narrativas e em suas contribuições para a sociedade. Refletir sobre o processo histórico onde pessoas negras foram invisibilizadas no território cearense é uma iniciativa que busca contar outras narrativas sobre as populações negras, onde o espaço e o ser do sujeito negro não são reduzidos ao sofrimento, violência e escravização.¹⁰ Este estudo parte de

⁸ Segundo Alex Ratts, “No Ceará, como em muitas partes do Brasil, o processo de reconhecimento das identidades e dos territórios indígenas e negros é lento e árduo para essas coletividades. De um lado, persiste a dificuldade dos(as) brancos(as) e “mestiços claros” em não reconhecer negros(as) e de várias pessoas “mestiças” e “morenas”, de vários tons de pele, em não se reconhecer como negras” (RATTS, ALEX, 2009, p.xx)

⁹ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, reconhece-se como “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;”

¹⁰ Apesar do território cearense reconhecidamente ter sido alvo da invisibilização das populações negras, a cidade de Fortaleza e os afro-cearenses tem se movimentado para pautar suas existências e pluralidades, em diversas áreas e tem trazido à tona a discussão racial na cidade de Fortaleza. A exemplo, temos em 2024, o curso de extensão, Roda de debates: A questão Negra em evidência no Ceará, realizado pelo PROFHISTÓRIA. A exposição: Comigo ninguém pode – A pintura de Jeff Alan, em cartaz na Caixa Cultural de Fortaleza. A exposição Histórias do Museu do Ceará, em exposição no Museu do Ceará. Iniciativas anteriores, como o coletivo, Mulheres Negras Resistem, em atividade desde 2018, a criação do site Negrê, em 2020, a exposição Festa, Baía, Gira, Cura, a exposição Anas, Simôas e Dragões: Lutas Negras pela Liberdade, no Museu de Arte Contemporânea do Ceará. Entre tantas iniciativas, seja as mais antigas, ou mais recentes, a criação da Secretaria da Igualdade Racial (Seir) em 2023, mostra a urgência em se discutir o racismo. Além disso, também reconheço que outras formas de resistência e luta tem acontecido cidade e Estado a fora.

um outro ponto de vista, interpretando a pessoa negra enquanto sujeito de pertencimento simbólico, inserindo-a na família, religião, consumo, manifestações artísticas e culturais.

É a partir das inquietações e contradições vividas como cearense que busco descobrir como as questões raciais foram trazidas à tona na exposição de longa duração intitulada Ceará: História no Plural. Ao interpretar que é nesse espaço onde também são construídas identidades, veiculadas a essas identidades inúmeras memórias, e essas memórias contêm motivações, discursos e ideologias. A construção do objeto está, desse modo, embasada também nas seguintes questões: Quais memórias estão postas no presente? Quem são eleitos como heróis e heroínas? Quais foram os sujeitos históricos esquecidos e/ou invisibilizados? Essas perguntas também fazem parte do processo de memória.

Sendo essas memórias constituintes de indivíduos e sociedades, Simson (2003) debate e define tanto o que se refere a memória individual quanto a memória coletiva. Para ela a memória coletiva é: “memória coletiva é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla” (SIMSON, 2003, p.14). A autora destaca o poder da memória coletiva, e como esta é manipulada por quem acessa e ocupa espaços de poder. A partir disso, questiono sobre quais memórias coletivas foram veiculadas no Museu do Ceará, em especial quais memórias fizeram parte das narrativas sobre as populações afro-brasileiras e afro-cearenses.

Portanto, aqui o espaço museológico é percebido para além da dimensão do patrimônio, da salvaguarda, da cultura e do conhecimento. A perspectiva adotada é a de que o presente vivenciado e experimentado, é fruto de um passado que foi constituído a muitas mãos, que ora prioriza, ora silencia discursos, memórias e sujeitos, ou seja, o olhar que direciono aos museus é também o que percebe as lacunas, contradições e tensionamentos, assim como Mário Chagas em *Há uma gota de sangue em cada museu* (2006).¹¹

¹¹ Mário Chagas diz: “Admitir a presença de sangue no museu significa também aceitá-lo como arena, como espaço de conflito, como campo de tradição e contradição. Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e ausência, de lembrança e de esquecimento” (CHAGAS, MÁRIO, 2006, p.30).

Pesquisar o lugar dado as pessoas negras na exposição, Ceará: História no Plural realizada no MUSCE é um trabalho que procura compreender como estas populações foram e são vistas e mais do que isso, como foram representadas. Para isso é fundamental entender as relações de poder estabelecidas no território cearense, que não se referem apenas ao nosso contexto, que são anteriores e que marcaram profundamente o povo brasileiro e sua construção. O exercício de estabelecer um diálogo entre a Sociologia, Museologia e as Relações Raciais, a partir da exposição da instituição museológica favorece esta pesquisa, pois é a partir desse encontro que ela passa a existir.

Por fim, a pesquisa será organizada em uma introdução, onde trarei minha trajetória como pesquisadora, explicando as motivações para este trabalho, assim como apresentarei a metodologia presente no mesmo. No capítulo II, Da América Latina ao Ceará, a discussão se dará sobre um dos conceitos centrais para esta dissertação, que é a *colonialidade do poder*. O conceito será analisado dentro de um percurso geográfico, além de uma contextualização histórica, percorrendo o percurso que vai da América Latina, a Fortaleza, cidade onde a pesquisa e o Museu do Ceará estão localizados.

No capítulo III, Museu e Racialidade será contemplado, o conceito de *museu*, a história da instituição MUSCE, a discussão sobre o museu como um espaço racializado, a partir da compreensão as dinâmicas de poder, inclusive de como as relações sociais permeiam também o espaço do museu. No capítulo IV, Epistemicídio na Terra da Luz, a discussão sobre o Ceará como Terra da Luz, se dará a partir do conceito de *epistemicídio*, abordando também a abolição, como um momento histórico que cunhou ao Estado esse título.

No capítulo V, Ceará: Uma história no plural – a exposição, será debatido como a exposição de longa duração, que ficou em cartaz entre os anos de 2008 e 2019, abordou a questão racial no território cearense. A análise da exposição, também contará com as entrevistas dos participantes dessa pesquisa, sendo duas deles(as) ex-colaboradores,¹² que atuaram no Museu, de 2000 a 2019, e o quarto sendo um pesquisador que atua com a temática racial no Ceará.¹³ Por fim, nas considerações finais será realizado um balanço da trajetória percorrida pela pesquisa, além de seus resultados e caminhos

¹² A fim de preservar as identidades dos(as) participantes, a autora optou por não utilizar seus nomes reais.

¹³ A participação do pesquisador foi sugerida pelo Núcleo de Pesquisa do Museu do Ceará.

futuros possíveis para pensar a questão da identidade negra no espaço do Museu do Ceará. A partir daqui, irei descrever o percurso da pesquisa, assim como apresentar a metodologia na qual este trabalho está amparado.

1.1 O percurso da pesquisa

Ao adentrar no programa de Pós-Graduação o objetivo da pesquisa era analisar todas as exposições, ao longo dos noventa anos da instituição, a intenção era de localizar como a questão racial surgia nas exposições, fossem de longa duração, fossem temporárias. Entretanto, no caminho da pesquisa, a sua viabilidade confirmada, mas foi necessário realizar mudanças. Em concordância com isto, Mirian Goldenberg (2011) relata:

Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – o “possível” para ele (GOLDENBERG, Mirian, 2011, p. 13).

As mudanças no projeto de pesquisa, ocorreram a partir de alguns acontecimentos. O primeiro deles, foram as falhas de comunicação entre mim, como pesquisadora e o MUSCE. A instituição estava em um mais um processo de mudança para sede onde está funcionando atualmente, no Anexo Bode Ioiô, ao mesmo tempo que eu tinha urgência em coletar o maior número de dados possíveis, sobre todas as exposições ao longo desses noventa anos.¹⁴

Depois de várias trocas de e-mail, em julho de 2023 estive presente no Complexo do Bode Ioiô a convite dos integrantes do núcleo de pesquisa do Museu do Ceará, e a partir desse encontro pude reorientar a pesquisa com a realidade que se encontra o Museu, que é muita delicada, em um espaço improvisado, onde parte do acervo não estava disponível para consulta, entre outras questões.

O encontro com núcleo de pesquisa também foi muito importante pois dialoguei com quem conhece a realidade do museu e do seu acervo, e diante disso era inviável realizar a pesquisa nos moldes em que ela foi pensada no primeiro momento. Um outro motivo que também impactou este trabalho é a questão do tempo, depois de entender o cenário em que desenvolvo a pesquisa ficou evidente que analisar noventa

¹⁴ Sede atual do Museu do Ceará, localizada no Centro de Fortaleza.

anos de trajetória e de exposições no período de um ano, um ano e meio não seria possível nos limites de uma dissertação de mestrado.

Após esses acontecimentos, que foram importantes para que a pesquisa se tornasse viável e possui os contornos de hoje, decidi trazer a questão racial a partir de uma exposição de longa duração que ficou em cartaz nos últimos onze anos. Por fim, o título deste trabalho também foi modificado, antes das entrevistas, ele não era pergunta.¹⁵ A mudança se deu pela pelo conteúdo do que foi revelado, portanto no processo de escrita e reflexão as ceretezas se tornaram perguntas.

No presente, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como o Museu do Ceará comunica as questões raciais e tem como objetivos específicos investigar quais as representações são atribuídas a população negra na sala “Escravidão e Abolicionismo” do Museu do Ceará e interpretar como esses discursos/representações afetaram as identidades negras no território cearense.¹⁶

Sobre a metodologia da pesquisa, ela possui natureza qualitativa. De acordo com Heloísa Martins (2004) define-se como:

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual. (MARTINS, Heloísa, 2004, p. 289)

Portanto, é por meio dessa perspectiva que o museu escolhido, assim como sua exposição será investigada. Ao explorar os “microprocessos” dedicando-se a compreender os olhares quanto a (in)visibilidade negra no território cearense. Ainda sobre a natureza qualitativa da pesquisa, Howard Becker (2014) ao refletir sobre os “distintos” métodos, suas aproximações e limites, destaca que:

¹⁵ A autora decidiu manter o título: *Quão branco as coisas e os lugares são?: Uma análise sobre a exposição Ceará: História no Plural*, apesar do erro ortográfico, pois ele surgiu durante a produção desta pesquisa e reflete uma pergunta que também traz o tensionamento sobre as relações raciais no contexto brasileiro e cearense.

¹⁶ Sala em que estava retratada objetos que se referiam a população negra nesses dois momentos histórico-sociais. Durante uma das entrevistas realizadas, foi revelado que parte desse acervo veio do Museu da Abolição que existiu na cidade de Fortaleza.

Pesquisadores qualitativos, especialmente em sociologia e antropologia, estão mais propensos a se preocuparem com os tipos de questões que eu levantei no corpo deste artigo: se os dados são precisos, no sentido de serem baseados na observação do que está sendo discutido ou apenas nos indicativos remotos; se os dados são precisos, no sentido de serem próximos daquilo discutido e por isso estão prontos a lidar com questões não antecipadas na formulação original deste problema; se esta é uma análise completa ou ampla, no sentido de conhecer um largo número de temas que afetam a questão sendo estudada, e não apenas algumas variáveis (BECKER, Howard, 2014, p. 196).

Esse trabalho é fruto de reflexões como as que coloca Becker (2014).¹⁷ Um outro elemento que fortalece a natureza qualitativa é a relação com meu campo e objeto de estudo, assim como com os e as participantes da pesquisa. É a partir dessa dinâmica, que este trabalho se sustenta. Sobre a pesquisa de campo, o autor declara:

Em contraste, pesquisadores de campo não podem se isolar dos dados. Desde do momento em que eles “entram no campo” eles vão observar e ouvir coisas que devem ser registradas em seus cadernos de campo. E se eles são conscientes, ou experientes o suficiente, devem saber que eles têm que colocar tudo dentro dos seus registros, mesmo aquilo possa parecer inútil, e têm que continuar a fazer isso até que eles tenham certeza que não vão mais usar os dados sobre certos temas (BECKER, Howard, 2014, p.187).

Entre a aproximação do campo e dos interlocutores, o exercício de “ouvir coisas” e delimitar o que é e o que não importante tem se mostrado uma tarefa difícil. A metodologia desta pesquisa também está aparada na pesquisa bibliográfica, ao dialogar com autoras e autores que debatem a questão racial, a questão racial no espaço do Museu, o que envolve questões também sobre patrimônio, memória e identidades. Além disso a pesquisa documental, e a realização de entrevistas também compõe os procedimentos no desenvolvimento deste trabalho. Sobre a análise documental, André Cellard (2012) destaca que:

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um

¹⁷ O autor provoca que: Presumindo que estas duas maneiras de pesquisar são baseadas em arcabouços e fundamentos epistemológicos diferentes nos leva a pensar na questão proposta pelos organizadores da conferência: “Qual é a epistemologia da pesquisa qualitativa?” Para mim, essa é uma questão estranha. Eu sou um intelectual descendente de Robert E. Park o fundador da agora já conhecida Escola de Chicago. Park era um grande defensor do que hoje conhecemos como métodos etnográficos, mas ao mesmo tempo também era proponente dos métodos quantitativos, particularmente aqueles que conhecemos como ecológicos. Eu o acompanho nesse ponto, e para mim as semelhanças entre esses métodos são mais relevantes que suas diferenças. De fato, penso que os mesmos argumentos epistemológicos sustentam ambos os métodos (BECKER, Howard, 2014, p. 186)

passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, André, 2012, p. 295).

A análise documental também compõe essa pesquisa, pois é a partir da avaliação de quais objetos do acervo que formam o módulo e a exposição, assim como produção bibliográfica do MUSCE sobre anos da instituição, será realizado um diálogo entre esses materiais. Por fim, ressalto que este trabalho também possui caráter etnográfico, visto que a etnografia permite o estranhamento do comum.¹⁸ Sobre a prática etnográfica, destaco:

Certamente, a etnografia pode também tomar por objeto o mundo dos dominantes (industriais, altos funcionários, ricos comerciantes, profissionais literais, intelectuais). A tarefa é, então, mais árdua pois os pesquisados sabem preservar-se melhor do olhar aproximado do etnógrafo, seja tornando difícil ou impedindo o acesso ao campo, seja aceitando formas de colaboração muito controladas (BEAUD; WEBER, p. 11, 2007).

Este trabalho será desenvolvido a partir do entendimento que ao buscar narrativas que compreendem visões de mundo, os(a) narradores podem ou não revelar tudo. Por isso, as entrevistas se mostram aqui, elementos essenciais para conhecer como a questão racial relativa as populações negras no Ceará, foram colocadas em pauta no MUSCE. Entender o movimento do dito e do que não foi dito também releva intenções. As entrevistas são:

Suas entrevistas inscrevem-se e ganham sentido no contexto de sua pesquisa de campo. São entrevistas etnográficas que se relacionam umas às outras, que liberam pontos de vista dos quais você tem as chaves. Cada um de seus “entrevistados”² expressa, no contexto dessa interação particular um ponto de vista singular. Quanto mais fizer aparecer a singularidade desse ponto de vista, mais interessante será a entrevista (“o universal está no particular”, como gostava de dizer Goffman) (BEAUD; WEBER, p. 119, 2007).

As entrevistas combinadas irão formar um grande quebra cabeça que indicará como a questão da presença de pessoas negras na exposição de longa duração do Museu do Ceará também revelam imaginários, e indicam como a história sobre estas populações foram retratadas. É fundamental compreender os museus como espaços criadores e

¹⁸ O Museu do Ceará possui uma extensa produção bibliográfica. Essa iniciativa rendeu em 2007, o prêmio Rodrigo de Mello Franco (2007) a Associação dos Amigos do Museu do Ceará, pela coleção Outras Histórias. Além disso, o Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará e Museu do Ceará 75 anos são obras utilizadas para mapear as atividades do Museu nos últimos anos. Durante o encontro com o núcleo de pesquisa do MUSCE também, a equipe afirmou que consulta as obras, sendo assim, livros documentos.

difusores de conhecimento e memórias, e as entrevistas com ex-colaboradores/as irão permitir conhecer e aprofundar a perspectiva do Museu em no que diz respeito a questão racial no Ceará.

Portanto, esta pesquisa de dissertação encontra os desafios de questionar o espaço do museu e sua colaboração na formação de uma identidade cearense que invisibiliza essa população e suas conquistas, que está por vezes aprisionada em visões estáticas de um passado colonial que reverbera em nosso cotidiano, nas relações e suas dinâmicas. Investigar a questão negra no território do Ceará é um processo de compreender como a Terra da Luz silenciou um passado colonial sob a égide de estado progressista onde a libertação de pessoas escravizadas se deu em primeiro quando nos referimos ao Brasil.

2 DA AMÉRICA LATINA AO CEARÁ

Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o” (Grada Kilomba).

A menção a Grada Kilomba para iniciar esse capítulo, vem da certeza de que apesar da colonização ter tido fim, os mecanismos de poder estabelecidos naquele período, continuam existentes, bem como já disse Anibal Quijano (2009). Assumir a presença da colonialidade em nosso cotidiano e que atravessa nossas vidas, é um processo que reconhece as inúmeras consequências que o processo “civilizatório”, empreendido inicialmente pelos povos ibéricos, e que se conhece como grandes navegações.¹⁹

Portanto, o percurso escolhido para chegar até a cidade de Fortaleza, onde está situado o Museu do Ceará, foi o de trazer à tona a capilaridade do conceito de colonialidade do poder. Desse modo se faz necessário analisar a América Latina e pontuar como o Brasil e o Ceará também demonstram as implicações do novo padrão de poder, que tem a “raça como um eixo de classificação da população mundial”. Fundado na colonização, a colonialidade do poder atravessa o tempo. Além disso, é a partir da

¹⁹ Segundo Mignolo (2011), o conceito, colonialidade do poder foi cunhado por Anibal Quijano. Entretanto, esse conceito também é utilizado por outros autores e autoras. Também existem os conceitos de colonialidade do saber e do ser.

constituição da América Latina que o grupo colonialidade/modernidade analisa esse espaço e os desdobramentos da colonização nesses países.²⁰

A relação entre colonialidade e modernidade se situa devido as alterações provocadas pelo novo padrão de poder. Segundo Quijano (2005) o capitalismo se torna uma experiência global e eurocentrada a partir do território da América Latina. Por esse motivo, percorrer esses territórios, fortalece as escolhas dessa pesquisa.²¹ Sendo demonstrado que desde o período da invasão a América Latina, desenvolveram-se políticas de dominação e exploração, e que no futuro o impacto do colonialismo, poderá ser visto na denominação e divisão dos países: onde ser de primeiro ou terceiro mundo, ou pertencer ao norte ou ao sul global, são resultado da expropriação.

Por fim, Maldonado-Torres (2004) define a colonialidade como:

[...] la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza (TORRES, Maldonado, 2004, p.131).

Assim, a colonialidade do poder estrutura não só o início do capitalismo, como também sua expansão e a transformação definitiva das relações sociais, que serão não só de exploração, como também de dominação, além disso as diferentes raças também constituem essas dinâmicas de poder, as quais podem ser percebidas até hoje. Nesse cenário, cabe perguntar, como essas dinâmicas se apresentam em Fortaleza e no Museu do Ceará?²²

2.1 América Latina: O novo mundo

²⁰ Com a chegada de Cristovão Colombo a América, em 1492, para que não houvesse conflitos entre Portugal e Espanha em relação aos novos domínios geográficos, foi assinado em 1494, o Tratado de Tordesilhas. O tratado dividiu as “novas terras encontradas”. Posteriormente, foi substituído pelo Tratado de Madrid.

²¹ Desde os anos 1990 o movimento Modernidade/Colonialidade vem promovendo uma renovação teórica com importantes implicações políticas. A revisão dos fundamentos do conhecimento, instituições e valores ocidentais, subsumida no termo “colonialidade”, permitiu aos diversos membros do grupo desenvolverem estratégias de pesquisas e intervenções teóricas críticas orientadas por uma ética libertária.” (FREITAS, Altieri, 2019, p.146).

²² O autor define colonialidade a partir de Anibal Quijano e seu artigo: Globalización, colonialidad y democracia. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos ‘Pedro Gual’ (org.), Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos ‘Pedro Gual’, 2001.

Para tratar de uma temática tão cara a sociedade brasileira como o racismo e seus desdobramentos, é necessário antes de tudo ir até o início, no caso, a invenção da América pelos invasores europeus. A América Latina é pontuada por Anibal Quijano (2005) como um território que cravou diversas mudanças nos modos de ser, estar e perceber o mundo. O autor nos apresenta o conceito de colonialidade do poder e demonstra que o fim do colonialismo não pôs fim a colonialidade. Esse elemento que constituiu nossas sociedades anteriormente ao que parece, fincou raízes podendo ser percebida até os dias atuais. Sobre a colonização, temos:

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, Anibal, 2005, p. 127).

As novas identidades formadas a partir do encontro entre europeus, povos originários e posteriormente, povos africanos foram paulatinamente reduzidos aos outros, destituídos de si, e passaram a carregar os estigmas postos pelos colonizadores. O novo padrão de poder, faz a diferenciação entre o eu e o outro, o outro muitas das vezes é aquele que foi desumanizado no processo de colonização. Entretanto, estando a colonialidade do poder ligada a nova estrutura econômica capitalista e colonial, a colonialidade supera o colonialismo e avança no tempo. O processo de colonização impactou de modo avassalador estes territórios e suas consequências reverberam em nossas estruturas e relações atuais.²³

No que diz respeito a realidade do Brasil, os desdobramentos desse período histórico e social, são facilmente percebidas pois ainda vivemos uma realidade onde a cor da pele é dos elementos que diferencia indivíduos, os segrega, diminui suas oportunidades e por vezes, torna seus corpos alvos. Nesse cenário, os apontamentos de Quijano (2005) explicam como as relações sociais e de poder que foram estabelecidas nesse novo

²³ [...] que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida [...] (CESARIE, Aime, 1978, p.21).

“espaço/tempo”, assim torna-se possível traçar uma relação entre as estruturas de poder estabelecidas e os racismos existentes. Sobre isso, o autor diz:

Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros (QUIJANO, Anibal, 2005, p. 117).

A América Latina se forma a partir da a criação desse novo “espaço/tempo”, onde os sujeitos foram divididos, e levados a crer que havia uma superioridade branca, ou seja, as relações sociais passaram a ser marcadas por questões raciais, que também envolvem poder. Pontuar a construção da América Latina, que se deu através de incursões violentas por parte dos povos ibéricos se faz necessário pois é durante este processo que houve a escravização de povos indígenas e posteriormente, de povos africanos. O autor Pedro Lemebel (2013) ao narrar o encontro entre o inca Atahualpa e o espanhol, frei Vicente de Valverde, Lemebel destaca:

Entre uma letra e a outra há um confessorário; entre uma palavra e a outra, um mandamento. O que se lê nos lê com os olhos de Deus; as sagradas escrituras têm a sua rubrica. Isso o inca Atahualpa não sabia, por isso confundiu a Bíblia com um caracol marinho e a levou a orelha para ouvir a letra falante do criador. E aquele caracol quadrado e preto não tinha ecos de mar nem sussurros de montanha para falar com Atahualpa; por isso ele o jogou no chão e deu pretexto para que o frei Vicente de Valverde justificasse o genocídio da Conquista. O inca também não sabia que, anos mais tarde, o rei católico Carlos II iria proibir por decreto o uso das línguas nativas. Atahualpa morreu antes de aprender a ler, e analfabeto, continuou escutando debaixo da terra o som das marés como idioma interminável (LEMEBEL, Pedro, 2013, p. 42 e 43).

O contexto em que Pedro Lemebel (2013) traz o acontecimento, é ao apresentar a oralidade enquanto prática que foi sufocada ao longo dos anos, do esquecimento forçado a imposição da escrita, a colonização, por meio também da religião tentou apagar qualquer traço que não fosse percebido como civilizado, branco e cristão.²⁴ Essa e outras tantas histórias comunicam o que Anibal Quijano (2005, 2009) analisa e dialogam com o conceito de colonialidade do poder, assim como as mudanças que estes territórios, grupos e indivíduos foram forçados a lidar. Sobre isso, Quijano (2005) argumenta que:

²⁴ Falo da religião cristã e ninguém tem o direito de se espantar. A igreja nas colônias é uma Igreja de Brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado para a via de Deus mas para a via do Branco, a via do patrão, a via do opressor. E como sabemos, neste negocio são muitos os chamados e poucos os escolhidos (FANON, Frantz, 1968, p.31)

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha (QUIJANO, Anibal, 2005, p. 117).

Essas relações que vão de sociais a de dominação continuam se perpetuando no cenário brasileiro. Quando problemas como violência policial, violência de gênero, evasão escolar, precarização do trabalho, intolerância e perseguição a religiões de matrizes africanas, ausência de saneamento básico, moradia entre outras questões atingem majoritariamente populações pobres e pretas entre outros que são consequência direta do período colonial e das estruturas estabelecidas desde aquele momento histórico. Essas relações também são permeadas por outros elementos, Quijano (2005) destaca que:

Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica¹¹. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo (QUIJANO, Anibal, 2005, p. 122).

Ao trazer a visão construída dessas novas identidades como primitivas, o autor precede também o que Silvio Almeida (2020) argumenta: “[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (p.20 e 21).²⁵ O que mostra como nossa sociedade é constituída por essa lógica que classificou no passado e continua classificando indivíduos e grupos, sobretudo aqueles os não-brancos. Lélia Gonzalez (2020) também elucida reflexões sobre as populações negras brasileiras. A autora destaca que:

É importante ressaltar que que, nesse sentido, a ideologia do branqueamento tem uma força muito grande no que diz respeito a comunidade negra brasileira. Ainda é interessante perceber que nessa ideologia do branqueamento, e no nosso texto o Carlos chama a atenção, temos duas vertentes ideológicas no Brasil com relação as questões raciais: a oficial – “são todos iguais perante a lei”, esse papo todo furado que conhecemos, ou seja, da democracia racial; e a outra, que é no nível do privado, aquele papo, neguinho te bate nas costas e tal, não sei o quê, é pretinho, bate nas costas, mas por trás lá vem pau em cima. Daí os famosos ditados: “Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão”, “Preto quando não caga na entrada, caga na saída”; “Todo crioulo é marginal, até prova em contrário” e uma série de coisas que aí estão (GONZALEZ, Lélia, 2020, p.234)

²⁵ No momento de escrita da dissertação, as denúncias contra o mesmo ainda não haviam ocorrido. Após isso, mantive a referência bibliográfica pois foi uma leitura que contribuiu em minhas reflexões. No mais, desejo que a justiça pelas vítimas seja feita.

Refletir sobre a colonialidade do poder, no território brasileiro é compreender uma série de camadas, muito complexas que construíram um olhar e uma realidade a partir das diferenças raciais, o que é sentido cotidianamente pelas populações não brancas. Assim como Gonzalez cita a ideologia do branqueamento e como a violência alcança populações negras de uma outra forma, pois a colonização instituiu uma dinâmica de superioridade em relação as populações brancas. O que corrobora com a afirmação de Almeida (2020) em que diz: “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (p.21)

As diferenças entre o tratamento, ainda que sejam muito sutis, entre as populações indígenas e as populações negras no período colonial, também são citadas por Quijano. O autor situa como a temática do trabalho, sobretudo o trabalho não remunerado que foi impelido as populações indígenas e posteriormente, as populações negras.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, Anibal, 2005, p. 119).

Não só o controle sobre um grupo específico ocorria a partir da articulação entre raça e trabalho, como havia diferenças entre o tipo de trabalho, aos indígenas a servidão, aos negros a escravidão, ambos os processos desumanizantes, porém isso externa como desde a colonização há um projeto que coloca as populações negras em lugar onde não há direitos. Isso também expõe a mancha indelével da cor, mancha que acompanhará pessoas negras, sobretudo em contextos em que houve o uso de mão de negra na condição de escravizadas.²⁶

O contexto de mudanças históricos e sociais, também pode ser analisado sob a perspectiva racial, sobre o fim da colonização é importante apontar que:

Nesse sentido, é importante mencionar que principalmente nas sociedades ocidentalizadas os efeitos da descolonização foram apenas político-territoriais, pois, desde o início da modernidade, as relações sociais não apresentaram nenhuma mudança estrutural significativa, considerando que a lógica de

²⁶ José Bonifácio, abolicionista usou o termo no seu discurso para se referir a pessoas negras e a sua estigmatização na sociedade brasileira. A Abolição no Parlamento : 65 anos de luta. -- 3. ed. -- Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAAF, 2020. 2 v. em 1

dominação social estabelecida pelo sistema colonial – por meio de raça, classe e origem – permanece praticamente a mesma, distribuindo e restringindo vantagens conforme hierarquias sociais criadas a partir de um pensamento hegemônico que subjuga pessoas, grupos e, até mesmo, sociedades inteiras – como é o caso de algumas sociedades africanas –, em nome de uma suposta superioridade baseada em conceitos e valores sociais eurocêntricos (ASSIS; SOUSA, 2019, p.161).

Temos assim uma mudança de regime, onde a liberdade foi concedida, entretanto as transformações que deveriam marcar o pós-abolição, não acontecem. A população negra não foi integrada devidamente na sociedade. Leva muito tempo até que afrodescendentes sejam vistos e respeitados como cidadãos. Isso demarca como o Brasil passou a lidar com a questão da racialização em seu território, visto que ela é sempre percebida como algo menor, a ponto de a teoria da democracia racial ainda ser parte das narrativas e discursos, seja para afirmar uma inexistência do racismo em terras brasileiras ou para afirmar uma coexistência pacífica entre brancos e não brancos.

Para além do trabalho, houve toda uma construção que desumanizava pessoas escravizadas. A colonialidade, nos mostra que exerceu e continua exercendo um grande poder não só no imaginário das sociedades, mas que é parte dessas identidades e está presente em discursos e em suas instituições, como é o caso dos museus, que são instituições que possuem uma história muito interessante quanto ao lidar com as diferenças culturais e identitárias, o passado e a memória.

Sobre a colonialidade, María Lugones (2020) diz:

Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas (Lugones, Maria, 2020, s/p).

Diante da afirmação de Lugones podemos refletir sobre como as questões de gênero ainda atingem as populações negras de modo distinto, as mulheres negras, entre outros grupos, são vilipendiadas não só pela colonialidade do poder, mas também pela colonialidade de gênero. A colonialidade foi perversa em sua lógica que atravessou esses corpos e suas subjetividades, e no caso das mulheres criou estereótipos como o de que são fortes, guerreiras, cuidadoras, sensuais, entre muitos outros.²⁷

²⁷ A autora em seu texto, Colonialidade e gênero, Lugones faz uma crítica a perspectiva do conceito de colonialidade do poder, de Anibal Quijano. Suas reflexões ampliam a questão sobre a colonialidade e o

A colonialidade persiste em nosso cotidiano a partir de muitas de nossas práticas, mas, um traço que escancara a continuidade dela, é como as populações negras ou elementos de sua cultura são percebidas e tratadas em nosso território. Quijano (2009) argumenta que: “A ‘racialização’ das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo. Ou seja, da sua colonialidade” (QUIJANO, p. 107).

Ao que parece, o elemento colonialidade entranhou-se na sociedade brasileira, deixando evidente que as relações sociais e de poder se dão de modos distintos entre classes diferentes, mas sobretudo entre grupos brancos e não-brancos, assim como Quijano (2009) destaca: “As diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos foram usadas como justificação da produção da categoria ‘raça’, embora se trate, antes do mais, de uma elaboração das relações de dominação como tais²⁹” (QUIJANO, p.106)

Essa produção de novas identidades impactou a construção dos territórios latino americanos e criou efeitos profundos. Desde o período escravocrata até os dias atuais é perceptível as consequências desse período, principalmente no que se refere as populações afro-brasileiras e povos originários. Torna-se então imprescindível que saibamos que nossa cultura, foi criada a partir de ideias hegemônicas e eurocêtricas e que isso afeta a percepção que temos da nossa história, seus personagens e de nossa cultura.

Nessa perspectiva, Stuart Hall (2002) nos traz a discussão sobre culturas nacionais como comunidades imaginadas. Sendo assim, a identidade nacional é forjada por uma série de elementos que unem sujeitos sociais distintos sob um mesmo sentimento. Hall (2002) argumenta que "as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*" (p.48).

Para Start Hall, culturas nacionais são:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* –

gênero. “Entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais (LUGONES, María, 2020, s/p).

um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (Hall, Stuart, 2002, p.50).

Nesse sentido, pensar a identidade brasileira, como um conjunto de símbolos e representações, como diz o autor, é possível também inferir que atravessa esse conjunto, a colonialidade. Partindo do que Quijano argumenta, desde a criação das novas identidades a começar na colonização não só a brasilidade, também as nossas identidades locais, neste caso em específico, a identidade do/a cearense também recebe a influência da ideia de raça e da inferioridade das populações negras. O que pode ter contribuído para o cenário, ora de negação da existência de pessoas negras no Ceará, ora da minimização do contingente de pessoas negras no território cearense.

Em concordância com isto, temos:

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados (MOURA, Clóvis, 1988, p. 30).

A tarefa de pesquisar o lugar dado as pessoas negras na exposição, Ceará: História no Plural realizada no MUSCE é um trabalho que procura compreender como as estas populações foram e são vistas e mais do que isso, como são representadas. Para isso é fundamental entender as relações de poder estabelecidas no território cearense, que não se referem apenas ao nosso contexto, que são anteriores e que marcaram profundamente o povo brasileiro e sua construção.

2.2 Colonização no Brasil

O período da colonização, que durou por volta de 400 anos deixou marcas profundas em nosso país. A chegada dos portugueses em abril de 1500, fazia parte da expansão marítima que buscava entre outras coisas, especiarias. Com a chegada dos lusitanos, para que fosse possível executar as atividades extrativistas (primeiro com o pau-Brasil, depois com as plantações de cana de açúcar, a mineração e as plantações de café) foi instituído a escravização de indígenas e posteriormente de africanos. Sobre isso, Abdias Nascimento afirma que:

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força

de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (NASCIMENTO, Abdias, 2016, p.57).

A presença de povos indígenas no território que hoje é o Brasil faz com que essas populações também sejam utilizadas como mão de obra, entretanto, assim como Nascimento, Sérgio Buarque de Holanda (1995) declara, a dimensão e importância do trabalho de pessoas negras escravizadas no período colonial. Destacando que:

Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos. Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais (BUARQUE, Sérgio, 1995, p. 48).

A formação do país foi levada a diante através do tráfico de pessoas e sua exploração. Pontuar como a história começa em nosso território é olhar para um período de violências, mortes, sofrimentos. Contextualizar este momento histórico que corroborou para a sociedade que vivemos, onde o racismo estrutural se faz presente se faz necessário pois há uma negação sobre a presença do racismo no cotidiano de pessoas negras.

Sobre a colonização, Antônio Xavier e Lisimere Xavier (2012) dizem que:

A Colonização oficial pelos portugueses das terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil não foi por acaso. O projeto de expansão marítima encetado pelos europeus em busca de território e riquezas, além de uma necessidade, fazia parte também dos planos das monarquias nacionais consolidadas a partir da segunda metade do século XIV. Tendo sido Portugal uma dessas monarquias pioneiras permite entendermos, naturalmente, que essa nação tenha se projetado ao longo dos mares em busca de conquistas. Esses fatos estão diretamente ligados com o fim da Idade Medieval (século XV) e, principalmente, com a substituição do modo de produção Feudal para o Capitalismo do mundo moderno (XAVIER; VALE XAVIER, p.1840, 2012).

Ao se falar sobre o período colonial, Cesarie (1978) é assertivo ao dizer que: “E digo que da *colonização* a *civilização* a distância é infinita; que, de todas as expedições acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano” (Cesarie, 1978, p.15 e 16).²⁸ O autor demarca em sua obra, a violência da colonização e seu teor destrutivo. Narrando o horror imposto pela Europa, e com pesar fala também sobre as *extraordinárias*

²⁸ Discurso sobre o colonialismo, de Aime Cesarie, de 1978.

possibilidades suprimidas, de todas as coisas e civilizações que tiverem fim, de tudo que não foi.

Diante das *possibilidades suprimidas*, Clóvis Moura (1988) destaca que:

Esse mecanismo permanente de barragem à mobilidade social vertical do negro, com os diversos níveis de impedimento à sua ascensão na grande sociedade, muitos deles invisíveis, os entraves cria dos pelo racismo, as limitações sociais que o impediam de ser um cidadão igual ao branco, e, finalmente, a defasagem sócio-histórica que o atingiu frontal e permanentemente após a Abolição, como cidadão, indo compor as grandes áreas gangrenadas da sociedade do capitalismo dependente que substituiu à escravista, [...] (MOURA, Clóvis, 1988, p. 30).

Os autores, compreendem que o fenômeno da colonização constitui uma série de violações, que gerou marcas enraizadas em nossos modos de viver e estar no mundo. O racismo alimentado por inúmeros anos no período colonial, também continua vivido em nosso cotidiano, seja nas ementas de cursos de Ciências Sociais, onde há muito pouco sobre conhecimentos afrikanos e afro-diasporicos.²⁹, o que fica evidente seja na dificuldade de cumprimento das leis 10.639 e 11.645, seja nos índices de violência que demonstram que pessoas negras são mais vítimas,³⁰ ou outras esferas da vida pública que atestam como a sociedade estruturou-se de modo a impedir a mobilidade e ascensão da população negra brasileira.

Outro elemento que se mostrou crucial para que a o período colonial, fosse percebido de modo mais brando, foi o papel da Igreja Católica/ um outro ator fundamental no: “Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos.” (NASCIMENTO, Abdias, 2016, p.63)

Desde o início da escravidão, os africanos confrontaram a instituição, negando fatalmente a versão oficial da sua docilidade ao regime, assim como sua

²⁹ Ver mais em: Silva, Ana Paula De Holanda. O lugar dos conhecimentos afrikanos e da diáspora nas epistemologias das Ciências Sociais do Ceará. 2021. 197 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2021) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

³⁰ Segundo o Atlas da Violência de 2025, temos que: “As discrepâncias observadas nas taxas e no risco relativo de vitimização letal evidenciam que a população negra permanece submetida a um cenário de violência desproporcional. Os dados demonstram a permanência de uma estrutura racializada da violência, que se expressa de maneira diferenciada nos territórios e resiste mesmo em contextos de avanços legislativos e institucionais no campo das políticas públicas. Assim, os dados reforçam a necessidade de reconhecer a atuação seletiva do Estado como parte constituinte de uma arquitetura da violência que naturaliza a vulnerabilidade de pessoas negras. A persistência da “zona do não ser”, conforme referida no início do texto, se manifesta no abandono da dignidade negra frente à violência letal” (CERQUEIRA; BUENO, *in* ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2025, p.85). Para ver mais, acesse: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/17165/1/Atlas_da_Violencia_2025.pdf.

hipotética *aptidão natural* para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta (NASCIMENTO, Abdias, 2016, p.70 e 71).

Cercar-se de autores que traduzem os horrores da colonização, é uma maneira de não esquecer os crimes cometidos contra essas pessoas, da qual a motivação foi também a cor da pele, assim como Quijano (2005, 2009) exaustivamente apresenta sobre o capitalismo como um novo padrão de poder, colonial, eurocêntrico e racista. Dessa forma, em *Discurso sobre o colonialismo*, de 1978, Cesarie destaca que:

Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a acção colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como animal, tende objectivamente a transformar-se ele próprio, em animal. É esta acção, este ricochete da colonização que importava assinalar (CESAIRE, Aime, 1978, p.23 e 24).

É diante dessa conjuntura que nasce um país, onde o próprio colonizador ao ato de desumanizar o outro, também se desumaniza. Onde a exploração de corpos indígenas e africanos são consumidos rapidamente para dar conta dos interesses econômicos dos invasores e no qual a história da escravidão marca profundamente corpos negros desde aquele período e retira dos corpos brancos a responsabilidade dos privilégios “concretos e simbólicos” alcançados por meio da escravidão. Sobre isso, Aparecida Bento (2016) afirma:

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra etc., etc (BENTO, 2016, s/p.).

A partir do que Bento (2016) coloca, torna-se pertinente discutir o espaço do Museu do Ceará por meio dessa ótica, que percebe os privilégios que atravessam as relações de corpos brancos. Ao assumir que a abolição da escravidão resolveu as questões referentes as populações negras, e que agora são livres e possuem poder, é uma realidade que não implica as estruturas racistas que cercam sujeitos e sociedades. Ao citar o silêncio e a cegueira sob a qual a população branca esteve e está, Bento (2016) possibilita

responsabilizar os grupos dominantes responsáveis pelas profundas desigualdades que atravessam o Brasil.

2.3 Do Ceará a Fortaleza: caminhos em construção

O atual Estado do Ceará levou algum tempo para ser percebido como um território atraente aos olhos da metrópole. A história de sua ocupação começa no fim do século XVII, onde a Coroa Portuguesa passa a adotar outras estratégias para impulsionar a capitania. Além da produção de açúcar, que era uma atividade presente no litoral, a expansão da pecuária colaborou para o desenvolvimento da capitania do Ceará (Jucá Neto, 2012).

A respeito desse contexto, José Pinheiro (2007) declara:

A medida que a produção açucareira avançava pelas terras do litoral, que se estendem da Paraíba até a Bahia, a pecuária, como uma atividade subsidiária da produção açucareira, foi sendo tangida para o interior. Dessa forma, ocorreu a ocupação do interior da região hoje denominada Nordeste, principalmente a dos territórios das capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esse espaço livre para os grupos indígenas, que haviam sido gradativamente expulsos da faixa litorânea, foi-se transformando aos poucos em território da pecuária (Pinheiro, José, 2007, s/p)

A presença de comunidades indígenas no local se mostrou um grande desafio para o estabelecimento dos primeiros portugueses, Pinheiro (2007) destaca a violência como marca da expansão territorial. A região em si, se mostrava também hostil e adversa. Em relação ao clima, Jucá Neto destaca que:

O território cearense - como meio natural e base material da existência - não se apresentou nada favorável à fixação dos primeiros conquistadores². A conquista aconteceu de forma bastante violenta. Somente passado o medo da região, os desbravadores construíram suas fazendas e levaram suas famílias para o sertão³. O medo era resultante da adversidade climática e da resistência indígena. Durante o século XVIII, a seca manifestou-se por cinco vezes por todo o Nordeste: 1721-1725; 1736-1737; 1745-1746; 1777-1778; e 1791-1793⁴. A Guerra dos Bárbaros⁵ foi apenas um dos capítulos da sangrenta conquista⁶. Além do embate com os índios, as brigas entre os sesmeiros também coloriram de sangue a colonização (NETO, Jucá, 2012, p.134).

O autor Jucá Neto (2012) desdobra os anos de setecentos e oitocentos mostrando sobretudo como o clima árido do sertão e a resistência das populações indígenas foram elementos que dificultaram a instalação dos portugueses, mas a presença da Igreja Católica e a brutalidade dos boiadeiros e suas ações foram permitindo-os ao longo do tempo fixar-se.

Sobre as populações indígenas é significativo compreender que do encontro entre eles e os portugueses, as imposições buscavam “sobretudo, adotar noção de utilidade no sentido mercantilista era essencial” (Pinheiro, 2007, p.19). O que demonstra que o período colonial foi de fato violento em muitos aspectos, inclusive no cultural, pois estabeleceu como certo o modo de vida dos recém-chegados e o menosprezo pela cosmovisão dos povos originários. Pinheiro (2007) estabelece que:

Os conquistadores, sejam os colonos e missionários, procuravam pelos mais diversos meios submeter os povos indígenas ao modo de vida europeu, que nesse período fazia-se capitalista. E, como afirmado anteriormente, a terra para o europeu era fundamentalmente um meio para produzir mercadorias; enquanto que, para o índio, o território era “fator considerado indispensável a sua integridade física e sociocultural” (PINHEIRO, José, 2007, p.25).

Além da presença de povos indígenas, a organização territorial aos moldes chegou tardiamente ao Ceará, o que Jucá Neto (2012) acentua como uma “posição periférica”. O autor também destaca que:

Não é difícil afirmar que o Ceará, ocupando uma posição periférica no conjunto dos interesses econômicos e geopolíticos portugueses, ficou à margem das ações que envolveram investimentos tecnológicos com vistas à adequação das capitanias e de suas vilas às ações lusitanas ordenadoras do espaço (NETO, Jucá, 2012, p.).

Portanto, a construção da capitania do Ceará teve dificuldades em receber atenção e incentivos, e a criação das vilas foram a forma de dar corpo a capitania. Sobre esse processo, Jucá Neto salienta:

A fundação das vilas, além de prosseguir com o movimento de centralização administrativa do Estado português (ante a dispersão reinante nos primeiros 40 anos de colonização do Ceará) e garantir a continuidade do território, promoveu um ordenamento espacial da capitania a partir de uma razão distante, pela delimitação das áreas dos novos núcleos e de seus termos (NETO, Jucá, 2012, p.142).

Logo, a formação do Estado do Ceará se deu de maneira lenta e gradual, e foi a partir da criação das vilas, que o território foi sendo povoado. Algo que demarca a presença e importância da Igreja Católica na colonização, é que as vilas normalmente eram fundadas onde estavam estabelecidas paróquias. Dentre as vilas, a primeira a surgir foi a Vila de Aquiraz, seguida pela Vila de Fortaleza, depois Vila de Icó e assim

sucessivamente³¹. Sobre o papel do cristianismo na colonização, Pinheiros (2007) frisa que:

Viver conforme os costumes dos cristãos implicava em um processo de abandono do seu modo de vida, e mais, não implicava apenas seguir os preceitos religiosos, mas em assumir os valores de uma sociedade em que as relações sociais se tornavam cada vez mais mediadas pela troca de mercadorias (PINHEIRO, José, 2007, p.22).

A fundação da vila de Fortaleza, segundo, Maria Costa³² (2014), se dá no ano de 1726. A princípio, a vila manteve-se como um lugar de passagem e abastecimento, entre as outras províncias. Sobre isso, Costa (2014) ressalta:

No século XVII, o território da futura cidade de Fortaleza foi ocupado com objetivo militar, de entreposto comercial entre as capitanias do Norte. O pequeno povoado tinha como função apoiar a passagem para os que vinham do Pará ou Maranhão em direção a Pernambuco. A cidade, nascida entre outros núcleos urbanos já desenvolvidos, terá que esperar mais de um século para se tornar um aglomerado populacional importante (Costa, Maria, 2014, p.82).

A imagem da vila é caracterizada como: “Um forte, um riacho e poucos moradores esta é a imagem da antiga vila de Fortaleza, conhecida e descrita pelos viajantes” (Costa, 2014, p. 82). Maria Costa (2014) salienta também que: “No começo do século XIX, Fortaleza ainda crescia lentamente, à margem esquerda do Pajeú, acompanhando as tortuosidades deste rio, principal fonte de abastecimento de água”. O desenvolvimento da vila, assim como da capitania, passa a acontecer de modo mais expressivo quando a Capitania do Ceará, em 1799, passa a ser independente da Capitania de Pernambuco e a atividade do comércio pode ser realizada diretamente com a metrópole.

Em 13 de abril de 1726, a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (Figura 3) foi elevada à categoria de vila pelo governo metropolitano. Durante todo o século XVIII, mesmo sendo a vila, morada dos capitães mores da capitania, Fortaleza continuou um povoado pobre, abandonado e insignificante, mantendo função puramente administrativa e não se destacando pelas atividades econômicas, pois estava isolada dos principais centros populacionais do Ceará (COSTA, Maria, 2014, p.86).

³¹ O texto apresenta uma pesquisa detalhada sobre o processo de ocupação do Ceará: Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas, de Clovis Ramiro Jucá Neto, 2012.

³² Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX, de Maria Clélia Lustosa Costa.

Onde estão os negros nesse período? A presença de pessoas negras no Ceará já no período de colonização, é destacado por Eurípides Funes (2007). O autor argumenta que essa presença se deu por algumas atividades específicas. Funes (2007) acentua que:

A medida que a ocupação do Ceará foi-se efetivando, consequência natural da frente expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros, pardos, vindos de províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de quarta, ou como morador e agregado junto as fazendas de criar (FUNES, Eurípides, 2007, p.105)

Assim, a população negra participa do crescimento do Estado, contribuindo a partir do trabalho. Os anos a partir de 1800, são marcados por algumas mudanças como: a impulsão da atividade agrícola por parte de Luiz Barba Alardo de Menezes³³ durante sua atividade política, entre os anos de 1808 e 1811, seguido de Manuel Inácio de Sampaio, que atuou como governador do Ceará entre 1812 e 1820 e trouxe, Antônio José da Silva Paulet, engenheiro que “elaborou o primeiro plano de expansão da vila”(Costa, 2014, p.93).

Constatada a necessidade de se construir edificações públicas e elaborar normas para a expansão da vila, o governador da Capitania do Ceará, de 1812 a 1820, Coronel Manuel Inácio de Sampaio, trouxe como seu ajudante de ordens, o português Tenente-Coronel Engenheiro Antônio José da Silva Paulet. Sampaio iniciou a organização administrativa da Capitania instalando a Alfândega [...] (COSTA, Maria, 2014, p.92).

A medida que cresce, torna-se incontornável a presença das populações negras escravizadas para o crescimento das vilas e da província como um todo. Funes (2007) argumenta que:

Todavia, a introdução da mão-de-obra africana não deixou de ocorrer, tornando-se mais acentuada a partir das últimas décadas do século XVIII, quando a lavoura algodoeira, ao lado da pecuária, constituiu-se num dos principais atrativos para a população advinda de outras áreas nordestinas e da metrópole portuguesa. No final, do referido século, praticamente quase todas as terras cearenses já estavam tomadas pelos “colonizadores”. O Ceará estava incorporado ao mercado colonial graças a força de trabalho do nativo, do homem pobre livre – em especial do negro e mestiço libertos – e do cativo nacional e africano (FUNES, Eurípides, 2007, p.106 e 107).

Assim a vila de Fortaleza, é elevada à categoria de capital, após a independência, em 1823. Costa (2014) também destaca a expansão da capital em dois governos, o de José Martiniano de Alencar e o de Antônio Rodrigues Ferreira³⁴. Durante

³³ Segundo Mária Clélia Lustosa Costa, foi o terceiro governador da Capitania do Ceará.

³⁴ Ocupou a presidência da Câmara, entre 1842 e 1859, e ficou popularmente conhecido como Botânico Ferreira.

o primeiro houve a criação e implantação de diversas construções públicas, visando a melhoria da cidade. Já no período do conhecido Botânico Ferreira, o intenso comércio favoreceu o crescimento da cidade, assim como de sua população. A cidade crescia e com isso, o número de afro-cearenses também. Assim, Funes (2007) salienta a porcentagem existente no Ceará, o que indica que há muito tempo existem negros vivendo nas terras alencarinas.

No início do século XIX, a presença de afro-brasileiros já era significativa por estas terras cearenses, onde negros e pardos libertos somavam 60,7% de uma população total 77.375 habitantes. Neste universo, a população negra e parda cativa, somava 12.254, ou seja, 15,8% da população (FUNES, Eurípides, 2007, p. 104)

Os dados apresentados por Funes (2007) em relação ao número de negros e negras no Ceará são retirados da Revista do Instituto do Ceará (RIC) e de Censos Demográficos, a primeira tabela registra já em 1804, o número da população total (separados em brancos, pretos e pardos livres, pretos e pardos escravos³⁵), assim como as vilas. Durante o texto, outras tabelas indicam a presença incontestável das populações negras no território cearense.

Sem dúvida, a presença de escravos africanos, no Ceará, é bem inferior, comparada com outras províncias nordestinas, como Bahia, Pernambuco e Maranhão. É inegável, porém, que essa presença marcou profundamente as relações de produção que se consolidaram no sertão e nos centros urbanos cearenses, nos séculos XVIII e XIX, em face da divisão do mundo do trabalho com o nativo escravizado, posteriormente liberto, e com homens pobres livres, brancos, negros e mulatos (FERREIRA, J. Hilário, 2005, p. 32)

O autor Ferreira³⁶ (2005) também destaca as sociabilidades entre pessoas escravizadas e libertas, o que permitiu um intercâmbio de informações e resistência vista a uma realidade que buscava diminuir essas trocas. Nesse contexto, as práticas de oralidade tornaram-se fundamentais para que outros futuros fossem pensados, sobre isso, o autor destaca que:

³⁵ A nomenclatura está escrita assim, portanto a reprodução se deu maneira integral. Atualmente, a nomenclatura utilizada é escravizada/ escravizado para se referir a pessoas que foram sequestradas e vendidas durante o período colonial.

³⁶ A conquista dos espaços da festa, do batuque e do samba não representava apenas uma atitude transgressora da ordem estabelecida. Esses espaços e freqüentados por aqueles vistos como alvo dos traficantes - escravos, libertos e livres - tornavam-se lugares de sociabilidade e autonomia, onde se estabelecia o contato tão negado e proibido pelos códigos de postura que continham artigos que estabeleciam o controle e a disciplina dos negros, em especial dos cativos, impedindo-os de se organizar em grupo, a exemplo do "artigo 21" do "Código de Postura de Sobral de 1867 [...]" (FERREIRA, J. Hilário, 2005, p. 47)

No Brasil, o processo de ensino e aprendizagem dos membros dessas religiões, ainda é feito, única e exclusivamente, pela oralidade. Na África, acredita-se, essa prática é comum em algumas instituições tradicionais, como forte elemento de luta e preservação da cultura africana, contra intensa presença da cultura ocidental, no continente, resultado do processo de colonização europeia. A oralidade é a principal característica da cultura africana (FERREIRA, J. Hilário, 2005, p. 44).

Por fim, ressalto que apesar da presença negra no Ceará ser já nesse momento, provado, Martins (2014) destaca um que houve um período, anterior a abolição no Ceará, em 1884 e no Brasil, em 1888 onde se deu o tráfico entre províncias. Martins (2014) aponta que:

O grande dilema daquele momento era o tráfico de escravos para outras províncias. Lembremos que enquanto o Ceará vinha num ritmo de diminuição de sua população cativa, naquele contexto motivado pela seca que o assolou em fins da década de 1870, regiões de economia mais dinâmica como Rio de Janeiro e São Paulo necessitavam cada vez mais de escravos para manter a produção de café. Considerando a impossibilidade de aquisição de escravos africanos, proibida definitivamente desde 1851, restava agora a compra de escravos nacionais. É aqui que o Ceará é importante. No início da década de 1880, a província do Ceará era a maior exportadora de escravos do Brasil (MARTINS, Paulo, 2014, p.10)

Essa questão destaca também como não o processo de deslocamento de pessoas escravizadas pode ter ocorrido mais de uma vez, já que a venda, ao menos no Ceará, a partir de 1880 torna-se lucrativa pois é uma maneira de burlar as leis vigentes. O tráfico interprovincial também parece ter fortalecido a narrativa de invisibilização do negro cearense.

Eis que as terras áridas, ocupadas pela primeira vez, por portugueses em 1603, passaram a ser uma cidade a pleno desenvolvimento dois séculos mais tarde. A Capitania do Ceará e sua capital, Fortaleza de Nova Bragança ainda seriam palco de outras mudanças. No ano de 1884, o Ceará seria o primeiro Estado a libertar pessoas escravizadas.

3 MUSEU E RACIALIDADE

Os museus, na qualidade de espaços privilegiados para a preservação da cultura material, reafirmaram/reafirmam uma memória nacional que expõe e valoriza objetos e ideias relacionadas ao quadro de referências culturais branca, católica e europeia (Carmem Zeli de Vargas Gil e Carla Beatriz Meinerz).

Este capítulo tem como objetivo apresentar discussão sobre a categoria *museu* e a perspectiva racial presente nesses espaços. Ao compreender as mudanças ocorridas

durante o tempo nessas instituições, fica perceptível alguns avanços, entretanto, tensionar os museus a partir da racialidade, é pontuar que a presença de populações indígenas e negras nesses espaços, por vezes, partem de uma visão cristalizada sobre essas comunidades e suas culturas.

Ao indagar sobre esses processos de invisibilização e apagamento em instituições museológicas, vale salientar, assim como Nila Barbosa (2018) que: “Portanto, se as coleções em museus são reflexos de relações humanas e das interpretações dessas relações efetuadas naquelas instituições, são ao mesmo tempo objeto de estudo da Cultural Material” (BARBOSA, 2018, p.15 e 16).

Nesse sentido, a autora atesta a relação entre a Cultural Material e as relações de poder e hierarquia estabelecidas, que influem nas dinâmicas e narrativas sobre coletivos e indivíduos. Um outro elemento/valor que está presente nos museus é o de representação, sobre isso, Barbosa (2018) conclui que:

No patrimônio cultural, nos museus principalmente, outro valor é auferido dos objetos: o de representação. Neles, a representação pode ser entendida como a ideia que se tem de alguém, de um fato ou de alguma coisa. Nos museus, representar significa dizer de determinado tema, pessoa ou objeto com propriedade tal que parece irrelevante inferir que a representação é uma interpretação plausível, mas não necessariamente a única cabível (BARBOSA, Nila, 2018. p.17).

Levantar o debate sobre a representação de populações negras em museus, assim como questionar o que é considerado patrimônio³⁷ no território brasileiro e em específico, no cearense diz respeito também a trazer à tona culturas silenciadas. Por isso, ao pensar sobre os debates a cerca do patrimônio brasileiro, refaço duas interrogações postas por Gil e Meinezr (2021) perguntas orientam esse trabalho, a primeira delas é: **“o que podemos considerar sobre o patrimônio cultural a partir de uma perspectiva étnico-racial e de um pensamento pós-colonial ou descolonizador e decolonizador?”** e a segunda é: **“Uma sociedade desigual do ponto de vista étnico-racial, com histórica**

³⁷ De acordo com o artigo 216 da Constituição Brasileira: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988).

estigmatização de grupos não brancos, tende a esquecer e evitar o registro das memórias como a de negros e indígenas?³⁸’.

As questões abrem um leque de possibilidades para se pensar a multiplicidade de lugares, coletivos, movimentos, territórios, tecnologias e culturas que são e não percebidas dentro do conceito de patrimônio, assim como entender que dinâmicas instaladas a partir da colonização continuam efetivas. O questionamento das autoras traz para contexto da pesquisa e também projeta como a questão racial no território brasileiro está posto. Em relação ao contexto cearense ora se nega, ora se esquece a presença dos afro-cearenses e isso em si evidencia a presença da categoria epistemicídio, assim como a de colonialidade. Além dessas questões, durante o capítulo também será apresentado o Museu do Ceará, que é o espaço onde essa pesquisa se realiza.

3.1 Os Museus são racializados?

Ao refletir sobre o espaço do museu, a partir da perspectiva racial, essa pesquisa compreende como indissociáveis os elementos históricos, sociais e étnico-raciais, tendo em vista que a colonialidade do poder se enraizou no contexto brasileiro e sofisticou as dinâmicas de classificação. A partir disso, as instituições museológicas brasileiras, também passaram a analisar as múltiplas referências que afetam os processos museais e históricos.

Das muitas instituições que contribuem com a produção intelectual do campo museológico, o IBRAM proporciona uma série cursos, obras e coleções que ofertam aos públicos, especializados ou não, uma fonte teórica de pesquisa e reflexão. No que se refere as relações raciais, a série: *Caminhos da Memória: Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira* (2018), apresenta o percurso histórico, que demonstra os tensionamentos existentes desde o início da década de 2000, e que de lá para cá ganhou força. Sobre essa conjuntura, temos:

Por último, mas não menos importante, ele é um clássico movimento de verticalização da política pública, de modo a associar gestão de patrimônio e política de promoção de igualdade racial, compromisso firmado pelo governo brasileiro por meio do acolhimento de diferentes documentos internacionais, entre eles a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001) e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2002) (IBRAM, 2018, p. 6).

³⁸ Grifos da autora.

Portanto, a agenda política incorpora as demandas dos movimentos sociais, neste caso, no que diz respeito as relações raciais no Brasil e aos museus, demonstrando que as instituições museais são, de fato, racializadas, entretanto, houve por tempo uma “folclorização” da cultura africana e afro-diaspórica. O IBRAM (2018) indica também que:

Por meio deste pequeno livro, os diferentes atores do campo poderão não apenas atualizar-se quanto ao contexto histórico, mas compreender a obrigatoriedade de pensar a política de museus e outros espaços de memória de modo a enfrentar o racismo institucional que continua invisibilizando ou folclorizando a memória e a cultura afro-brasileira e africana, promovendo uma ação museal que contribua para a produção de representações sobre o nosso país que se pareçam com seu povo (IBRAM, 2018, p.7).

Neste sentido, o começo dos anos 2000 marca a busca de modo mais incisivo da promoção da igualdade racial, ainda que questões sobre a racialidade continuem urgentes, em vista da construção social e histórica que atravessa a história do Brasil e reverbera em todos os espaços, inclusive os museus. Pautar a diversidade cultural e étnica é um processo de resgatar as contribuições de povos africanos e seus afrodescendentes a fim de evidenciar que também existiu resistência, cultura, conhecimentos além de morte, violência e dor.

De acordo com o Cadastro Nacional de Museus³⁹, existem no Brasil⁴⁰ mais de três mil museus. De acordo com Deborah Silva Santos (2022), pesquisadora que construiu um levantamento⁴¹ sobre museus que se referem a culturas negras, ela destaca que: “[...] cinquenta e um museus foram identificados como museus do negro, ou melhor,

³⁹ Plataforma criada em 2006, com intuito de mapear os museus existentes no Brasil. Para mais informações, acesse: <https://antigo.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/cadastro-nacional-de-museus/>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

⁴⁰ Sobre o cenário de museus no Brasil: “Os números indicam, portanto, que os museus brasileiros estão em franca expansão, o que sinaliza sua crescente centralidade no âmbito das políticas públicas da esfera patrimonial e do apoio de patrocinadores privados. Permanece, para essas instituições museológicas, o desafio de equilibrar paulatinamente as desigualdades regionais de sua localização, a disputa por investimentos e patrocínios e, especialmente, o embate perante uma trajetória que ainda é marcada por outras hierarquias, advindas de sua gênese eurocêntrica e de seu compromisso tradicional com narrativas excludentes. São essas dimensões que se constituem cada vez mais como objeto da autocrítica institucional e de diferentes campos disciplinares que têm os museus como tema e desafio de reflexão” (MARINS; SCHPUN, 2022, p.6).

⁴¹ De acordo com Deborah Silva Santos, o levantamento foi realizado a partir dos dados do Guia Brasileiro de Museus e do Cadastro Nacional de Museus. Ela elencou nove critérios para construí-lo. O artigo apresenta uma valiosa contribuição ao campo, pois traz reflexões sobre história, memórias e discontinuidades.

especializados na preservação das culturas negra, ou melhor, especializados na preservação das culturas negras.” (SANTOS, 2022, p.94).

Entre eles temos museus que se dedicam a religiões afro-brasileiras, ao período da escravidão, a abolição, a personalidades negras entre outras temáticas que estão relacionadas as populações negras. Portanto, é importante pautar que museus sempre foram espaços racializados visto que eles são instituições muito antigas que surgem com o objetivo de ensinar sobre o passado, compartilhar memórias, reforçar ritos e mitos, apresentar visões de mundo e isso também faz parte da criação dos museus afro-brasileiros.

A relevância de compreender a relação entre o museu e a racialidade é um dos inúmeros caminhos para construir uma sociedade racialmente justa, pois analisar como as populações negras e seus signos são retratadas em exposições Brasil afora nos permite compreender quais olhares são dados a essas pessoas, sua cultura, sua ancestralidade, suas particularidades. Pontuando também que o esforço de construir espaços em que outras imagens, representações e memórias sejam faz parte de iniciativas como a do IBRAM.

No entanto, antes de adentrar questões específicas sobre o Museu do Ceará, é válido conhecer o contexto de surgimento dos museus no Brasil. Para isso, a realidade brasileira foge ao que se propunha os museus europeus. Sobre esse contexto, Marins e Schpun (2022) assinalam que:

O surgimento dos primeiros museus em território brasileiro fugiu quase totalmente dessas tendências. A formação de coleções de história natural, de etnologia e arqueologia foram largamente privilegiadas desde a criação do Museu Real em 1818, na cidade do Rio de Janeiro. Expandia-se assim um interesse pela natureza e pelos povos indígenas já presente no período colonial, quando expedições científicas, como a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (realizada entre 1783 e 1792 na Amazônia), alimentaram as coleções metropolitanas em Portugal. Nesse sentido, o surgimento dos museus no Brasil no século XIX não foi capaz de romper com essa visão colonial redutora, que desestimulava a criação de museus de história ou de arte. Nem mesmo a qualificada produção de pinturas de história elaboradas pelos mestres e alunos da Academia Imperial de Belas Artes, resultou na criação de um museu público de arte na Corte carioca (MARINS; SCHPUN, 2022, p. 2).

O Museu Real⁴², leva o título de primeiro museu brasileiro, porém outras experiências já existiam anteriormente. Conhecer esse cenário se faz necessário, pois há

⁴² Atualmente Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

uma relação entre essas instituições e a identidade nacional. Como marco dessa nova identidade, temos o Museu Nacional que:

O Museu Histórico Nacional, criado apenas no centenário da Independência do país, passa a narrar a trajetória do país a partir de um viés político conciliatório, em que a hegemonia de suas elites atravessava as rupturas políticas, sem quebra da ordem e das hierarquias sociais. Até mesmo a Abolição é compreendida como uma expressão dos embates das elites, desencadeando o fim da escravidão, processo que jamais foi visto como resultado de movimentos sociais mais alargados (MARINS; SCHPUN, 2022, p. 3 e 4).

Apesar de surgir apenas 1922, o Museu Histórico Nacional marca uma série de mudanças no cenário. Entretanto a questão racial ainda surge em momentos pontuais e condicionado a participação das pessoas negras que fazem parte da equipe, demonstrando que o debate racial ainda tem um longo caminho a percorrer. Dentro desse quadro, entretanto não constam os museus estaduais, que por vezes também refletem sobre a presença negra em seus territórios. Dito disto, é nesta categoria que se encontra o Museu do Ceará. No MUSCE temos a exposição de longa duração, *Ceará: uma história no plural*.

Junto a isso, Ana Oliveira (2008) destaca como o momento buscava legitimar esse novo projeto de Brasil. A autora demarca que:

A comemoração do Centenário da Independência representou um ritual de grande significação simbólica. Para um país que pretendia garantir a sua unidade política e territorial, fazia-se necessário fortalecer os vínculos identitários da população. Era preciso celebrar heróis e acontecimentos, a fim de promover o sentimento patriótico, de orgulho em relação à nação emergente. Daí a necessidade de constituição de uma memória nacional promovida pelo Estado, voltada para a construção de um panteão histórico formado por fatos e personalidades selecionadas do passado, reforçando a criação de uma afetividade coletiva. (OLIVEIRA, Ana, 2008, p. 3)

Portanto, as dinâmicas que atravessam a história brasileira, onde a eleição de heróis e heroínas é feito, são compostas também reafirmação de fatos históricos relevantes em momentos posteriores. No contexto, do centenário da independência, a busca era de alimentar a identidade nacional através da “afetividade coletiva”.

O surgimento de museus no Brasil, parte assim de uma produção que enxerga e atualiza no Brasil, as tendências vindas de outros lugares, adaptando também os discursos e os incorporando nas instituições. Mas e o conceito de museu, onde fica? Com a multiplicidade de perspectivas que existem atualmente, é possível olhar e pensar o

espaço museológico de modos diversos. Assim, trago a primeira definição a partir do Conselho Internacional de Museus, o ICOM⁴³.

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”. (ICOM, 2022)

Diante disso, temos hoje um espaço que vai além da simples exposição de elementos ou objetos, os museus são espaços de diálogo, construção de conhecimentos, lugares que lidam diretamente com a memória, a história, as culturas, mas também são os lugares onde se constroem afetos, onde se possibilitam encontros. Os museus hoje são fruto também de diversas demandas sociais, ou sejam são lugares onde pulsa vida, pois eles não estão apartados da sociedade e de seus problemas, eles são produto desse cotidiano.

Para além de pensar os museus a partir do que o ICOM coloca, Clifford pensa esse espaço a partir de Mary Louise Pratt que reafirma que os museus funcionam como zonas de contato, como espaços em que sujeitos que estavam separados no tempo e na geografia, por razões das mais variadas, têm a oportunidade de se encontrar (ENAP, 2023). Sobre isso, temos:

Diferentemente do termo "fronteira", que se "baseia na perspectiva da expansão europeia (a fronteira só é uma fronteira em se tratando da Europa)", a expressão "zona de contato" é uma tentativa de invocar a co-presença espacial e temporal de sujeitos anteriormente separados por disjunções geográficas e históricas, e cujas trajetórias agora se cruzam. Ao usar o termo "contato" pretendo enfatizar as dimensões interativas, improvisadas, dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difusionistas de conquistas e dominações. Uma perspectiva de "contato" destaca como os sujeitos são constituídos e as relações que têm uns com os outros. Ela enfatiza a co-presença, a interação, inter-relacionando entendimentos e práticas, muitas vezes dentro de relações de poder radicalmente assimétricas. (Clifford, p. 5, 2016)

Perceber os museus como zona de contato é partir da premissa que museus são lugares de encontro também, pois é partir do encontro com do(a) visitante com o

⁴³ O ICOM, Conselho Internacional de Museus é uma instituição sem fins lucrativos, associada a Unesco. Ele foi criado em 1946, com o intuito de concentrar as discussões sobre museus no mundo. Dessa forma, o conceito de museu apresentado em 2022, é fruto de intensos debates e pesquisas de associados que compõem o Conselho. Para ver mais, acesse: https://www.icom.org.br/?page_id=4.

objeto exposto, com o(a) educador museal, com o próprio espaço do museu que surgem críticas, reflexões, transformações trazendo outras camadas para quem se coloca naquele espaço. O museu a partir dessa concepção, coloca como a presença de sujeitos diversos é impactante.

Portanto, ao pensar o Museu do Ceará como uma zona de contato, onde diferentes sujeitos transitavam e acessavam aquele espaço e visitavam suas exposições, é pertinente indagar que visões a respeito das populações negras eram comunicadas, tendo em vista que havia a presença de objetos de tortura na sala Escravidão e Abolicionismo. Qual memória é acessada a partir desses objetos? Nila Barbosa (2018), estabelece que:

Os objetos em acervos e coleções museológicas possuem significações que são sempre atribuídas pelos grupos sociais que os criam e ou modificam. Por isso, em um museu, objetos podem traduzir concepções de nação e narrativas sociais que essas instituições empreendem e atores sócio-políticos-históricos que que privilegiam. (BARBOSA, Nila, 2018, p.25).

Portanto, a escolha de expor instrumentos de suplício⁴⁴, se não bem mediada, pode causar uma perpetuação da imagem da pessoa negra, um aprisionamento. Alimentando uma perspectiva de que o período histórico da escravidão foi o único momento relevante da história dessa população. Questionar o uso desses objetos e as motivações, é um movimento de tensionar quais outros objetos fazem parte da cultura afro cearense, e assim permitir que outras imagens se manifestem a respeito dessa população.

Somada a isso, se tem também as investidas de uma construção de identidade nacional que diminui a participação dos negros. Barbosa (2018) destaca que:

É uma tradição política e histórica, no Brasil, que o Estado invista nas ações de construção da comunidade imaginada nacional, com identidade única em processo contínuo de construção no qual o lugar do elemento negro da população negro é o da escravidão, datada e acabada com a abolição. (BARBOSA, Nila, 2018, p.24).

Assim como zona de contato, o Museu do Ceará é uma instituição museológica que trata da história do Estado do Ceará. Meneses (1994) ao falar sobre o museu histórico diz:

O museu histórico coleta, preserva, estuda e comunica documentos históricos. A exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a comunicação dos

⁴⁴ Termo utilizado pela autora Nila Rodrigues Barbosa para se referir a objetos empregados em flagelação de pessoas negras escravizadas.

documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar inferências sobre o passado - ou melhor, sobre a dinâmica - da sociedade, sob aspectos delimitados, que conviria bem definir, a partir de problemas históricos. Inferências são abstrações, que não emanam da materialidade dos objetos, mas dos argumentos dos historiadores, referindo-se a propriedades materiais "indiciárias" desses objetos e a informações sobre suas trajetórias. (MENESES, 1994, p. 39).

Compreender as particularidades do Museu do Ceará, enquanto uma instituição que dialoga com o passado e partir disso apresenta sua perspectiva da história do Estado. Sendo assim, a relação das populações negras a objetos de suplicio destaca que a violência foi um elemento central durante a colonização. Atualmente, a violência contra populações negras continua a se manifestar em diferentes

Assim, a escrita da história brasileira silenciou nos museus e em outras áreas da cultura as lutas das coletividades afro-brasileiras - suas irmandades, terreiros, a medicina caseira, a gastronomia, os jornais negros, os clubes, as festas, os saberes e as reelaborações criativas de referências culturais, as territorialidades, os quilombos, as favelas, a produção de conhecimento e as experiências negras na readaptação ao novo mundo. Invisibilizou a luta individual e coletiva contra o racismo e a discriminação e o ingresso no trabalho livre e remunerado. (SANTOS, Deborah, 2022, p.98).

3.2 Museu do Ceará

Escrever sobre uma instituição tão tradicional é uma grande responsabilidade, primeiro porque veio antes de mim e foi feita por pessoas que também vieram, surgiu com um propósito, e ao longo do tempo foi ressignificando a si ao mesmo tempo que também foi ressignificada, segundo porque já existem alguns trabalhos sobre o Museu do Ceará (Costa, 2012; Holanda, 2004; Oliveira, 2008; Nogueira, 2006; Ruoso, 2008; Sampaio, 2011; Santos, 2010; Sousa, 2011). Ainda que não sejam sobre o mesmo tema, falam sobre e desse espaço, muitos deles privilegiados pela presença⁴⁵ no próprio Museu. Então porque insistir?

Acredito que a insistência vem da necessidade de entender os processos socio-históricos que dizem respeito a invisibilização das populações afro cearenses, na cidade de Fortaleza e que fortalecem ou fortaleceram narrativas como a de **não há negros no Ceará**, mas também vem das descobertas. Vem de cada coisa que escutei dos meus e minhas interlocutoras, vem do espanto, dos encontros, vem do próprio processo de

⁴⁵ Alguns dos trabalhos contam com as experiências dos autores e autoras que vivenciaram o Museu como integrantes do núcleo educativo, ou mesmo como pesquisadores(as), já outras puderem desenvolver a pesquisa com o Museu aberto, diferente do contexto deste trabalho, que se ampara na produção bibliográfica, assim nos relatos de ex-colaboradores do MUSCE.

pesquisar que apesar de altos e baixos, é acompanhado pelo encanto e satisfação de descobrir, entender e falar sobre.

A partir dessas dinâmicas que envolvem a pesquisa, o período sobre o qual o Museu do Ceará será analisado, corresponde aos últimos dezenove anos da instituição, de 2000 a 2019, momento que vai até seu fechamento, devido a necessidade de passar por restaurações. Apesar da continuidade do MUSCE em outro endereço, Ceará: História no Plural, exposição de longa duração que também será analisada, foi a última ocorrida no Palacete Senador Alencar⁴⁶. Aqui em diante percorreremos o Museu e sua singular história, a exemplo dos sete endereços por onde já passou, assim como suas diferentes nomenclaturas. A proximidade dos cem anos de existência, evidencia as transformações ocorridas na instituição, assim como o próprio desenrolar da história do Estado do Ceará.

Ao compreender que o Museu do Ceará é um museu histórico, refletir e analisar a exposição de longa duração, Ceará: História no Plural, é preciso ter em mente que a discussão desses espaços se torna instigante porque ela constituída por várias perspectivas, ainda mais quando se trata da questão racial. Entender o museu e seus inúmeros processos de difusão de conhecimento, saberes e a própria produção deles, é também saber que instituições museológicas são feitas de lacunas e escolhas. Será o debate étnico-racial uma lacuna no MUSCE?

Antes de percorrer os caminhos tomados no que concerne a questão das populações africanas e afro-cearenses, é preciso voltar no tempo. Voltando no tempo, chegamos ao ano de 1932, onde acontece a criação do *Museu Histórico do Ceará (MHC)*, ele ocupava o andar térreo do Palácio da Luz⁴⁷. Apesar disso, foi apenas em 1933, que sua primeira sede oficial foi inaugurada (um casarão, que hoje não existe mais), o endereço estava situado na Rua 24 de maio, esquina com a Rua Liberato Barroso, número 238. Sobre esse contexto, Holanda (2004) diz:

O livro de ponto dos funcionários do Arquivo Público e Museu Histórico mostra que ambos foram instalados sob a supervisão de Eusébio no andar térreo do Palácio da Luz (à época sede do Executivo estadual, hoje Academia Cearense de Letras) no dia 7 de junho de 1932, em caráter provisório, pois tiveram sua inauguração oficial e visitação franqueada ao público só a partir

⁴⁶ Construção datada de 1871, o Palacete já foi sede da Assembleia Provincial do Estado, Tribunal de Contas do Ceará, Biblioteca Pública e Instituto Histórico. Em 26 de março de 1990 tornou-se a sede do Museu do Ceará.

⁴⁷ Atual sede da Academia de Letras Cearense, localizado na rua Sena Madureira, no Centro de Fortaleza.

de 7 de janeiro de 1933, após solenidade com a presença de várias autoridades. Nessa segunda data já haviam sido transferidos para um prédio alugado pelo governo estadual, onde antes funcionava o Educandário Cearense (O NORDESTE, 09/01/1933, p. 4), à Rua 24 de Maio, n. 238, esquina com a então Travessa Liberato Barroso, de frente à Praça José de Alencar (local onde foi construído posteriormente o Lord Hotel e hoje está o edifício Philomeno). Contudo, não permaneceriam neste endereço por muito tempo. No início de 1934, ganharam uma sede própria (que atualmente não existe mais), na Av. Alberto Nepomuceno, n. 332, em frente à Praça da Sé. O Arquivo permaneceria nessa localização até 1951⁴² e o Museu Histórico, até 1957 (HOLANDA, Cristina, 2004, p. 60).

Avançando no tempo, de 1954 em diante, passou a ser *Museu Histórico e Antropológico* e por volta de 1975, mudou sua denominação para Museu do Ceará. O que também demonstra suas descontinuidades, e o que me leva a acreditar que esse elemento faz parte da instituição desde o seu nascimento. As descontinuidades de nomes e sedes atestam isso.



Figura 3 - Museu do Ceará e suas sedes – Acervo Museu do Ceará e Arquivo Nirez

Não só por tratar do recorte temporal que vai de 1932 a 1942, que abrange os primeiros anos da instituição, Holanda (2004) destaca também a conjuntura onde o *MHC* e outros museus de História, surgem em vários lugares do país. O recente *Museu Histórico do Ceará* tinha como meta expor objetos que “o conhecimento da história pátria, especialmente do Ceará, bem como o culto das nossas tradições” (Decreto Estadual no 643, de 29/06/ 1932) (HOLANDA, 2004, p. 3). Sobre o *Museu Histórico do Ceará*, temos:

Enquanto essas primeiras iniciativas especializavam-se na coleta, análise, classificação e exposição de itens da fauna e da flora locais, aliás, como todos os museus criados no século XIX, em várias regiões do Brasil, após a chegada da Família Real (1808), o Museu Histórico do Ceará foi inaugurado noutra contexto, com a prerrogativa de “recolher, classificar e expor objetos de importância histórica que evocassem fatos da história nacional e do Estado, por meio de conferências, comemorações e publicações para o conhecimento

da história pátria, especialmente do Ceará⁴⁸”. (Catalogo Museu do Ceará - SAFRA, p. 9, 2012)

A relação entre a formação dos museus históricos e o fortalecimento da identidade nacional, reforçando valores nacionais, como o civismo também refletem a conjuntura que o país vivia. A partir da década de 20, o cenário nacional passa por transformações com o movimento modernista, já na década de 30, a Era Vargas passa também a construir um sentimento na qual a identidade nacional é o foco. Sobre isso, Rubim (2007) assinala que:

Os anos 30 do século xx trazem alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A velha república encontra-se em ruína. As classes médias e o proletariado aparecem na cena política. A emergente burguesia disputa espaço político com as oligarquias. A “Revolução” de 30 conforma mais uma transição pelo alto, com rupturas e continuidades controladas. O novo regime representa um pacto de compromisso entre estes novos atores e as velhas elites agrárias, no qual inovação e conservação lutam sem embates radicais. Industrialização; urbanização; modernismo cultural e construção do estado nacional centralizado, política e administrativamente, são algumas das faces do renovado país. (RUBIM, Antonio, 2007, p. 14)

Rubim (2007) também destaca a dimensão do cenário cultural⁴⁹, no período Vargas. Portanto, essa atmosfera que busca uma identidade nacional, e percebe no campo da cultura um caminho para alcançar uma identidade comum também se reflete no Ceará, e no Museu do Ceará que é criado em 1932.

Para tanto, se faz importante apresentar o Museu do Ceará, campo de pesquisa onde a exposição de longa escolhida ficou em cartaz. O MUSCE é um Museu de história, dessa maneira ele lida com uma ampla multiplicidade de objetos e coleções, desde 1932, ano de sua abertura vem tendo seu acervo construído a partir de doações, fosse de seu próprio diretor, Eusébio de Sousa⁵⁰, fosse de outros órgãos e membros da sociedade.

⁴⁸ Holanda, C. R. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942)*, 2005.

⁴⁹ “Pela primeira vez, o estado nacional realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, que articulava uma atuação “negativa” – opressão, repressão e censura próprias de qualquer e ditadura (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982; VELLOSO, 1987 e GARCIA, 1982) – com outra “afirmativa”, através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura. O poderoso Departamento de Informação e Propaganda (dip) é uma instituição singular nesta política cultural, pois conjuga como ninguém a face “negativa” (censura, etc.) e a “afirmativa” (produção de materiais em diferentes registros), buscando, simultaneamente, reprimir e cooptar o meio cultural, seus intelectuais, artistas e criadores. A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro”. (RUBIM, Antonio, 2007, p. 16)

⁵⁰ Primeiro diretor do Museu do Ceará. “Para Eusébio de Sousa, cultivar a memória era uma missão. Num momento de permanentes transformações, como na primeira metade do século XX, ele pretendia oferecer um contraponto para a atuação dos indivíduos em sociedade. Vasculhando o passado, sob a intenção de nele

O Museu do Ceará, é o primeiro museu do Estado a ser e mantido por ele. A escolha desse campo, não se deu à toa, desde a graduação tenho um profundo interesse em pesquisar a instituição e conhecer de perto suas contribuições para a sociedade. Para além disso, o Museu do Ceará possui um grande acervo e tem relação direta com a história do estado e da cidade de Fortaleza, portanto a escolha dele está mais do que justificada. Na tentativa de resumir a história do MUSCE, encontrei estas breves palavras de Cristina Holanda⁵¹, segundo ela:

O Museu do Ceará surgiu em 1932, sendo o primeiro museu público mantido pelo governo do Estado. Ao longo dos seus 85 anos, foi gerenciado por 16 diretores, passou por 6 (seis) sedes distintas, três denominações e três grandes mantenedores, como veremos a seguir. Até os anos 1990, sofreu fortes influências do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, em suas características organizacionais (HOLANDA, Cristina, 2017, p. 98).

O museu que nasce em 1932, passa por dificuldades para construir seu acervo, além das doações do próprio Eusébio de Sousa, foi através do pedido do mesmo há pessoas e instituições que foi possível conceber o acervo⁵² do MHC, diante de um cenário tão inoportuno, Holanda (2004) destaca que:

O Museu Histórico do Ceará não foi agraciado com a mesma sorte: em seus primórdios, valeu-se de doações pontuais, dos segmentos sociais mais favorecidos da sociedade, para começar a formar o seu patrimônio, com relativo apoio dos Agentes Auxiliares; deslocou-se repetidas vezes de endereço, ao longo do seu percurso de 71 anos; e, para lástima do seu maior articulador, o Dr. Eusébio de Sousa, executou os seus trabalhos tendo que

encontrar elementos que contribuíssem para a (re)construção de uma identidade para o povo cearense vinculada à nação, e apresentando-o aos seus concidadãos por meio dos mais variados veículos – jornais, festividades, toponímia urbana, manuais didáticos, programa de rádio, arquivo público, museu histórico – Eusébio acabou produzindo muitos “lugares de memória”. (HOLANDA, Cristina, 2004, p. 26)

⁵¹ Licenciada em História e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Presidente da Fundação Memorial Padre Cícero, em Juazeiro do Norte – CE, desde fevereiro de 2017. Foi técnica (2002-2006) e Diretora do Museu do Ceará e do Sistema Estadual de Museus (2008-2013). Atuou como consultora do Programa Pontos de Memória do Ibram (2013-2017). Contatos: crisrholanda@gmail.com.

⁵² No ano em que as atividades do Arquivo e Museu se iniciaram (1932), Eusébio foi mais generoso que muitos outros contribuintes. Enviou algumas fotografias: do local onde foi julgado Pinto Madeira, da casa onde nasceu Bárbara de Alencar, do antigo prédio da Assembléia Provincial do Ceará, dos jovens que participaram do “raid” pedestre Fortaleza - São Paulo (1923), da Igreja de Almofala (CE) e do autógrafo do Padre Mororó. Entre os documentos escritos que remeteu, figuravam um exemplar do jornal cearense O Palmense, dois títulos originais de nomeação de delegado e subdelegado de polícia firmados por Floro Bartolomeu, um original dos autos de embargo dos bens de Antônio Conselheiro em Quixeramobim (CE – 1871) e um folheto sobre a história da Igreja de Almofala. Também deslocou mapas, moedas (de cobre, carimbadas com o nome Ceará), um machado de índio e dois livros seus (Álbum do Jaguaribe e Memória sobre o município de Quixadá), perfazendo um total de dezenove itens, doados aos poucos, no transcorrer do período compreendido entre junho e dezembro do referido ano. (SOUSA, 1933c, p. 65; CEARÁ, 04/08/1932, 06/09/1932 e 05/12/1932). (HOLANDA, Cristina, 2004, p. 40)

driblar várias aperturas financeiras, mesmo contando com a adesão do governo estadual para a sua criação (HOLANDA, Cristina, 2004, p.71).

Dessa forma, temos uma instituição que lida e é também atravessada diretamente pelas mudanças sociais, históricas, econômicas, ao mesmo tempo que trabalha com questões de memória, identidade, cultura entre outros. Ao longo desse tempo, o MUSCE significa e é ressignificado. Este trabalho também busca analisar como essas mudanças estão postas em seus discursos e principalmente quais discursos são veiculados as populações negras.

Fechado desde o ano de 2019 para reforma, o Museu do Ceará está atualmente instalado no Anexo Bode Ioiô, na praça do Ferreira, ao lado da farmácia Oswaldo Cruz. O Palacete Senador Alencar, sede oficial do museu e que no momento passa por reformas para reabrir, está localizado na praça General Tibúrcio, popularmente conhecida como Praça dos Leões, no bairro Centro. Na mesma praça também se encontram os prédios da Academia Cearense de Letras e a Igreja do Rosário dos Pretos.



Figura 4 - Palacete Senador Alencar. Fonte: Catálogo Museu do Ceará (SAFRA), p.9, 2012

Na cidade de Fortaleza, o bairro Centro já foi um bairro ocupado pelas elites, hoje é sobretudo um bairro comercial, mas entre serviços e lojas é possível encontrar diversos equipamentos culturais como: o Museu do Ceará, o Teatro José de Alencar, a Casa do

Juvenal Galeno, o Museu da Indústria, o Sobrado Dr. José Lourenço, Estação das Artes, Pinacoteca do Ceará, Cineteatro São Luiz, entre outros. Esses espaços que também contam a história do Estado e da cidade de Fortaleza.

Sobre o Centro da cidade de Fortaleza, onde está localizado o MUSCE, temos:

A cidade de Fortaleza vem sendo palco de discussões no que concerne às formas de intervenção espacial, envolvendo usuários e instituições que se organizam em torno da “defesa do patrimônio”. No circuito das indagações sobre “o quê” e como preservar o Centro de Fortaleza, encontram-se diferentes espacialidades. Assim, praças e monumentos passam a fazer parte de projetos específicos, aos quais são atribuídas diferentes designações (LOPES; BARREIRA, 2015, p. 94).

Os autores aqui fazem referência a um outro ponto do centro de Fortaleza que foi requalificado, no caso a Praça dos Mártires⁵³, mas é perceptível como o discurso da requalificação tem estado presente quando se fala do bairro Centro, ao mesmo tempo que também existe um enobrecimento destes pontos quando requalificados, passa a haver um distanciamento de outras camadas da população desses mesmos espaços. Portanto, pensar o Centro da cidade Fortaleza, é também refletir sobre encontros e desencontros, não só entre indivíduos ou grupos, ou também do presente com o passado, mas de perceber de modo mais cristalino as desigualdades que cercam e configuram os espaços, nesse caso, o Museu do Ceará.

O Palacete Senador Alencar, já foi matriz de outros importantes equipamentos do Estado, a exemplo, Biblioteca Pública e Instituto Histórico. Localizado na Praça General Tibúrcio, nome oficial, mas, popularmente conhecida como Praça dos Leões.

A 2 de fevereiro de 1887, a Câmara Municipal de Fortaleza resolveu dar-lhe a denominação de Praça General Tibúrcio em homenagem a Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa em reconhecimento a sua participação nas campanhas político-militares da região platina. E em 8 de abril de 1888 foi inaugurado um monumento ao General Tibúrcio, o primeiro a ser erguido em Fortaleza. Porém ela é conhecida popularmente na cidade como “Praça dos Leões” devido à existência nesse local de algumas estátuas de leões de bronze, trazidas de Paris no começo do século XX (ANJOS, Karla, 2010, s/p).

A Praça dos Leões se destaca como um lugar que foi palco de importantes eventos históricos da cidade, compreender ela como um espaço onde a história aconteceu

⁵³ Também conhecida como Passeio Público, é uma praça de Fortaleza onde ocorreram importantes fatos históricos, a exemplo, o assassinato de participantes da Confederação do Equador.

e acontece é mostrar a quão significativa e simbólica ela é para a cidade de Fortaleza, mais do que isso, a praça se reinventa a partir de seus usos e sentidos dados a ela, seja sendo palco de diferentes sociabilidades, seja sendo pano de fundo para a história acontecer.

Assim o centro “histórico” de Fortaleza, é uma das facetas deste lugar que abarca tanto possibilidades para o futuro, como a restauração do próprio MUSCE, processo que vem acontecendo desde 2019, até os novíssimos equipamentos culturais, como a Estação das Artes e a Pinacoteca do Ceará. O Centro da cidade de fato, se coloca como personagem importante da História da cidade, que apesar de todas as contradições continua possibilitando tensionamentos e encontros.

4 EPISTEMICÍDIO NA TERRA DA LUZ

Dar nome as coisas é algo poderoso e proporcionalmente perigoso também. Compreender como as relações raciais se desenrolam no território cearense é perceber como algumas versões são celebradas e outras foram por muito tempo sistematicamente apagadas. Sendo assim, a relação entre museu, poder e memória também carrega essa perspectiva. Compreender como o Museu do Ceará se posicionou na exposição de longa duração, também é compreender em que medida houve ou não avanços quanto as representações de pessoas negras no espaço do museu.

No desenrolar da pesquisa, ao conversar com uma grande amiga sobre minha escrita e reflexões, ela apontou um caminho muito lucido, o qual eu ainda não havia enxergado. “O nome do nosso epistemicídio é Terra da Luz”⁵⁴, essa leitura conecta o percurso traçado até aqui. Esse capítulo, se trata de uma discussão teórica sobre o conceito de epistemicídio, sem estar descolado dos outros dois conceitos que sustentam esse trabalho, sendo a colonialidade do poder e museu. Essa tríade agora se completa para que por fim, a exposição Ceará: História no Plural seja analisada.

O conceito de epistemicídio aqui será relacionado com a Abolição do Ceará, ocorrida em 1884, quatro anos antes do restante do país. Acompanhada da antecipação,

⁵⁴ A autoria da frase pertence a Taciana Bezerra dos Santos, mestranda em Artes na Universidade Federal do Ceará, possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará e formação livre em Teatro/Artes Cênicas pelos cursos extensivos do CUCA Barra. É co-criadora do grupo PesquisAtores onde participa como atriz, arte-educadora, mediação voluntária e produção cultural. Possui trabalho voltado para escrita poética e performance, assinando textos e performando como “A menina que fala”.

temos também uma projeção do Ceará como Terra da Luz, onde a libertação de pessoas escravizadas se deu por meio do movimento abolicionista branco, que se organizou e lutou pelos direitos de liberdade de africanos e afro-brasileiros.

A colonialidade persisti em nosso cotidiano a partir de muitas de nossas práticas, mas, um traço que escancara a continuidade dela, é como as populações negras são percebidas e tratadas em nosso território. A partir do eixo da raça, as relações sociais também são raciais, no Brasil, o que mostra a capilaridade da colonialidade do poder, e se traduz na discriminação racial por quais populações negras vivenciam cotidianamente.

A partir dessa perspectiva, que a colonialidade encontra solo fértil no território brasileiro, e continua se atualizando, temos Sueli Carneiro e sua tese sobre dispositivos de racialidade. Em um diálogo direto e incansável com Michel Foucault, Sueli Carneiro nos apresenta suas reflexões sobre o campo das relações raciais no Brasil. Em seu texto, ela afirma que a condição de não-ser da pessoa negra tem relação intrínseca com o período de colonização, sobre isso, temos:

Nesse sentido, o dispositivo de racialidade beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e re-significando-os à luz do racismo vigente no século XIX, época em que tais representações se constituem [...]. (CARNEIRO, Sueli, 2005, p. 50)

A partir de suas contribuições teóricas e de seus diálogos com outros autores sobre a questão da pessoa negra, é possível imaginar que sendo a “supremacia branca, um sistema político” (2023, s/p), assim como diz Mills, o estado do Ceará também reproduziu a lógica do poder apresentada no período colonial. É fundamental a compreensão que as práticas racistas são fruto de um sistema que se alimenta das “diferenças” entre brancos e negros. Sendo um dos elementos que compõem essa análise o epistemicídio.

A questão sobre o epistemicídio no território cearense é ainda mais “fácil” de identificar pois há uma negação da existência de pessoas negras nesse território, e essa narrativa foi construída a partir também de uma série de intelectuais já no século XIX, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará⁵⁵. O que revela como os dispositivos de

⁵⁵ É nesse contexto, amalhando as finalidades descritas acima e buscando a consolidação de um Estado Nacional, que se funda o primeiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1839, na cidade do Rio de Janeiro, e que serviria como marco de influência estatutária para outros institutos, como o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano em 1862, o Instituto Historico e Geographico de São

racialidade multiplicaram-se por todo Brasil, e se adequando as diferentes realidades. Sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (IHC), Héctor Barreto (2023) afirma que:

Assim, a partir de 1887, intelectuais locais, reunidos em torno do Instituto Histórico Cearense, e da missão de produzir uma memória oficial, passaram a construir uma identidade cearense que coadunasse com construção da memória nacional, ou seja, de um passado forjado numa ideia de cronologia, teoria e escrita da história em que, a exemplo dos demais modelos europeus, dedicado a exaltação e glória da pátria e respondendo a estimativas de uma história local branca e europeia. Aqui no Ceará essa produção sedimentará, entre outras questões, um arquétipo social a partir da ideia de “Terra da Luz”, ancorada em grande parte, e como veremos mais adiante na celebração do pioneirismo abolicionista local (BARRETO, Hector, 2023, p. 34)

Então, três anos após a abolição ter sido “alcançada” no Ceará, no ano de 1884, em 1887 é criado o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Barreto (2023) destaca como a produção intelectual da época se organiza a partir da temática da abolição da escravidão no território cearense. Essa instituição, anos mais tarde, também será parte da história do Museu do Ceará. Entender o contexto de criação do IHC é conhecer como o processo de apagamento sobre as populações negras no Ceará é uma dinâmica antiga estabelecida e legitimada em diferentes entidades, pessoas e períodos. Sobre o processo de apagamento, Barreto (2023) destaca que:

A presença de um discurso que acentua o desaparecimento negro na intencionalidade de se purificar uma raça local sem negros, será uma tônica na produção do IHC. Um projeto de memória social, onde a escrita legitimaria propósitos higienistas de purificação da raça nacional. Com o processo de escrita de uma memória sendo consolidado, naquele momento se elegeu a abolição como o grande evento que catalisaria a redenção de nossa história, e seleção dos escritores conduziria essa história pautada numa supremacia branca, uma história de brancos para brancos. O entendimento sobre uma purificação racial nacional era de que a mesma só ocorreria em detrimento da exclusão negra, em razão disso, os textos do IHC sucessivamente, como temos trazido, estabeleceram narrativas, hora promovendo apagamento, hora marcada de estigmatização e inferiorização sobre os grupos e/ou cultura afro cearense. (BARRETO, Hector, 2023, p. 38)

Diante dessa purificação racial pretendida a nível nacional, com o apagamento sistemático de contribuições de africanos ou afro-brasileiros, em qualquer aspecto, assim como um processo abolicionista foi constituído sobretudo por pessoas e

Paulo em 1894 e o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), fundado em 1887, na cidade de Fortaleza (BARRETO, Hector, 2023, p.33).

grupos brancos, feitos por eles e para eles, demonstra que a narrativa de não há negros no Ceará, foi gradualmente se dissipando e chegou ao imaginário social. O que reitera o que foi dito acima, “o nome do nosso epistemicídio é terra da luz”.

Assim, o epistemicídio surge como uma prática que apaga e silencia corpos negros e suas manifestações. Sueli Carneiro (2005) destaca a violência dessa prática que impossibilita o reconhecimento de pessoas negras e suas inúmeras contribuições para as sociedades. Ao nomear esse processo, Carneiro chama a atenção para esse fenômeno que acontece em todos os espaços, a exemplo disso, temos a Abolição no estado do Ceará que historicamente negou a presença negra na luta pela liberdade no Ceará. O imaginário constituído foi a de uma liberdade concedida e não conquistada.

Sobre o epistemicídio temos:

[...] epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, Sueli, 2005, p. 97).

Carneiro expõe a necessidade de pensar as profundas raízes que esse fenômeno possui e como ele interfere na vida da pessoa negra, em seus diferentes aspectos. Como pensar a pessoa negra como um sujeito de direitos? Essa questão é ao mesmo tempo complexa e “fácil” de responder, tendo em vista o que, a autora Cida Bento (2022) coloca como o pacto da branquitude. Sendo ele um “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (Bento, p.18, 2022). O que deixa evidente que o epistemicídio é resultado também desse pacto, que foi elaborado pela branquitude e evidencia como o racismo se faz presente em nossa sociedade.

O racismo tem raízes profundas no território brasileiro, diante disso Almeida (2022) define que ele “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam”. Diante disso, o epistemicídio, como Sueli Carneiro apresenta se é uma

prática que tem base no racismo, pois desqualifica corpos negros nos mais diversos aspectos e fortalece a manutenção de uma hegemonia branca.

Essa sistemática que “desqualifica e anula” praticas e saberes, subjuga essas populações e os coloca em lugar de subalternidade, e que Carneiro (2005) conceitua como epistemícidio, é uma dinâmica que há muito tempo tem sido pauta de reflexões e denúncias por parte de intelectuais negros e negras do Ceará. Alex Ratts⁵⁶ (2011) aponta que:

A chamada “fábula das três raças” ou o “mito da democracia racial” tem versões regionais. De fato, nenhuma pessoa afirma que na Bahia, no Maranhão ou em Minas Gerais “não existem negros”, mas muitas o dizem quando se referem ao Ceará ou a estados da Amazônia e do Sul. A invisibilidade negra (e indígena) no Ceará é um discurso geográfico, político. Se não há negros, não há porque existir movimento, história e direitos dos negros (RATTS, Alex, p.22, 2011).

Ao trazer para o cerne do debate a invisibilidade negra no Ceará, Ratts (2011) demonstra que há interesses em reivindicar esse não lugar, que parte da manutenção de que (citar a fala do escritor que disse que no Ceará não essa mancha) e assim se tem o fortalecimento desse discurso eugênico, como se neste território, a “pureza” tivesse sido alcançada. O que também demonstra as intenções de fugir da discussão racial, negar o passado escravocrata do Estado e o projetar uma identidade cearense que mais tem a ver com nórdicos⁵⁷ do com africanos. Por fim, é valido reafirmar que a identidade cearense também é atravessada pelos processos que Nila Barbosa (2018) ratifica. Ela destaca que:

Museus podem ser criados como elementos fundadores de identidade nacional. Neles, os negros, quando aparecem, são representados apenas como escravizados, porém, dissociados da relação com os senhores seus “donos”, principalmente se esta é violenta e excludente, com como da resistência a violência do sistema escravagista como um todo (BARBOSA, Nila, 2018, p.23).

Assim, dessa tradição política, histórica e colonial, no qual o Brasil possui uma grande produção, pode ser verificada. A produção de outros olhares sobre a

⁵⁶ Diversos trabalhos do autor analisam comunidades negras rurais, a partir da década de 90. O que também demonstra um quantitativo expressivo de agrupamentos negros no “interior” do Ceará. Para citar as algumas temos: Conceição dos Caetanos, Água Preta, Goiabeiras, Bastiões, entre outras. Para saber mais, leia: RATTS, Alex. O negro no Ceará (ou o Ceará negro) in CUNHA JUNIOR et al. (orgs.). Artefatos da cultura negra no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

⁵⁷ BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silvana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. Dossiê - Negacionismos e usos da história. Revista Brasileira de História.

historiografia e a sociedade colonial se fazem importantes. No que diz respeito ao Ceará, Barreto (2023) declara:

Confrontar a historiografia consolidada pelos historiadores do Instituto Histórico se mostrou necessário para reverter uma posição que para além do discurso de minoração da presença negra local também exibiu fortes posições de desqualificação de africanos e seus descendentes em solo cearense, demarcando o lugar social do negro na sociedade local intrínseca as relações escravistas e associação generalizante de que todo negro é escravo e todo escravo é negro. Pensar o negro cearense no contexto da escravidão, mas também para além dela, trará uma ressignificação sobre a memória e identidade do negro cearense. (BARRETO, Hector, 2023, p. 50)

Esse olhar de potencialidades e de trazer as contribuições das populações africanas e afro-brasileiras foi percebido por Manuel Querino, que publicou sua obra *O Colono Preto como fator da civilização brasileira*, pela primeira vez já em 1918. Querino (1980) destaca ao longo do texto, a capacidade e competência dos povos africanos para o trabalho, ainda que as condições desse trabalho o desumanizassem, e mostrou como também houve luta para e pela liberdade. Esse lugar de reconhecimento, demonstra que a consciência social e histórica de pessoas negras se organizou de forma também a falar sobre as conquistas, as colaborações e principalmente ao que foi gerado a partir do trabalho de homens e mulheres negras.

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira (QUERINO, Manuel, 1980, p. 156).

Não só Querino (1980) destaca as várias áreas do conhecimento que contaram com as colaborações das populações negras, como também argumenta que a riqueza econômica do Brasil, é fruto dessa realidade e do trabalho deles e delas. Ele também destaca que:

Quem quer que compulse a nossa história certificar-se-á do valor e da contribuição do negro na defesa do território nacional, na agricultura, na mineração, como bandeirante, no movimento da independência, com as armas na mão, como elemento apreciável na família, e como o herói do trabalho em todas as aplicações úteis e proveitosas. Fora o braço propulsor do desenvolvimento manifestado no estado social do país, na cultura intelectual e nas grandes obras materiais, pois que, sem o dinheiro que tudo move, não haveria educadores nem educandos: feneceriam as aspirações mais brilhantes, dissipar-se-iam as tentativas mais valiosas (QUERINO, MANUEL, 1980, p.156)

Diante de uma historiografia que sufoca aspirações de luta, resistência, conhecimentos africanos e afro-cearenses, a escrita de Querino invoca a olhar exatamente para outros heróis e heroínas, aqueles os quais: “Tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo” (QUERINO, 1980, p. 157). O que modifica e coloca a pessoa negra no lugar de protagonismo, como aquela que também construiu esse país.

4.1 O Ceará da Abolição

O contexto histórico de construção do Brasil evidencia a violência a que foram submetidas as populações indígenas, logo após a invasão portuguesa. Digo invasão por partir do princípio de que o Brasil de hoje é a terra indígena de 1500, e que a muito custo os povos originários lutaram e continuam resistindo para preservar seus modos de ver, estar e existir no mundo. Além das populações indígenas, durante a colonização, povos africanos também foram e transportados para além do Atlântico e escravizados.

Diante de um processo marcado pela violência e destituição do ser corroborado também pelo Estado brasileiro, visto que ao “libertar” pessoas negras escravizadas em 1888, foi um movimento que não tornou de fato, essas pessoas livres, pois uma série de direitos lhe foram negados. O ano de 1888, torna-se emblemático no que diz respeito a Abolição da Escravidão. Em 13 de maio, a Princesa Isabel, declarou a liberdade de escravizados/as a partir da assinatura da lei Aurea.

Há muitas interpretações sobre o pós-abolição. Entretanto, o fato é que a dinâmica enfrentada pelas populações negras foi de abandono ou até mesmo de manutenção das relações com seus ex-senhores, o que colapsa essa ideia de liberdade e nos faz pensar em que termos essa liberdade foi vivenciada. De acordo com Marigoni (2011):

A campanha abolicionista, em fins do século XIX, mobilizou vastos setores da sociedade brasileira. No entanto, passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Por trás disso, havia um projeto de modernização conservadora que não tocou no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação. (MARIGONI, Gilberto, 2011, s/p)

É diante desse contexto que a população negra foi deixada desamparada, sem acesso ao mínimo, Marigoni (2011) também destaca “assim como não havia compromisso

algum entre a grande maioria dos abolicionistas e os negros cativos”. O que revela que a abolição se tratava muito mais de uma mudança econômica e política do que social. Ao que parece se houve em algum momento um compromisso pela liberdade da população afro-brasileira ele foi sobrepujado pelo mudanças e benefícios trazidos pela imigração e a mão de obra europeia.

A verificação do epistemicídio no território brasileiro, como colocada por Carneiro (2005) expõe a longevidade da colonialidade do poder. A raça sendo um dos eixos que constituem a colonialidade, fundou e hierarquizou sujeitos e relações. No Ceará, apesar de sua tardia colonização, os mecanismos de violência e poder também se desenvolveram e são perceptíveis a partir da dinâmica de inferiorização de populações indígenas e negras geograficamente aqui localizadas.

O que nos leva a pensar quais desdobramentos da abolição no Ceará e como e quais narrativas se mostram no Museu do Ceará no que diz respeito aos envolvidos nessa trama histórica, onde a liberdade foi alcançada em termos, termos esses que continuaram a privilegiar a branquitude. Sobre a relação com a liberdade, pode-se destacar que:

Se, ainda na escravidão, a liberdade precária (tutelada ou não) significava para o libertando manumitido, alforriado sob condições, ou não, perigos de uma re-escravização, ou mesmo a escravização de negros livres, mediante as urdiduras de senhores, no pós-abolição, o liberto ou ex-escravo são barrados no usufruto dos direitos a uma plena liberdade e à cidadania, mesmo com o fim da escravidão no Brasil. A exclusão social, em particular nos espaços urbanos, é marcada no Ceará pela negatividade e invisibilidade do ser negro (RIBARD; FUNES, 2020, p.30).

Um marco que evidencia a busca pela civilização, foi a Abolição. No Ceará esse movimento foi levado a outro patamar, pois se deu quatro anos antes da assinatura da Lei Aurea. Apesar disso, os desdobramentos foram distintos para os grupos sociais envolvidas. Nesse contexto, Ribard e Funes (2020) argumentam que:

A abolição da escravidão teve significados diferentes para a elite, as autoridades políticas (o Estado) e para os escravos. Para alguns, o fim da escravidão representou um passo em direção ao progresso, à modernidade, em que o trabalho livre deveria ser um dos símbolos dessa evolução. Por sua vez, os cativos, libertos e pobres livres, compartilharam outras experiências com o fim do cativeiro (RIBARD; FUNES, 2020, p.28).

O momento da abolição de pessoas escravizadas no território cearense é percebido por alguns intelectuais como um episódio excepcional. Esse momento também pode ser analisado como uma grande fabulação do que foi a abolição, digo fabulação a

partir da perspectiva do que se criou a partir de maio de 1884. Sobre o episódio histórico, Raimundo Girão diz:

Se o tivesse lido, convencer-se-ia da verdade verdadeira dos impulsos cívicos-humanos dos Libertadores, que não eram somente os que destemidamente comandaram a bela campanha, mas, sim, a quase totalidade do povo – homens, mulheres, crianças, brancos e mulatos, velhos e novos, ricos e pobres, cultos e analfabetos, todos dominados pela idéia da liberdade aos negros sofrendores, numa sintonia freneticamente contagiante. (GIRÃO, Raimundo, 1984, p.16)

O intelectual demonstra que a Terra da Luz, como discurso tornou o período colonial e todas as suas mudanças, violências e crimes algo menor. Muito mais importante do que a escravização de pessoas negras vindas do além-Atlântico, foi o momento de “libertação” delas, o que ainda fortaleceu a imagem do Ceará como um lugar de progresso, onde os abolicionistas eram dotados das melhores intenções.

Eis por que a emancipação era, pode dizer-se, *desejada*, porém não *querida*. Todos aceitavam ser preciso matar a hidra da escravatura, mas na hora justa de fazê-lo motivos choviam para sustentar a sua...inoportunidade. Tal inércia interesseira e manhosa trabalharia o adiamento da libertação a mais não poder. Tanto Conservadores como Liberais, nas alternativas maiores ou menores de sua atuação nos gabinetes, nas suas mútuas e incessantes acusações, não davam passo para precipitá-la. (GIRÃO, Raimundo, 1984, p.23)

Assim como a abolição possui uma grande comoção e significado se tem também um apagamento sistemático da presença de pessoas negras na historiografia do Ceará. Consequentemente, é notório a invisibilidade as populações afro-cearenses. Sobre isso, Alex Ratts⁵⁸(1998) destaca que:

Algumas idéias são repetidas em relação aos negros no Ceará, principalmente quanto a sua “quase ausência” na formação étnica dos cearenses (expressão de Raimundo Girão, historiador da abolição). Tomando, em geral, a categoria “escravo” como sinônimo de “negro” a maioria dos historiadores se detém na propalada parca utilização de mão-de-obra escravizada no Ceará posto que seria encontrada apenas em serviços domésticos e nos engenhos de rapadura. A partir daí formula-se outra idéia bastante reiterada de uma “escravidão branda” advinda do contato próximo entre senhor e escravo [...]. (RATTS, Alex, 1998, p. 114)

As reflexões de Ratts (1998), chamam atenção por apresentar um contexto em que comunidades indígenas e quilombolas no Ceará começam um movimento de organização para reivindicar direitos, sendo a maior deles, o direito à terra. Esse processo

⁵⁸ O senso comum da extinção dos índios e da ausência dos negros no Ceará foi intensamente reiterado como uma tradição regional que parece se perder no tempo. No entanto, a construção dessa invisibilidade pode ser investigada a partir da segunda metade do século XIX em processos políticos e na produção de intelectuais que privilegiaram certas versões da história de índios e negros nessa porção do território nacional que se constituiu como Estado do Ceará. (RATTS, 1998, P.110 e 111)

demonstra que não só existem comunidades em nosso território que pertencem a grupos étnicos distintos, como a sua organização pela garantia de direitos básicos se fez também pela questão étnica. O que coincide com a afirmação de Funes: “Numa terra muito tempo autocentrada sobre a ideia de “Terra da Luz”, não se pode mais dizer que “no Ceará, não tem negros” (p.9).

Neste sentido de apagamento no território cearense, Vera Rodrigues (2017) traz suas próprias experiências que atestam como a questão racial no Ceará, ainda passa pela necessidade de afirmação da existência dessas populações. A autora acentua que:

Essa experiência me leva a problematizar uma noção de diáspora, no contexto regional em que estou inserida, bem como os processos identitários que se dão no âmbito da dinâmica das relações raciais, na qual, por vezes, a presença negra gera um estranhamento, um não pertencimento naturalizado na ideia de que “não existem negros no Ceará” (RODRIGUES, Vera, 2017, p. 62).

Sendo assim, ao levantar a perspectiva de que essa negação tem raízes profundas no Ceará, pode se sugerir a relação das vivências da autora, com episódio histórico da abolição no ano de 1884, a narrativa de que não há negros no Ceará, faz parte do imaginário cearense a ponto de estranhar-se a presença de pessoas de pele retinta na região. Com isso, Rodrigues (2017) também afirma que a presença negra é ligada a alguns espaços, como Bahia e Maranhão na região Nordeste, e o Rio de Janeiro na região Sudeste. As ponderações de Rodrigues (2017) encontram nas palavras de Américo Barreto (1903) uma comprovação de que de o apagamento e invisibilidade no Ceará são estratégias antigas que fornecem e alimentam narrativas que corroboram com a falácia de que não há negros no Ceará. Barreto (1903) afirma que:

O Ceará, mais feliz, quanto ao seu povoamento que outras antigas províncias, nem ao menos, nem ao menos se deve queixar, como a Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, da mescla, tão condenada por muitos escritores, de certos elementos etnológicos, com seus contumes e hábitos africanos, o fetichismo dissolvente que por ai campeia na pratica de cenas e cerimônias ridículas e indecentes, cujo o resultado tem sido e será sempre o afrouxamento do verdadeiro sentimento moral, que só a educação e a instrução populares bem ministradas poderão modificar e corrigir, no correr dos anos (BARRETO, Américo, 1903, p.)



Figura 5 - Quadro Fortaleza Liberta de José Irineu Sousa. Fonte: acervo pessoal

Temos acima, o quadro Fortaleza Liberta, de autoria de José Irineu Sousa⁵⁹, que atualmente é parte do acervo do Museu do Ceará e está exposto na exposição “Histórias do Museu do Ceará”, em cartaz desde setembro, no Anexo Bode Ioiô. Sobre a tela, Girão (1984) destaca que:

FORTALEZA-LIBERTA, em moldura artística e rica, mede 2,65m x 2,65m e com ela desejou José Irineu reproduzir e perpetuar a magna sessão em que se declarou a liberdade total dos escravos da capital cearense, realizada em 24 de maio de 1883 no salão nobre do Paço do Legislativo. Seis meses gastou o artista para termina-la, trazendo para as tintas o ambiente festivo daquela comemoração e as figuras mais destacadas da vida pública e social da cidade, que ali estiveram presentes (GIRÃO, Raimundo, 1984, p. 186).

⁵⁹ Inquieta, a personalidade de José Irineu de Sousa, cearense nascido em Fortaleza no dia 25 de março de 1852. Menino pobre, fez aqui os primeiros estudos, foi caixeiro de loja comercial e, insatisfeito dessa condição, que não lhe agradava, em 1872 procurou o Rio de Janeiro para tentar coisa melhor. [...] Em 1882 voltou para o Ceará, onde pintou retratos e produziu o mais perfeito dos seus trabalhos, a grande tela FORTALEZA LIBERTA (1883), adquirida pelo governo da Província mediante o preço de cinco contos réis, pagáveis em doze prestações mensais (GIRÃO, Raimundo, 1984, p.185).

No quadro *Fortaleza Liberta*⁶⁰, que faz menção ao dia 24 de maio de 1883, Girão (1984) narra com satisfação o momento que iluminou o Ceará. É nítido como o movimento abolicionista é destacado em sua obra, mas na descrição do quadro, Girão (1984) fabula ainda mais a Abolição. Narrando os fatos, ele diz:

A grande sessão de 24 de maio de 1883, na sala do plenário da Assembleia, teve como dirigente máximo o comendador Antônio Teodorico da Costa, Vice-presidente da Província. Compunha a mesa os ardorosos libertadores dr. Gonçalo de Lagos Bastos Vieira, comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli, dr. Frederico Augusto Borges e João Cordeiro. Inúmeros assistentes enchiam totalmente os espaços do amplo salão, todos na ânsia de ouvir os oradores que realçavam, com mais justa vibração, o memorável acontecimento cívico. Fortaleza, que só naquela hora declarava redimidos os seus desgraçados cativos, bem podia ter o coração derramado de júbilo, pois que na capital é que germinou o movimento redencionista e nas suas ruas, nas suas praças, nas suas casas é que se agitou a corajosa e empolgante campanha, é que a campanha tomou volume e entusiasmo, para, ao fim, irradiar-se irresistivelmente pelo interior. Foi a primeira capital livre do Império (GIRÃO, Raimundo, 1984, p.186 e 187).

A narração de Girão (1984) destaca os “libertadores”, e conclama que Fortaleza irradiou sobre as outras vilas que também eram território cearense. Ainda sobre o quadro *Fortaleza Liberta*, Girão (1984) através de pesquisas consegue identificar parte dos/as retratados no quadro. O quadro esquemático presente em sua obra, nos permite também visualizar e identificar os participantes.

⁶⁰ Na obra *A Abolição no Ceará*, de 1984 (EDIÇÃO COMEMORATIVA DO 1º CENTENÁRIO DA EXTINÇÃO TOTAL DA ESCRAVATURA NO CEARÁ, de Raimundo Girão, há uma foto do quadro e Raimundo Girão identifica parte dos retratados. São eles e elas: Comendador Teodorico (Antônio Teodorico da Costa, pai), Dr. José Viriato de Medeiros, Comendador Acióli (Antônio Pinto Nogueira Acióli), Júlio César da Fonseca (pai), João Cordeiro, William J. Ayres, Confúcio Augusto Pamplona, José Joaquim Teles Marrocos, João Brígido (João Brígido dos Santos), Francisco de Faria Lemos, Henrique Théberge, Alfredo da Rocha Salgado, João da Costa Bastos, Antônio Felino Barroso, Barão de Aquirás (Gonçalo Batista Vieira), Joaquim Manuel Simões, José Albano Filho, Luís Xavier de Castro, Antônio Albano, Manuel Bezerra de Albuquerque, Martinho Rodrigues de Sousa, Dr. Pedro de Queirós (Pedro Tomás de Queirós Ferreira), Miguelina Batista Vieira, Silvino Silva, Joaquim Feijó de Melo, Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, Pedro Nunes de Melo, Vitório Augusto Borges, Prof. Lino Encarnação (Lino de Sousa Encarnação), Isaias Boris, José de Barcelos, Barão de Ibiapina (Joaquim da Cunha Freire), Pedro Sampaio, Tito Rocha, Maria Georgina Nunes de Melo, Carolina Carlota de Castro Cordeiro, Estefânia Nunes de Melo, Baronesa de Aquirás, Maria Tomásia Figueira Lima, Elvira Pinho, Pedro Joaquim Barbosa, Joaquim Januário Jefferson de Araújo, José Gomes Barbosa, José Teodorico de Castro, Adolfo Herbester, José Martiniano Peixoto de Alencar, José Correia do Amaral, Dragão do Mar (Francisco José do Nascimento/Chico da Matilde), Manuel Albano Filho, Monsenhor Bruno (Bruno Porto da Silva Figueiredo), Filipe de Araújo Sampaio, Pe. João Augusto da Frota, Comendador Luís Ribeiro da Cunha, Barão de Studart (Guilherme Studart), Antônio Afonso de Albuquerque, General Tibúrcio (Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa), Antônio Bezerra de Meneses, Barão de Aratanha (José Francisco da Silva Albano), Almino Alvares Afonso, Antônio Martins (Antônio Dias Martins), Isac Correia do Amaral, Justiniano de Serpa, Frederico Augusto Borges, Gonçalo de Lagos (GIRÃO, Raimundo, 1984, p. 185 a 196).

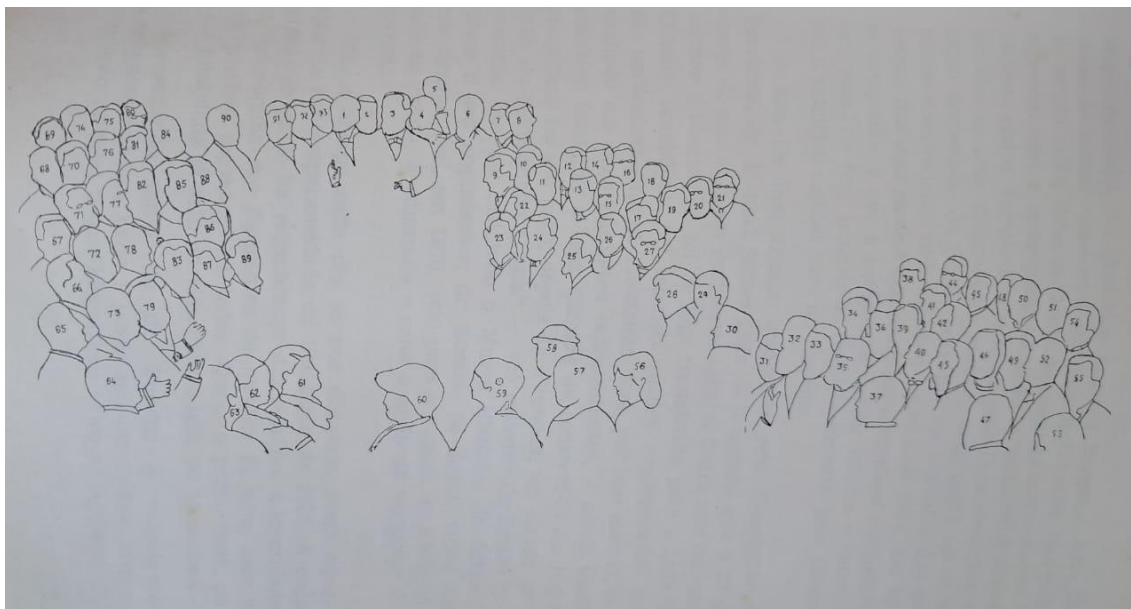


Figura 6 - Silhuetas do quadro *Fortaleza Liberta* - Fonte: *A Abolição no Ceará*, de Raimundo Girão (1984)

Sobre a abolição no território cearense, é válido frisar o papel e o lugar dado aos abolicionistas. A branquitude, já naquele período, demonstra sua influência e força. Sobre a racialização desse grupo e seus valores, temos:

Os abolicionistas têm armas brancas, de valores nobres, lavadas em um humanismo consciente da humanidade do outro, do cativo. Em parte, são da ordem do discurso, que se engendra a partir da razão, da lógica, à qual os versos parecem tingir de uma cor que não a negra. A razão dos libertadores, além de ter sua cor declarada, tem valor moral: é pura! A pureza de intenções, o heroísmo de agentes da história que lutam pela libertação daqueles tidos por despossuídos, de condições morais e intelectuais para tomar as rédeas da própria história, estariam do lado dos brancos de setores médios de Fortaleza, não mais comprometidos, naquele momento, com a estrutura da escravidão no Ceará. (RIBARD; FUNES, 2020, p. 24)

Essa heróis e heroínas eleitos, possuem uma civilidade, uma pureza, enfim são dotados de nobres sentimentos e por isso defendiam e lutavam pela abolição. Esse imaginário também contribuiu para a construção de uma política de branqueamento da população brasileira, e no Ceará essas narrativas ganham corpo sob a defesa de que esse território não há negros. Sobre a ideologia de branqueamento, Carone (2016) declara que:

A ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da “purificação étnica”, na vitória do elemento branco sobre o negro com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento inter-racial, um homem ariano plenamente adaptado às condições brasileiras. Se ela aliviava os espíritos dos brancos diante da questão dos negros, após a resolução da questão do escravo com a mudança do regime econômico de produção, também deixava a desejar pelo próprio fato de ser mero discurso ideológico: e se o resultado final não fosse a extinção do negro,

mas sim o aumento numérico de não brancos na população brasileira? (CARONE; BENTO, 2016, s/p).

A libertação de pessoas escravizadas no Ceará, se deu quatro anos antes da assinatura da Lei Aurea. Em 1884 a abolição passa a ser uma realidade no estado, que levava o título de “Terra da Luz”. Para compreender o processo de Abolição no Estado do Ceará, Martins (2014) investiga a partir de muitos lugares como se deu essas movimentações que se iniciam em 1881 e desembocam no fatídico maio de 1884. Martins (2014) evidencia o trabalho realizado pela *Sociedade Cearense Libertadora*⁶¹, que optou pelo abolicionismo radical, que entre outras medidas, sequestravam pessoas escravizadas que seriam vendidas para outras partes do país. Sobre a Sociedade, Martins (2014) destaca:

Em sua escrita, temporalmente, as memórias de Antonio Bezerra voltaram ao fim do ano de 1880. Era exatamente numa quarta-feira, dia 08 de dezembro daquele ano, que reuniram-se pela primeira vez -- certamente ainda em caráter informal -- “rapazes de talento e coração” com o fito de “extirpar de uma vez o cativo no país” fundando mais uma associação abolicionista na capital alencarina, a “Sociedade Cearense Libertadora” (BEZERRA, 1906, p. 43) (MARTINS, Paulo, 2014, p.9).

Assim, as atividades da Sociedade, de fato causavam grandes prejuízos, pois o comercio interprovincial passou a ser uma realidade. Entretanto, é revelado por Antonio Bezerra que as condições no início foram desordenadas, e que a liderança de João Cordeiro⁶² gerou saídas do grupo. As atividades praticadas pela Sociedade Libertadora eram agitadoras ao ponto de fazer surgir outro grupo, o Centro Abolicionista de 25 de Dezembro. Martins (2014) declara:

Ao se julgar pelas memórias de Antonio Bezerra, escritas aos poucos de 1898 até 1906 11 o grupo abolicionista do qual fez parte, utilizou-se de métodos a

⁶¹ João Cordeiro, nas memórias que escreveu, ao correr do lápis, esclarece que foi convidado por alguns sócios da Perseverança para fundarem uma sociedade que se ocupasse da propaganda e da abolição dos escravizados. Aceitou o convite com grande entusiasmo, e com os rapazes da Perseverança convocou, para o palacete da Assembleia da Província, uma reunião dos abolicionistas para a fundação de uma associação, que se instalou com o nome de Cearense Libertadora. Compareceu grande número de abolicionistas e ele, João Cordeiro, foi aclamado presidente e, tomando posse do cargo, deu por instalada a sociedade e nomeou uma comissão para organizar os estatutos (GIRÃO, Raimundo, 1984, p.96).

⁶² Sobre a vida do abolicionista João Cordeiro e com base em documentos pessoais guardados no “Instituto do Ceará”, os membros da Revista dessa academia publicamos, ao que parece, interpretando os apontamentos ao próprio punho de João Cordeiro. Passadas muitas décadas de todos aqueles acontecimentos, o articulista fez registro das argururas pelas quais passou em virtude de sua ação no processo abolicionista da província (MARTINS, Paulo, 2014, p. 11). A partir da Revista do Instituto Histórico, de 1945, tem-se o registro que: “J. C. gastou com a manutenção do “Libertador”, com o yate “João Vale” que transportara escravos roubados em Pernambuco, com trens da [linha] “Baturité”, conduzindo escravos fugidos para o interior e com muitas outras despesas que era obrigado a fazer diariamente a importância de Rs. 36:000\$000.6” (MARTINS, Paulo, 2014, p.12)

margem da lei. A literatura sobre o tema é bastante clara no sentido de opor os meios de ação entre a “Sociedade Libertadora Cearense” e o “Centro Abolicionista 25 de Dezembro”, sendo atribuída a esse último, um caráter mais moderado e legalista. (MARTINS, Paulo, 2014, p. 13)

A Abolição no Ceará é então um fato que atravessa a história e reverbera até hoje, não só pela projeção realizada por certos personagens de tempos em tempos, mas pelo teor cívico e heroico dado a “primeira capital do Império” que libertou pessoas escravizadas. Por fim, é necessário lembrar que a Abolição foi um movimento programado. Isto é evidente a partir do que Martins (2014) anuncia: [...] é preciso destacar que a festa pela libertação da capital não foi uma data surgida ao correr dos acontecimentos, mas sim planejada” (MARTINS, 2014, p.15). Havia também uma disputa entre as localidades cearenses, que buscava destaque e glória através do pioneirismo da libertação.

O jornal “Libertador”, pertencente a “Sociedade Libertadora Cearense”, acompanhou esse movimento no interior da província publicando na coluna “Quadro de Luz” a relação dos municípios que declaravam-se livres da escravidão. A título de exemplo, citamos o “Quadro” da edição de 14 de março de 1884 onde se registra 37 municípios “iluminados” num total de 51 relacionados. A última atualização dessa contagem incluía no fim da lista o município de Granja, datado de 10 de fevereiro de 1884 (MARTINS, p. 12, 2014).⁶³

Eis que a corrida para liberdade, comandada pelas elites da época mais pareciam um jogo, do que a defesa pela vida e por direitos das pessoas escravizadas. O epistemicídio da terra da luz, continua povoando imaginários e se revela nas desigualdades, trazendo à tona a invisibilidade e o apagamento de populações negras no Ceará.

5 CEARÁ: HISTÓRIA NO PLURAL – A EXPOSIÇÃO

Neste capítulo, será realizada a análise da exposição de longa duração, Ceará: História no Plural. A exposição inaugurada em 2008, com a curadoria de Francisco Régis Lopes Ramos e Antonio Luiz de Macedo e Silva, ficou aberta a visitas até o momento em que o Museu do Ceará fecha, no ano de 2019. A escolha pela Ceará: História no Plural se deu por alguns motivos. O primeiro é que cheguei a visitar a exposição, e foi desde esse período que as questões sobre representações e identidades, chamaram minha

⁶³ A citação encontra-se na nota de rodapé do texto.

atenção, tempos depois, essas ideias se somariam as reflexões sobre patrimônios, culturas, memórias.

O percurso da graduação em Ciências Sociais, também acrescentaram problematizações, o que fomentou o caminho da pesquisa, que se transforma nessa dissertação. A segunda motivação vem do longo período que a exposição esteve aberta ao público. O fato de ter atravessado tantas pessoas, em períodos distintos, bem como o fato de ter permanecido, ainda que em diferentes gestões. Por fim, a escolha se concretizou pela possibilidade de entrevistar ex-colaboradores do museu, que atuaram no período de 2000 a 2019, o que talvez não fosse possível se outro recorte temporal fosse selecionado.

Torna-se interessante ressaltar a natureza do museu, que é um museu de história, que conta através de seus objetos, em exposições, a história das coisas. Nesse caso, a história sobre as questões raciais e as tensões sobre ela. Sobre museus de história e a dinâmica em que eles são criados, temos:

Os museus de história estão tradicionalmente ligados aos anseios por algum tipo de identidade geopolítica. Esse substrato territorial (ou primeiro aglutinante identitário) está envolvido, por sua vez, por expectativas de natureza classista, étnica e cultural. Apesar de todas as variáveis que podem compor a argamassa que fundamenta um museu de história, ele sempre se refere a um espaço, e não é por acaso que, desde o século XIX, muitos se constituíram sob a égide de um ideário nacionalista⁴ (CARVALHO; MARINS; LIMA, p.3, 2021).

Como museu de história, o museu do Ceará também está inserido em um contexto social, político e histórico e as questões levantadas por seus objetos na exposição Ceará: História no Plural e em seu módulo Escravidão e Abolicionismo são frutos da interpretação dos objetos que compõem o acervo e passaram a compor também o circuito da exposição. Se em seu momento de criação, ele tinha “expectativas de natureza classista, étnica e cultural”, essas expectativas continuaram? Ou o museu mudou? Essas perguntas também participaram desse processo.

Por fim, a exposição, Ceará: História no Plural, será investigada por meio das entrevistas, cada uma relativa aos anos em que os e as participantes estiverem atuando no museu. Ao todo, três entrevistas compõem essa pesquisa. Cada uma delas traz elementos fundamentais para a compreensão de como um o Museu do Ceará, em onze anos (período da exposição) dialogou com as questões raciais referente as populações negras na cidade

de Fortaleza. Algumas delas foram cedidas no próprio Museu, o que também demarca a relação de continuidade deles e delas com o espaço.

5.1 A romaria se inicia

Apreensiva, no centro da cidade, entre cores, cheiros, texturas e sons, caminho para o Museu do Ceará, me pergunto como as coisas serão, se as minhas certezas serão reafirmadas. Mal sabia que depois daquele encontro as certezas se tornariam dúvidas e meu trabalho me apresentaria outras possibilidades. Talvez a beleza de realizar pesquisa resida nesses fatos, o de conhecer o desconhecido, o de transformar certezas, o de conversar com gente. Esse tópico, se dedica aos anos de 2000 a 2008, período que Seu Romeiro esteve no MUSCE.

Como uma entrevista pode mudar as coisas? Foi esse o pensamento que tive ao realizar a primeira parte da entrevista com Seu Romeiro⁶⁴. Em dois momentos, tive a oportunidade de conversar e principalmente, de escutar suas memórias sobre o Museu do Ceará. Em um pouco mais de quatro horas, revelou segredos, emitiu opiniões, e foi abrindo caminhos que no início dessa pesquisa eu não imaginaria chegar. Seu Romeiro mostrou um museu que eu não conhecia e que eu não conheceria se não tivéssemos dialogado.

Seu Romeiro, atuou no Museu do Ceará por oito anos. Antes de abordar a exposição, algumas questões eram essenciais para compreender a relação dele com a instituição. Quem é ele? Como chegou ao MUSCE e quem ou o que o trouxe? Como a atuação no Museu do Ceará o impactou? Essas e algumas outras perguntas abriram a primeira entrevista com Seu Romeiro. Ele responde que:

Eu não nasci na capital, nasci no interior em Redenção, ainda tenho um certo estranhamento em relação ao mundo urbano, é, me sinto muito mais do interior, como se diz, do que daqui. E a minha primeira profissão não foi História, foi Música, era músico, quis sempre música, até hoje é o que tem de mais importante na minha vida é essa pegada artística [...] (ROMEIRO, 2024)

⁶⁴ Nome fictício do participante. A escolha por esse nome se deu devido a entrevista, onde as romarias surgiram em vários momentos da conversa.

Nesse momento, questioneei a mim mesma como foi transitar por campos tão diferentes e como o Museu surge na sua trajetória, logo Seu Romeiro, que seguiu falando, responde a minha pergunta.

[...] e tem uma virada aí que é com o filme do Rosemberg Cariry, acho que em 87 mais ou menos, que é um filme sobre o Caldeirão. Eu fiquei muito tocado com esse filme, por sentir ali a vida do meu pai, dos meus avós quando eram vivos e toda essa população camponesa né. Aí resolvi fazer História também e, a história foi do ponto de vista profissional tomando conta dos meus sentimentos [...] (ROMEIRO, 2024)

O documentário citado, intitula-se de O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, de Rosemberg Cariry, de 1986. Assim, Seu Romeiro, começa uma jornada por um outro campo, a História, que alguns anos depois o levariam ao museu. A relação com o Caldeirão⁶⁵, também se aprofunda devido a pesquisas realizadas por ele. Os caminhos se encontram no acervo do MUSCE, onde há objetos provenientes da invasão a comunidade. Os objetos também compunham um módulo, da exposição Ceará: História no Plural.

E o que traz Seu Romeiro ao Museu do Ceará? As romarias. Ele declara: “então veja, foi o padre Cícero que me trouxe pra cá e o caldeirão foi, aí eu fiquei muito fascinado com o mundo dos objetos, com a existência da cultural material [...]”. Vir do interior, assim como os movimentos camponeses, e ser apresentado ao Caldeirão em sua dimensão social, política e histórica, enfim a Juazeiro, fizeram parte do caminho de Seu Romeiro ao Museu do Ceará. Durante a entrevista, Seu Romeiro voltou a falar do que havia lhe trago ao MUSCE. Ele frisa que:

Eu nunca me senti atraído por pesquisas sobre o padre Cícero, eu me expressei de maneira muito rápida, o que sempre me interessou é porque que as pessoas acreditam nele, é essa a questão. [...] O que me interessa é o que os romeiros contam (ROMEIRO, 2024).

Fica evidente que o interesse e a curiosidade de Seu Romeiro se relacionam com os romeiros e romeiras, tanto é que durante a entrevista a temática ressurge em

⁶⁵ Localizada no sul do Ceará, a irmandade do Caldeirão começou a existir em 1926 e, depois da seca de 1932, passou a ter mais de 1.000 pessoas. Eram camponeses e, ao mesmo tempo, devotos do padre Cícero e seguidores do beato José Lourenço. Em mutirão, trabalhavam, rezavam e dividiam a produção conforme a necessidade de cada família. Depois da morte do padre Cícero, no dia 20 de julho de 1934, houve uma mobilização da Igreja, em aliança com latifundiários e o governo do estado do Ceará, para desarticular os devotos. (RAMOS, Régis, p.366, 2011)

vários momentos. E qual a relação desses movimentos com o museu? Seu Romeiro responde que:

Eu queria nessas exposições trazer essas pessoas digamos excluídas da história, excluídas da própria história do padre Cícero, acreditam em quem? Qual é a fé? Qual é a utopia? Isso é a grande questão, que que isso tem a ver com o museu? Porque eu aprendi em Juazeiro que só tem fé com objeto, não tem fé no abstrato, não tem, não tem (ROMEIRO, 2024).

As exposições citadas por Seu Romeiro, são: A Religiosidade no Ceará, de 1994, e Imagens do Padre Cícero: sagrado e profano, de 1999, com curadoria de Francisco Régis Lopes Ramos. Ambas traziam objetos que tratavam sobre a devoção e diversidade de devotos e devotas de padre Cícero. Assim, seu Romeiro que se encanta pelas multidões movidas e mobilizadas pelo padre Cícero, inicia o período de oito anos, em que esteve no MUSCE.

Muitas coisas são trazidas no relato de Seu Romeiro, todas elas evidenciam um outro Museu. Em seu período no MUSCE, ele destaca:

A exposição que tinha é era uma exposição, boa, interessante, mas muito ligada ainda a uma perspectiva de exposição para o turista, para apresentar o Ceará, eu não queria apresentar o ceara, é (breve silencio) uma das primeiras coisas que eu disse [...] que eu dizia né Museu do Ceará, um nome completamente imperialista, do Ceará? do Ceará todo? Um museu vai ter o Ceará. Primeiro que o Ceará é a ideia do colonizador, é. Ceará tem uma delimitação administrativa, uma delimitação política [...]

A exposição a qual se refere Seu Romeiro, era intitulada: da Terra da Luz, ao Ceará moleque, que história é essa. A percepção apresentada pelo entrevistado abre vários caminhos a se pensar. Porque para os e as turistas? Nesse intenção cabia os fortalezenses ou os cearenses de outros municípios? E o nome, que também demonstra essa tensão e pretensão de apresentar um Ceará. Quantos Ceará cabem ou cabiam no museu? Durante a entrevista, por várias vezes fui confrontada pelas certezas que trazia, porque as entrevistas revelaram uma criticidade radical de quem fazia o museu. O relato continua:

[...] essa, essa, a gestão insistiu muito em criticar o museu a partir do nome e de tudo, tudo. A ideia de não ficar pedra sobre pedra mesmo. Assim e chegar a limites é que estão muito além, para além do institucional, não poderia ser de outra forma. É, até eu sair do museu porque também eu achava que a instituição não permitiria esticar a corda da baladeira, num dava mais, as instituições têm limites e, é, é, é a gente esticou pra todo lado [...] (ROMEIRO, 2024)

Os enfrentamentos da gestão que seu Romeiro fez parte também foram levados para a exposição Ceará: História no Plural. A partir daqui ela será abordada.

Apesar de não ser possível trazer tudo que seu Romeiro narrou, alguns aspectos revelam os caminhos que o Museu do Ceará tomou, mas por questões e talvez pelos “limites das instituições” não foram. Daqui em diante, tratarei da exposição de longa duração. Assim como Becker (2014) aponta, a pertinência de quem faz pesquisa de campo reside no desafio entre escutar tudo, analisar os dados e possuir a sabedoria entre o que é importante e que não é, para a pesquisa. Demarco isso, pois todos os elementos abordados por seu Romeiro, durante as entrevistas foram riquíssimos.

Sobre a exposição, seu Romeiro destaca:

Essa exposição seria uma exposição dinâmica, isso é fundamental. Essa exposição de onde ela veio? De todas as outras é, por exemplo quando você fala da, na da importância da questão racial é dos negros, se foi digamos assim debatido se tinha ou não negros no Ceará [...] (ROMEIRO, 2024)

A exposição foi pensada desde o início para ser modificada, sempre que necessário, sempre que houvesse sugestões. Esse destaque, amplia uma questão anunciada pelo entrevistado antes, que foi a de “não ser um museu de certezas, ser um museu de perguntas”. Esse tom simboliza onde se pretendia chegar, que era o mais longe possível. A questão racial já surge nesse momento, e a perspectiva era de que é incontornável no sentido de existiram e continuam existindo. Não só o debate racial sobre as populações negras, mas também as indígenas.

Então, durante as entrevistas o debate étnico racial proposto pelo MUSCE, no período em que Seu Romeiro fez parte foi realizado cotidianamente, onde o núcleo educativo tem um espaço, e uma participação fundamentais no que diz respeito a tensionar os módulos e os objetos que o compõem, assim como colocar em contraposição com os outros. O que é diferente e muito da visita que fiz ao museu, quando já não havia núcleo educativo.

Essas questões estiveram presentes no que se refere a exposição como um todo, inclusive a ideia de incompletude é sinalizada também. Antes de afunilar a discussão e discutir o módulo Escravidão e Abolicionismo alguns pontos sobre a exposição devem ser tomados. Sobre a exposição, Ceará: História no Plural trago o texto de abertura⁶⁶:

⁶⁶ Museu do Ceará 75 anos, 2007, p.453.

CEARÁ: HISTÓRIA NO PLURAL

A exposição de longa duração do Museu do Ceará ressalta alguns aspectos da nossa história a partir do acervo existente na instituição. Em múltiplas conexões com as exposições de curta duração e as políticas educativas, são apresentados oito módulos que, embora separados, possuem infinitas interações, sempre com o objetivo de convidar o visitante para reflexões sobre o futuro do nosso passado:

- 1 – Memórias do Museu
- 2 – Povos indígenas entre o passado e o futuro
- 3 – Poder das armas e armas do poder
- 4 – Artes da escrita
- 5 – Escravidão e abolicionismo
- 6 – Padre Cícero: mito e trabalho
- 7 – Caldeirão: fé e trabalho
- 8 – Fortaleza: imagens da cidade

Inaugurada em 2008, se propunha a percorrer e ampliar as visões dos e das visitantes sobre a história do Ceará, a demarcação indicada no texto de abertura, demonstra que existe que o discurso os quais os objetos compõem é realizado a partir do acervo da instituição. Assim, os oito módulos estavam em relação direta uns, e também com as outras exposições que o museu propunha, ou seja, não seria possível analisar os módulos da exposição separadamente. Essa indicação também é sinalizada por Seu Romeiro, ele destaca que:

[...] Então essa questão da conexão de uma, uma, um modulo, ou um tópico com outra é uma questão central assim, é, é então a primeira resposta mais bem elaborada é que não tem como, não tem como mesmo dizer que a, a o recorte que não é esse o recorte, o recorte da exposição não é os, brancos, os negros e os índios, não tem esse recorte, se não tem é, é, é não dá pra dizer que os negros estão na parte de escravidão e abolição, isso é fundamental, porque se é você faz esse recorte aí você tá assumindo que os negros só participam da história quando o assunto é escravidão e abolição [...] (ROMEIRO, 2024).

Ou seja, pensar os módulos separados se choca com a própria estrutura da exposição, possibilitando que sejam percebidas rapidamente as ausências. Uma outra questão é que sem a mediação muitas coisas se perdem, inclusive porque a depender do público, ele pode ou não ter os acessos e fazer as conexões entre as temáticas dos módulos. No meu caso, não possuía as discussões teóricas para isso, então a ausência foi sentida rapidamente.

A medida que Seu Romeiro foi explicando os porquês da exposição, desde a sua concepção, o percurso de criação, a relação dos módulos uns com os outros, enfim quando ele foi descortinando as motivações, ficou nítido também que as ausências também estavam no processo formativo, no que eu não sabia sobre o Ceará, sobre as questões raciais nesse território, no que a não aplicabilidade da lei 10.639 de 2003 sinaliza, que é a lacuna na minha formação.

Por fim, para centrar a discussão no módulo Escravidão e Abolicionismo, duas questões também são relevantes quando se trata da Ceará: História no Plural. A primeira dela, se relaciona a:

Essa, essa exposição, que não, não, nunca foi concluída né, digamos assim chegou a metade, chegou mais ou menos a metade é, ela foi montada, como eu tava dizendo durante um ano, a gente foi fazendo alterações, aproveitando a expografia anterior, o percurso, algumas, algumas é, disposição de expositores e tal então foi é [...] (ROMEIRO, 2024)

Situando as mudanças nos módulos, assim como essa incompletude da exposição que foi criada pensando no elemento da mudança, e que teve de fato incorporações ao longo dos anos, em alguns módulos, o que também aconteceu no módulo Escravidão e abolicionismo. O que reafirma que a mudança e a tensão são elementos constituintes da exposição. Outra questão que deve ser levada em consideração quando se tem museus históricos é que:

[...] tinha começado a, terra da luz, pronto e aí é, é, é esse abolicionismo é a grande propaganda ideológica do pessoal que fez o, estava fazendo até pouco tempo o Museu do Ceará né, por causa disso objetos tal, tal pedaços do passado que no presente podem gerar reflexões, sempre assim, nunca, nunca, tem essa, essa, essa definição é sempre assim ó: é uma sugestão pra pensar pelo que se tem aqui, que a gente não vai rebolar no mato né? Não convém, já que tá aqui vamo pensar sobre isso, que é o grande desafio do museu histórico e vai ser sempre peça muito vezes desagradável, peça desagradável, peça desagradáveis (ROMEIRO, 2024).

Seu Romeiro fala sobre o acervo do MUSCE que é composto por muitas peças, dentre elas há objetos de suplicio, objetos da abolição, fotografias, quadros, animais empalados, documentos, vestuário, armas, moedas, pedras e tantos outros, que revela não só a multiplicidade do acervo, como traz à tona a discussão sobre o que se leva para o futuro, no sentido de preservação e como e quais são as memórias que trazem do passado.

A respeito do módulo Escravidão e Abolicionismo⁶⁷, o texto de abertura diz:

MÓDULO 5 – ESCRAVIDÃO E ABOLICIONISMO

O Ceará foi a primeira província a libertar os escravos, em 1884, ficando conhecida como “Terra da Luz”. Por causa disso, objetos de abolicionistas e instrumentos para torturar os cativos foram doados ao museu. Pedacos do passado que, no presente, podem gerar reflexões sobre os limites do humanitarismo abolicionista e a participação dos negros na história do Ceará, em sua dimensão econômica, social e cultural. Por outro lado, colocam-se em evidencia as atuais formas de exploração do trabalhador, inclusive no âmbito da escravidão contemporânea.

A relação entre o passado e presente são postos, inclusive ao citar a Abolição antecipada, objetos sobre a escravidão (de tortura) e dos grupos abolicionistas fazem parte do acervo e são doados pelo antigo Museu da Abolição. Mas, chama atenção que as dimensões econômica, social e cultural sobre as populações negras também compõem a exposição, o que demonstra que há uma abertura para o diálogo que não é o do apagamento, assim como já havia sido relatado por Seu Romeiro.

Esgravidão e abolicionismo leitura do texto de abertura, conexão direta com a primeira parte que não teve, né porque inclusive parte do acervo do Museu do Ceará veio de um museu chamado Museu da Abolição que é aquela mesa redonda né, por causa disso os objetos de abolicionistas e os objetos para torturar os cativos foram doados ao museu, tá. Por que é que esses objetos vieram? Porque a elite branca estava, eu tô dizendo aqui como se fosse uma monitoria na época, uma, uma chamada monitoria que agora é o trabalho educativo, dos educadores do museu né. Então não adiantava só mostrar o tronco onde os escravos eram presos, e a escravidão hoje? Que é que tortura hoje? A tortura continua? (ROMEIRO, 2024).

O grande propósito era o de debater e pensar as temáticas ampliadas, ligadas as outras, pensar como no contemporâneo se apresentava as questões. Sobre o módulo Escravidão e Abolicionismo, ele reafirma que: “a questão do negro no Ceará, não está nesse módulo, não está mesmo, assim seria, seria um grande erro se a gente fizesse isso porque, é ignorar por exemplo quem fez a cadeira para o branco sentar foi o negro então era tudo uma pergunta [...]”.

⁶⁷ Museu do Ceará 75 anos, 2007, p. 456



Figura 7 - Objetos de suplicio. Fonte: *Catálogo Museu do Ceará (SAFRA)*, 2012, p.199



Figura 8 - Objetos de suplicio. Fonte: *Catálogo Museu do Ceará*, 2012, p.199

Os objetos acima, compunham a sala escravidão e abolicionismo, entre outros. trazendo também o que Janaina Mello (2013) sobre a representação social da escravidão: “Logo, a abordagem da escravidão nos museus necessita estabelecer um diálogo sobre os sentidos e as marcas legadas pela escravidão na sociedade brasileira, bem como as formas de representação social e material que estas adquirem ao longo do tempo” (MELLO, 2013, p.48). O que torna indispensável a atuação do núcleo educativo,

enquanto instância que dialoga com os públicos e tensiona os objetos, seus usos e suas representações.

Seu Romeiro destaca como os objetos do módulo, e a exposição segue uma ideia e ela era a de: “a exposição de longa duração teria que ter vida própria, nesse, nesse, nessa configuração é de aproveitar o acervo que tem [...]”. Portanto, a exposição que nasce em 2008, tem uma grande pretensão que é a de transformação e as múltiplas possibilidades de dialogo entre si. Quando perguntado sobre como narrativa de não há negros no Ceará, ou não há tantos negros no Ceará foi pensada para a exposição, ele responde que:

A história é o que o museu pode contribuir, e que que o museu pode dizer de novo, isso já tava dito no livro história do ceara né, já tava estudado, então a gente já nos anos 80 já sabia, já tava provado que existiam negros no ceara e que a, eram uma questão historiográfica que a gente tinha que partir daí pra frente, [...] entende, não é que a, a, se fazia, até hoje se faz essa pergunta. Mas a gente tem paciência: tem sim, é porque é invisibilizado e tal num sei o que e quando a gente colocou no texto bem a, a, a ver a participação do negro no Ceará nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais era exatamente para que esse museu formado muito a partir da abolição e da escravidão tivesse sobretudo mais acervo cultural num é? E a meu ver até hoje precisa, realmente é um acervo ainda a ser aumentado (ROMEIRO, 2024).

Nesse momento, tive a sensação de uma certa impaciência por essa narrativa ter sido trazida à tona, mas eu percebo que essa questão que aparece como resolvida no campo da História, não surgiu na minha formação onde há um grande vazío nesse sentido. De 2017 em diante é que as discussões nas Ciências Sociais, na Universidade Estadual, surgiram, a partir de uma professora específica, então esse movimento de discutir algumas temáticas sejam cíclicos, em alguns campos.

Minha perspectiva também parte do próprio movimento negro no Ceará, que foi criado em 1982, e o qual produziu, pautou políticas públicas, formou gerações, mas que isso chega em alguns sujeitos e coletivos, a Universidade pode ou não trazer o debate racial para o currículo, para as referências bibliográficas, para o corpo docente. Enfim há uma diferença entre abrir o debate, ampliar ele, e se comprometer com a causa, inclusive perdendo privilégios.

Voltando a exposição e ao conteúdo do módulo, a entrevista seguiu o ritmo de leitura do texto referente ao modulo e a explicação. Seu Romeiro foi muito didático,

inclusive sinalizando que o que fizemos foi uma espécie de monitoria, realizada com o núcleo educativo na época. Seu Romeiro destaca que:

Exposição de História é muito difícil, não dá pra resolver é e tudo, tem que ter recorte, tem, que ter conexões ligar uma coisa com a outra, então a gente tinha instrumento de tortura contra os negros lá em cima, o tronco, também tinha gargalheiras, braceletes [...] a calunga que tinha lá cê pode ver que, qual o significado religioso, cultural de existir o maracatu é no Ceará, e é dentro de uma coroa, então ai (ROMEIRO, 2024).

Nesse momento, a preocupação em apresentar algo que seja coerente com o acervo, mas também com as discussões contemporâneas provocando os públicos a pensar a relação de continuidade entre o passado e agora, partindo da indagação o que fica para trás? E o desafio de uma exposição histórica de propor com responsabilidade o debate sem se afugentar muitas vezes do seu próprio passado institucional, olhando para o que foi feito e propondo o novo.

A partir disso, também é citado a calunga, esse elemento que traz o maracatu, como expressão artística e cultural de origem africana, relacionado às procissões de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de acordo com Ferreira (2009), o autor também destaca que mais do que um momento de celebração os maracatus também podem ser vistos como momentos de socialização. Hoje o maracatu faz parte da cultura cearense e tem um espaço na agenda cultural, com destaque para os desfiles que ocorrem durante o Carnaval.

No geral, a análise sobre a exposição não pode deixar de citar que a entrevista com Seu Romeiro aprofunda as discussões sobre o campo das relações raciais, a partir da seriedade com a qual a exposição foi criada, inclusive de romper com a ideologia anterior do abolicionismo. As alterações previstas, o diálogo com o núcleo educativo, assim como o papel desempenhado pelo grupo, enfim toda essa complexa estrutura que tornou possível Ceará: História no Plural.

No que se refere a história da instituição, alguns pontos merecem destaque, como a restrição orçamentária que o museu passou e passa, inclusive em relação a outros equipamentos culturais, “junto com a associação é, driblando a restrição orçamentária que nunca foi prioridade o Museu do Ceará, nunca, nunca, nunca foi. É, pode ter sido talvez só uma vez quando inaugurou o Palacete Senador Alencar, aí foi um ponto de prioridade e acabou, nunca interessou, principalmente hoje é”. O trabalho com a Coleção “Outras

Histórias” pela publicação, divulgação e expansão da atividade educativa⁶⁸, a pesquisa realizada que transformaria o Sobrado Dr. José Lourenço em uma casa objeto, fazendo parte assim do Museu do Ceará como anexo e como acervo, o “Juazeiro subterrâneo” e todas as outras coisas e memórias que ao longo de dois encontros foram pacientemente narradas.

Depois dos encontros com Seu Romeiro, essa pesquisa ganhou outros contornos, e isso se deve a sua valiosa contribuição. Ele que tão generoso me mostrou que as coisas (objetos) e os museus não são um bloco estático, estão vivos porque são feitos de gente, e que a cultura material tem múltiplas finalidades, que os objetos podem ser vistos de vários lugares e que possuem muitas camadas. Além disso, mostrou também que Museu do Ceará, durante os oito anos que lá estive foram repletos de vivências, sobre educação, história, memória, e por fim, a abertura da exposição Ceará: História no Plural.

O MUSCE demonstra que o início dos anos 2000 produziu e muito sobre e para a cidade, ampliou debates, foi espaço de muitas exposições e eventos, como a semanas Paulo Freire, o laboratório de museologia, o memorial Frei Tito e tantas outras iniciativas que formaram gerações de profissionais. Assim, durante esses anos, o museu alicerçou-se em bases sólidas para tratar de temáticas ainda tão caras a nossa sociedade.

Se “as instituições têm limites”, Seu Romeiro criou outros, e assim foi sendo, o percurso trilhado por ele no museu. Para finalizar quando indagado sobre a motivação das entrevistas terem ocorrido no Museu do Ceará ele responde: “o museu é a minha romaria” e é nele que “eu posso performar”. Eis que se encerra o período entre 2000 e 2008, seguirei agora para os anos de 2008 a 2012.

5.2 Quem vai, quem fica?

Começo deixando claro que as entrevistas realizadas para essa pesquisa foram catárticas porque cada uma delas alterou as estruturas desse trabalho, não porque ele não foi bem fundamentado, mas sim pelas outras realidades que eu passei a conhecer. Esse tópico trata do período de 2008 a 2013 e tem como base, as entrevistas concedidas por Cristalina⁶⁹ no Museu do Ceará. Ela relata como foram os cinco anos em que estive na

⁶⁸ A coleção ganhou o prêmio Rodrigo de Mello Franco, em 2007. Seu Romeiro destaca que a inscrição no prêmio foi realizada pelo núcleo educativo.

⁶⁹ Nome fictício dada a participante.

instituição. Quem ela é? De onde vem? Onde sua trajetória se encontra com o Museu do Ceará? Como foi o período no qual esteve lá? Sobre as questões que abrem a entrevista, ela responde:

Eu sou historiadora, eu fui aluna do Régis na graduação. Na graduação eu fiz, com ele (eu fiz) teoria dois, foi a disciplina que eu mais lembro e eu fui monitora de introdução ao estudos históricos e aí, numa das vezes que ele ministrou essa disciplina, eu trabalhei diretamente com ele, mas foi em teoria 2 que ele, ééé apresentou pra gente, um texto do Ulpiano Bezerra de Menezes, que é um texto sobre o museu histórico, o museu de são, o museu paulista perdão, que era pra que serve o museu histórico e aquele texto assim abriu um leque pro que eu queria (CRISTALINA, 2024).

Cristalina relata que é paulista, mas seus pais são cearenses. O texto de Menezes⁷⁰ (1994) lhe chama atenção por citar um espaço que ela conheceu na infância, no caso, o Museu Paulista⁷¹. Ao relembrar sua visão sobre o museu na infância, ela declara que:

Então era um museu que eu conheci quando era pequena, eu vim com 15 anos pra cá e era um texto que falava diretamente de um museu que eu conhecia e pra mim, na minha visão de criança assim, era assim um castelo de contos de fada sabe? Tipo existiam mesmo reis e rainhas, príncipes e princesas, tá aqui, no Brasil né? Pra mim era isso o museu, tô falando da minha visão infantil. E aí vem o texto do Ulpiano Bezerra de Menezes falando exatamente sobre essa construção do museu paulista como esse lugar de memória, uma memória atrelada né? A história do Império (CRISTALINA, 2024).

Ou seja, o museu que era um espaço de fabulação e contos de fadas, se transforma. Assim, o texto que apresenta a Cristalina o museu como um lugar possível de ser pesquisado, como um objeto de estudo é o de Menezes (1994), que analisa as diversas mudanças ocorridas no Museu Paulista, desde sua abertura, em 1893, ele destaca também o museu e a sua relação com a cultura material, ou seja, com os objetos. Cristalina segue falando sobre sua trajetória. É durante a pós-graduação que o Museu do Ceará surge em seu caminho. Sobre isso, ela revela que:

⁷⁰ Para ver mais, acesse: Menezes, U. T. B. de. (1994). Museu Paulista. *Estudos Avançados*, 8(22), 573-578. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9759>

⁷¹ No site do museu, é relatado que: “O Museu do Ipiranga é a sede do Museu Paulista na cidade de São Paulo, um museu especializado em história e cultural material e que integra a Universidade de São Paulo. O edifício em que hoje estão instaladas as exposições e espaços para atividades educativas e culturais foi projetado para ser um monumento em comemoração à Proclamação da Independência, ocorrida em 1822. O edifício foi construído entre 1885 e 1890. Em 1895, o recém-criado Museu do Estado (Museu Paulista) foi transferido para o monumento. Foi assim que as histórias do Museu público mais antigo de São Paulo e do Monumento à Independência se misturaram e, desde então, ele ficou conhecido como Museu do Ipiranga”. Para ver, acesse: <https://museudoipiranga.org.br/sobre-o-museu/>.

[...] ele foi apontando algumas sugestões, ele disse tem o Museu do Ceará, quando ele falou tem o Museu do Ceará aí os meus olhos brilharam, porque eu disse ah tá agora você tá falando de alguma coisa que me interessa porque eu já era professora, eu já utilizava o museu como recurso didático pras aulas de história, ah tá, bacana né? Gostei da ideia [...] (CRISTALINA, 2024).

A ideia de pensar e utilizar o museu como um espaço educativo e pedagógico está prevista no Estatuto dos Museus, na subseção II. O artigo 29 diz: “os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade as manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação” (BRASIL, 2009). A partir disso, se pode pensar as contribuições dos museus em geral, no diz respeito a educação museal, que é um elemento citado também pelo Seu Romeiro. O que demonstra que o MUSCE, também tem uma forte relação com o núcleo educativo⁷², pensando no período de 2000 a 2012, que apresenta uma continuidade.

Diante disso, Cristalina chega ao Museu do Ceará por meio da pesquisa, que é um outro eixo previsto também pelo Estatuto dos Museus. Sua pesquisa demandou um processo que envolveu a investigação em jornais, com o objetivo de reconstituir um certo período do Museu do Ceará sobre o qual não havia muitas informações. A pesquisa contou também com a participação de bolsistas, tendo em vista a grande quantidade de dados encontrados e que ficaram para o museu após a conclusão da dissertação.

Aí ele disse olha, porque que você não vai pros jornais? Da uma olhada nos jornais, vê o que de repente pode aparecer. Então assim, ééé, eu fui como quem vai buscar agulha no palheiro, porque, eu disse bom: eu vou pegar aqui da criação do decreto em diante, e eu comecei a pesquisar, vou pegar o primeiro jornal, acho que, o primeiro jornal que eu peguei foi O Povo, porque foi o único jornal que se manteve né? Durante décadas né? [...] esse foi um projeto que eu comecei a coordenar e que de um bolsista, chegou a cinco bolsistas, ficou quase um ano, então a gente na verdade, a gente pesquisou todos os jornais disponíveis na BECE, é, no período de 1932 até os anos 50, então a gente cobriu um período muito amplo [...] (CRISTALINA, 2024).

O caminho de Cristalina, após a pesquisa, também é marcado pelo desenvolvimento de trabalhos em outras instituições, assim como em outros lugares. A relação com o Museu e seu impacto em sua vida profissional e acadêmica são relatados também por ela. “São vinte anos passando por outros museus e não só pelo trabalho de pesquisa, eu trabalho também com o núcleo educativo, mas o trabalho também de gestão

⁷² Essa temática também surge quando a entrevistada falou sobre a exposição, Ceará: História no Plural.

né? Muito de pensar assim, as políticas, a gestão do equipamento e aí eu fui seguindo né” (CRISTALINA, 2024).

Sobre o impacto do MUSCE em sua trajetória, ela diz:

Então assim, no caso do Museu do Ceará é uma paixão que me persegue, porque é isso eu não, nunca deixei de pesquisar e nunca deixei de ser surpreendida pelo museu, porque engraçado, você pesquisa, você vem trabalhar no espaço, você começa a ter um acesso mais direto ao acervo, inclusive o que tá em reserva técnica, documentos né e tem coisas que as vezes aparece, aí você diz assim: mas eu não acredito que eu não tinha visto isso [...] (CRISTALINA, 2024).

As falas de Cristalina demonstram seu vínculo com o Museu do Ceará, bem como os efeitos dessas experiências sobre sua atuação profissional e não só isso. A multiplicidade do acervo também é citada, e isso se deve também a quantidade de objetos que lá estão, sendo mais de 12.000 mil peças. E como ela analisa o tempo que passou na instituição? Quais acontecimentos marcaram sua memória sobre o MUSCE? Ela narra que:

Olha, tem muitas coisas é em cinco anos, a gente consegue fazer muitas coisas, outras não, é mas eu diria assim se eu fosse escolher duas coisas por exemplo, que eu julgo muito importantes, uma delas sem dúvida foi deixar organizado o catálogo do museu Safra, é, porque, primeiro é o maior catálogo que o museu tem, em número de páginas, em possibilidade de mostrar um acervo não só que tá em exposição, mas também que tava em reserva técnica, de transcrever alguns documentos, de fotografar meio que por dentro alguns objetos por dentro [...] (CRISTALINA, 2024).

Além da possibilidade de apresentar outros objetos, também é relatado como o catálogo registrou e apresentou a instituição, considerando a tiragem e a distribuição feita pelo Banco Safra⁷³, o que também desemboca na visibilidade. Outro aspecto que o catálogo trouxe foi o de conhecer objetos e documentos do acervo. Além disso, Cristalina também afirma que: “[...] é dar esse acesso mais amplo é, mais até do que em exposição [...]”. O que também demarca a importância da publicação para o MUSCE.

[...] assim você tem possibilidade de falar mais sobre o objeto dar mais elementos sobre esses objetos e sei lá, eu ficava pensando, sei lá, numa situação drástica: queimou o acervo do museu, mas alguém vai ter esses catálogo, em algum outro lugar, em alguma outra biblioteca, em algum outro museu alguém vai ter o catálogo do Museu do Ceará editado pelo Banco Safra, pra mim, foi a coisa mais importante [...] (CRISTALINA, 2024).

⁷³ Instituição financeira que existe desde 1800. No campo da cultura, o Instituto J. Safra já publicou 45 volumes da coleção “Museus Brasileiros”. Para conhecer mais, acesse: <https://www.institutojsafra.com.br>.

A situação citada demonstra uma preocupação válida, visto que algumas instituições e suas sedes estão em uma situação de vulnerabilidade, conjuntura essa vivida no Palacete Senador Alencar, que segue fechado desde 2019 e atualmente passa por reformas. Ela também demonstra que o receio de ocorra algo como em 2018 ⁷⁴, quando o Museu Nacional foi consumido por chamas, ou mais recentemente o incêndio na Cinemateca, em 2021. O que atesta a fragilidade de muitos espaços culturais públicos, no Brasil.

Além do catálogo produzido pelo Banco Safra, um outro momento também que marcou a passagem de Cristalina no MUSCE, foi o projeto Tudo de Cor Fortaleza. Sobre esse momento, ela destaca:

[...] e uma das coisas que também me deixou muito feliz em ter feito, ter participado, foi do projeto, é desculpa, porque passa o tempo a gente vai esquecendo os nomes né? É, tudo de cor pra Fortaleza, porque foi um projeto é da Coral Tintas, e que aconteceu muito por acaso. A Coral Tintas veio pro Ceará, pra fortaleza atrás de um lugar pra fazer o projeto piloto né? Que era de pintura de fachadas e, tinham visto o Dragão do Mar, mas assim, o Dragão do Mar já tinha sido, já tava todo colorido, era no auge do dragão do mar com aquelas fachadas coloridas né? (CRISTALINA, 2024).

A ação ocorrida em 2012, ocorreu a partir de votação interna na Coral Tintas. Em um primeiro momento, foi cogitado o município de Aquiraz, mas o contato entre a diretora da época com o responsável pelo projeto, tornou possível a ação contemplar o Museu do Ceará. A ação revitalizou, não só o museu como também seu entorno. Ela enfatiza que:

Então foi muito legal, porque de fato assim até o prédio do outro lado da praça foi pintado, foi pintado o museu do ceara, foram pintadas todas as fachadas, o Palácio da Luz, a Igreja do Rosário, a praça como um todo né? No Museu do Ceará a gente conseguiu a pintura interna também, então foi um momento assim que a praça reluziu, ficou muito bonita, isso foi em 2012 né? O Museu do Ceará também ficou assim, um brinco sabe? E terminou com o show do Fagner (CRISTALINA, 2024).

Ambos os acontecimentos, marcaram os anos em que Cristalina esteve no Museu do Ceará. Sua trajetória acadêmica e profissional, atestam como o museu apareceu desde muito cedo em sua vida, mas foi no e a partir do Museu do Ceará que as oportunidades foram ampliadas. A partir de agora, conhecendo de modo breve a

⁷⁴ O incêndio no Museu Nacional foi amplamente debatido e trouxe à tona o cenário precário de muitas instituições. Para ver mais, acesse: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48550660>.

entrevistada, serão abordadas as questões referentes a exposição, Ceará: História no Plural, e o módulo Escravidão e Abolicionismo da qual Cristalina também colaborou.

A exposição de longa duração, Ceará: História no Plural nasce como uma exposição dinâmica, onde a mudança era um aspecto fundamental. Sendo assim, quais as mudanças realizadas entre 2008 e 2012? Ela responde que:

Com relação ao módulo Escravidão e Abolicionismo a principal alteração da cor da sala, que hoje eu não me recordo qual é, tá? Mais eram cores diferentes para diferenciar os temas é, a gente também colocou alguns textos complementares que nesse momento eu não me recordo [...] Então a gente intercalou com textos complementares, mas a grande mudança, foi a inserção é, da roupa de princesa de maracatu na sala, porque a sala tinha objetos de tortura, ela tinha, porque o tema era Escravidão e Abolição, objetos relacionados a abolição é da escravidão no Ceará, como o quadro Fortaleza Liberta, a, deixa eu ver aqui, o livro de prata né, a mesa onde teria assinada a abolição da escravidão em Fortaleza, e tinha já a calunga [...]



Figura 9 - Calunga. Fonte: Catálogo Museu do Ceará (SECULT), 2010, p. 72

A imagem da calunga não está presente no catálogo do banco Safra, de 2012, mas está no catálogo Museu do Ceará, de 2010, organizado pela Associação dos Amigos do Museu do Ceará. Na obra, a calunga é descrita como: “Figura significativa do Maracatu. Representa um ser supremo que possui o poder de evocar antepassados” (MUSEU DO CEARÁ, 2010, p.72).

Junto com a proa da Barca Laura II, são objetos que ressignificam a presença negra no território cearense, evidenciando que além das questões sobre invisibilização,

apagamento e violência, há também festa, ancestralidade e luta. Nas imagens, abaixo temos a sala Escravidão e Abolicionismo. Nelas não há a presença da calunga, tendo em vista a proposta da exposição, de ser dinâmica, o objeto pode ter deixado de fazer parte da sala em algum momento ou a posição em que a sala foi registrada pode não ter favorecido a todos os objetos expostos na sala.



Figura 10 - Sala Escravidão e Abolicionismo. Fonte: Museu do Ceará (SAFRA), p. 197



Figura 11 - Sala Escravidão e Abolicionismo. Fonte: Museu do Ceará (SAFRA), p. 197

A roupa de princesa de maracatu foi doada ao Museu do Ceará em 2012, apesar de existir na época o Museu do Maracatu⁷⁵, instalado no Teatro São José, o doador⁷⁶ optou pelo MUSCE. Foi uma peça que já adentra no museu para também trazer a dimensão cultural que tem relações com as populações africanas e negras do Ceará. Além de também ter relação direta com a calunga, quem também é um item do maracatu. Sobre o traje, e sua chegada ao museu, Cristalina destaca:

E nós recebemos uma doação de uma roupa de princesa, completa, com todos os adereços, com aquela armação de saia, saiotes, o vestido, as bijuterias, a peruca, as luvas. [...] essa roupa foi feita no Ceará é, por um senhor que também saía na agremiação, e que era o grande costureiro digamos assim da, dessas roupas da corte, a roupa dos orixás, essas roupas assim mais elaboradas no sentido da fantasia né? Roupas assim com muito brilho, muito pano, muito tecido [...] (CRISTALINA, 2024).

A entrevistada detalha como foi a inserção do vestido no módulo. Ela continua dizendo que:

⁷⁵ Não há muitas informações sobre o Museu.

⁷⁶ O gastrônomo português, Virgílio Nogueira Gomes. A doação da peça foi devido a sua não mais participação nos desfiles. Ele mantém um site onde estão contidas suas jornadas culinárias. O interessante é que também há crônicas sobre o Maracatu Rei de Paus, orixás como OXOSSI e OGUM além de fotos, que demarcam sua relação com o maracatu cearense.

[...] e eu lembro que na época a gente adquiriu até o , a gente foi atrás de um manequim, um manequim de corpo completo, um manequim negro pra colocar toda a fantasia e ela era tão grande, tão grande eu digo assim por conta da saia é aquela armação deixava a saia gigantesca, então assim a gente teve que infelizmente optar por tirar a armação, porque se a gente deixasse com armação não dava pra ela ficar dentro da sala sem bater, literalmente é nos outros expositores, não daria pra você circular entre os objetos que estavam perto desse vestido se a gente mantivesse o vestido como com a armação debaixo e realmente era uma saia rodada, sei lá de um, de um diâmetro talvez de um metro e meio então infelizmente a gente teve que expor sem é, essa armação, mas mesmo assim é, é uma fantasia muito bonita, ela tá até hoje no Museu do Ceará [...] (CRISTALINA, 2024).

O vestido já havia sido citado por Romeiro, durante a segunda entrevista. A grandiosidade e beleza da peça, também já haviam sido declarados por ele. E partir do traje, algumas questões surgem, como pensar a relação entre o vestido e a calunga, como referências ao maracatu e sua ligação com as populações negras. A partir disso, também é relatado o ponto de vista do núcleo educativo quanto a inserção da peça no módulo. Cristalina destaca:

[...] mas ela foi a grande modificação né, é que na época foi um (inaudível) com os educadores porque eles não conseguiam fazer essa rela, eles não achavam que havia relação com o tema da sala e eu disse: gente pelo amor de deus, só tem, porque se não a gente vai continuar trabalhando numa perspectiva é do negro só como o escravizado né, ou então de abolição que embora a mediação deixasse muito claro, que não era um presente de brancos, porque é isso o acervo era muito oficial então pra desconstruir o discurso do acervo, como por exemplo o discurso imagético do fortaleza liberta, você tinha que fazer isso por meio da mediação chamando as pessoas pra ver o quadro pra ler o quadro e pra debater o tipo de memória que se construiu, como é que ela foi construída e como ela era problemática então isso, essas coisas eram dadas muito pela mediação e também pelas problematizações que a gente deixava nos textos complementares [...] (CRISTALINA, 2024).

Essa tensão, demonstra que apesar do núcleo educativo ser composto de estudantes que vinham da Universidade, onde os debates acadêmicos são efervescentes houve uma dificuldade de entender o objeto, no caso, a roupa de princesa, em relação a temática Escravidão e Abolicionismo, o que demonstra que mesmo havendo debates, diálogo, pode se sobrepor a ideia das populações negras ligadas principalmente ao período da escravidão, ainda mais porque os objetos que constituíam o módulo eram também objetos de suplicio.

Sobre os objetos e os valores que eles passam a ter quando adentram espaços de memória, como por exemplo, o museu, os autores ressaltam que:

O artefato perde, portanto, todas as suas funcionalidades e adquire outra, a de significar, o que Pomian denominou de “semióforo”.²¹ Os significados que

esse objeto agora musealizado adquire não são os mesmos que ele tinha quando inserido na rede social. Incrustado em meio a outros itens da coleção museológica, esse objeto significa as ideias e intenções daqueles que ali o colocaram e classificaram: um estilo (em uma coleção de móveis); uma personagem histórica (o chapéu de fulano, a cama de beltrano); uma paisagem (a cidade de antigamente); ou uma prática de trabalho (a forma do sapateiro, a bancada do alfaiate) (CARVALHO; MARINS; LIMA, p.11, 2021)

Assim os valores que cada um dos objetos que compõem os módulos da exposição também não são mais o mesmo, cada um traz e acessa questões sobre identidade, passado, memória, cidade, território. Entre os objetos que também faziam parte da sala Escravidão e Abolicionismo, estão o livro de prata⁷⁷, onde deveria constar a ata da sessão que aboliria os/as escravizados, assim como cartas de abolicionistas, como por exemplo a de Joaquim Nabuco para José Correa do Amaral⁷⁸.

A sala Escravidão e Abolicionismo possui muitos elementos dentro dessa dicotomia, e a depender do público, a imagem entre abolicionistas e escravizados pode ter sido reforçada, devido aos objetos expostos, junto ao fato que o museu deixou de ter um quadro de educadores/mediadores, o que aconteceu durante a minha visita ao museu e influenciou na visão que tive sobre a questão da populações negras no Ceará, e na cidade de Fortaleza. Alguns anos depois, há um desgaste sobre a sala em que o módulo estava localizado, o que fica evidente na existência de um momento para reformula-lo.

⁷⁷ “Livro cuja capa é de prata trabalhada em alto relevo, com dorso em couro mar rom trabalhado e duas abotoaduras laterais de prata, em cujo centro está a figura de um leão em alto relevo, dentro de uma esfera rodeada por arabescos. Na frente da capa está gravado um grande pórtico onde, ao alto, no centro, surgem raios de sol. No centro desses raios há um barrete frígio. Envolvendo todo o pórtico percebe-se uma coroa formada por ramos de rosas ao alto, coqueiros e ramos de rosa à esquerda, coqueiros e ramos de café à direita, que se encontram num listel onde se lê: “Solidariedade, Confraternidade”. Dentro do pórtico, lê-se, ao centro: “A' Província do Ceará. Homenagem dos Portuguezes [Portugueses] rezidentes na Fortaleza, 25 de março 1884”. Abaixo dos dizeres, os brasões do Império Brasileiro (à esquer da) e de Portugal (à direita), que se tocam. Mais abaixo dos brasões, um ramo de tabaco (à esquerda) e um ramo de uva (à direita) se encontram, formando um laço de onde caem correntes com algemas quebradas, soltando um arco, três flechas e uma aljava com várias flechas. No verso da capa, ao centro, um listel onde está gravado o ano 1884, dentro de uma coroa aberta ao alto. À esquerda do listel, a coroa é formada por ramos de tabaco (representando o Império Brasi leiro) e, à direita, ramos de uva (repre sentando Portugal), que se encontram abaixo e ao centro em um laço. O listel e a coroa estão atravessados por um arco e uma flecha em “x”. Na borda inferior, em letras minúsculas, ao centro, está gravado: STERN Graveur 47 Passage dez Panoramas Paris” (MUSEU DO CEARÁ (SAFRA), 2012, p.218).

⁷⁸ Cearense, membro da Sociedade Abolicionista Perseverança e Porvir.

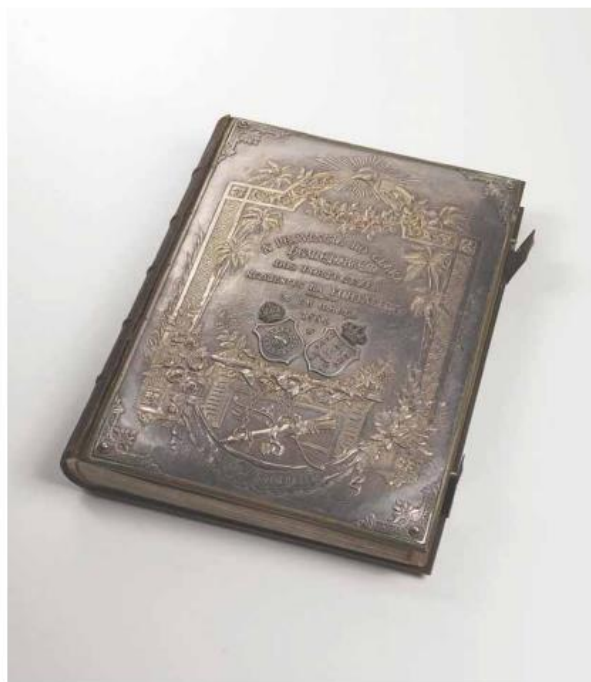


Figura 12 - livro de prata. Fonte: Catálogo Museu do Ceará (SAFRA), 2012,

p.218

As imagens aqui utilizadas são oriundas dos dois catálogos do Museu do Ceará, um de 2010 e um de 2012. Como já mencionado por Cristalina, o catálogo do Museu Safra, de 2012, é uma edição mais robusta e foi possível mostrar nele também objetos que não estavam na exposição e sim no acervo, o que enriqueceu em muito a edição. Na edição de 2021, temos as fotografias de Dragão do Mar, uma placa com seu nome, moedas comemorativas ao centenário da Abolição, entre outros registros.

A entrevista segue, Cristalina a partir das perguntas feitas por mim, encaixa uma grande contribuição que comprova que os anos entre 2008 a 2012, houve uma aproximação efetiva entre a instituição Museu do Ceará e os movimentos negros e indígenas. Ela salienta que:

Mas deixa eu dizer uma coisa até pensando na tua pesquisa, [...] houve uma grande aproximação tanto com os movimentos negro, como com o movimento indígena e essa aproximação vai se traduzir na publicação de alguns livros da coleção outras histórias, em quatro livros que são fundamentais pra você entender essa aproximação é, do museu com esses movimentos, dois deles não estão na coleção outras histórias certo? (CRISTALINA, 2024).

As obras citadas são: Negros no Ceará: História, memória e etnicidade, de 2009, Traços étnicos: Espacialidades e culturas negras e indígenas, também de 2009,

inclusive pertencem a Coleção “Outras Histórias” e na Mata do Sabiá: Contribuições sobre a presença indígena no Ceará de 2009 e Museus e memória indígena no Ceará: Uma proposta em construção também datado de 2009. E porque as obras são citadas? Cristalina argumenta que dois eventos envolvem as três das quatro obras citadas.

Sobre isso, destaco:

Por isso, aproveitando a efemeridade tão alardeada pelos meios de comunicação e considerando sua missão de “museu de História”, a instituição resolveu promover o seminário *Negros no Ceará: história, memória e etnicidade*, um evento de três dias (18 a 20/6/2008), com mesas redondas, palestras, relatos de experiência e apresentações culturais, cujos protagonistas foram pesquisadores acadêmicos, militantes do movimento negro e das comunidades de terreiro. O objetivo era conchamar a sociedade cearense para o debate sobre o papel do negro como sujeito histórico ativo na história do Ceará, que continuaria sendo ampliado por meio da ação educativa desenvolvida nas salas do Museu (HOLANDA, 2009, p.8)

O contexto da obra se relacionava aos 120 anos da assinatura da Lei Aurea, assim o seminário amplia as discussões referente a racialidade no Ceará. A obra é composta por textos de participantes do evento, ou seja, a comunicação não ocorre só através de falas, elas foram transformadas em artigos e são uma contribuição impar para o museu. Além disso, a obra também se junta ao *Projeto Emergência Étnica*⁷⁹, viabilizado pelo Secretária da Cultura do Estado (SECULT) e o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC).

Chama atenção a dimensão do evento e do projeto, assim como os debates propostos. No anexo 1 do seminário, estão organizadas as propostas do movimento indígena, do movimento negro urbano do movimento quilombola e das comunidades de terreiro. Cada uma das sessões, trazendo de modo sistematizado o museu que cada organização quer. Torna-se evidente a participação intensa do Museu do Ceará, não só pela participação nos seminários, fosse pela supervisão das obras, fosse pela publicação.

A entrevista segue, e Cristalina revela um acontecimento que é um desdobramento da relação entre a instituição na época e os movimentos da cidade, principalmente o das religiões afro-brasileiras. Ela indica que:

[...] então esses quatro livros são muito importantes pra perceber a nossa aproximação, ao ponto que a gente fez uma jurema dentro do museu, só pra

⁷⁹ Também houve a realização do seminário Emergência Étnica: índios, negros e quilombolas construindo seus lugares de memória no Ceará, que ocorreu nos dias 15 a 17 de maio de 2009, no Condomínio Espiritual Uirapuru, em Fortaleza.

ocô ter uma ideia de como essa aproximação foi muito, eu acho muito interessante (CRISTALINA, 2024).

Se o debate decolonial chega as instituições museológicas a partir da urgência de repensar acervos, praticas e discursos, em meados de 2008, o Museu do Ceará já fazia isso. Não só rompendo com a lógica das narrativas oficiais, como trazendo para dentro do seu espaço, a jurema⁸⁰. Então, de todo os relatos que foram feitos por Cristalina, a jurema dentro do museu, levanta uma série de questões, mas fica evidente a relação entre as religiões de matriz africana, o museu e a cidade de Fortaleza.

Para finalizar essas reflexões, que se relacionam diretamente com o objeto, pois o museu carrega consigo a ideia de cultura material e suas possibilidades, que como apresentei até o momento foram analisadas a partir do acervo que compôs a exposição Ceará: História no Plural. E como podemos pensar sobre os objetos? José Goncalves (2007) declara que:

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, José, 2007, p.15)

O que traz à tona os objetos de suplicio e tortura, que compõem o modulo da exposição, como representações de desumanidade, violência, crueldade e em contrapartida temos o vestido de maracatu, a calunga e a proa da barca Laura, que

⁸⁰ Segundo Bairrão, a jurema possui diversos significados, entre eles o de: “Jurema é uma bebida. A partir de partes daquelas plantas, nem sempre as mesmas (as mais referidas são a *Mimosa tenuiflora* e a *Mimosa verrucosa*), obtém-se um líquido de uso religioso e medicinal. As fórmulas do seu preparo, os tecidos vegetais utilizados e as dosagens, assim como a combinação com outros ingredientes, são variáveis. Jurema é uma cerimônia religiosa (diversamente celebrada por índios ou caboclos) no âmbito da qual aquela bebida é comungada. Às vezes distinguida como uma religião específica no complexo cenário da espiritualidade brasileira, mais comumente o culto da Jurema apresenta-se difuso em práticas religiosas nas quais pode ter um papel mais ou menos central: pajelança, toré, catimbó, umbanda, candomblé de caboclo etc. Jurema é uma "entidade" espiritual que se manifesta no transe de adeptos dessas religiões (Anthony, 2001). Ou uma classe, um tipo de "entidades", havendo muitas Juremas. A Jurema que se manifesta nesses cultos pode caracterizar-se de maneira bastante variada em diferentes práticas e em diversos núcleos da mesma religião. Às vezes, a sua caracterização pode ser diversa no mesmo núcleo, ou até mesmo Juremas diversas podem incorporar na mesma médium (Bairrão, J. F. M. H. 2003, p. 163).

remetem as dimensões culturais e de resistência das populações negras no território cearense.

5.3 Histórias sobre um outro Ceará

Este tópico se refere a primeira entrevista realizada nessa pesquisa. A ordem das entrevistas, diz respeito a ordem cronológica que busquei pesquisar, os anos de 2000 a 2019. Nosso entrevistado, Muvunge⁸¹ foi um nome sugerido pelo núcleo de pesquisa do Museu do Ceará, quando em 2023 estive no anexo bode Ioiô. Muvunge é ativista do Movimento Negro do Ceará e uma autoridade no que se refere a temática racial neste território. Sua entrevista englobou, um universo de conhecimentos sobre as religiões de matriz africana, a escravidão, os grupos escravizados trazidos para além-Atlântico entre outras temáticas.

Foi um momento de intenso aprendizado, pois grande parte do que foi compartilhado por Muvunge não era de meu conhecimento, então foi a oportunidade de conhecer outras narrativas sobre o Ceará, o percurso histórico que impõe o apagamento de populações negras que também é destacado dele. Enfim, as origens africanas são cuidadosamente trazidas em sua participação, sobre sua trajetória, ele afirma:

[...] vamos pelo princípio, ele é filho de, de pais negros, a mãe lavava roupa, o pai servidor municipal, trabalhava na prefeitura, é (breve silêncio). A minha formação política, ela nasce dentro do grupo de jovens, grupo de jovens da igreja católica ligado, na década de 80, a Teoria da Libertação. Eu tive muita sorte, porque é a minha formação educacional na época primeiro grau, segundo grau, ensino médio e todo fundamental (inaudível) foi toda dentro do período militar [...] (MUVUNGE, 2024).

A relação com o grupo católico se aprofunda e o grupo do qual ele faz parte, ganha um espaço físico. Nesse espaço eram desenvolvidas atividades diversas, entre elas o teatro. Durante uma encenação da Paixão de Cristo, Muvunge sofre um episódio de racismo, inclusive por parte dos amigos que constituem o grupo. Esse episódio marca sua trajetória. E o que reverte esse episódio? O vinil Missa dos Quilombos, de Milton Nascimento, “e aí eu fui lendo o encarte, todo o processo das músicas e isso foi me dando uma consciência negra” (MUVUNGE, 2024).

Ainda sobre sua trajetória, ele relata que:

⁸¹ Nome fictício do entrevistado, a palavra escrita em bantu, significa protetor.

A gente construiu uma formação chamada consciência crítica no qual né, o professor, historiador e ex-padre, Eduardo Ronald, belga ele deu essa formação e ela na, nessa formação ele fala, já que era consciência crítica, ele fala da consciência negra, porque ele associava e eu lá perguntei a ele, me interessei, ele me deu o endereço aí eu entro dentro do Movimento Negro (MUVUNGE, 2024).

Muvunge também relata sua entrada na Universidade, no qual o vestibular “era estratégia da classe dominante de impedir que os trabalhadores e filhos de trabalhadores entrasse na Universidade”. Então, os fatos citados pelo entrevistado demonstram que já na década 80 há uma disputa pelos espaços de poder, como as Universidades. Felizmente, as cotas passaram a existir e a buscar uma equidade nesse processo, o que foi fortalecido com as leis 10.639 e 11.645. Nilma Lino Gomes (2021) acentua que:

Quando a educação insiste em reforçar a ideia de civilização como algo próprio do mundo Ocidental; quando trabalha com a lógica de que a ciência ocidental é a única forma de conhecimento legítimo e validado; quando subjuga os conhecimentos produzidos no eixo Sul do mundo a meros saberes rudimentares; quando reforça valores, idiomas, padrões estéticos e culturas ocidentais e urbanas, apagando a diversidade de formas de ser e de constituição linguística, de formas de Estado, de processos culturais e políticos; quando despreza os conhecimentos locais, não ocidentais, as culturas produzidas pelos setores populares, as religiões que não se baseiam na visão cristã de mundo e a diversidade de heranças e memórias, ela atua de forma excludente e violenta. E ao fazer isso, organiza-se, reproduz e perpetua a colonialidade (GOMES, Nilma Lino, 2021, p. 437).

Seu percurso, começa no curso das Letras, mas sua formação ocorre nas Ciências Sociais. Infelizmente ele migra para o campo da História⁸², pois relata que há uma dificuldade da área que “não conseguia responder algumas questões raciais”. Nesse momento, percebi proximidades em nossas trajetórias e como mesmo havendo uma diferença entre nossas conclusões de curso, o debate racial continua sendo mitigado. Durante a conversa, vários elementos sobre a África e aspectos africanos são citados também.

A gente fala no nosso dia a dia palavras em kikumdu e kikongo aqui no Ceará, sem saber, camundongo, moleque, Caponga ééé, munheca, umbigo, bunda né, se você colocar no google dicionário kikumdu, ou dicionário kikongo você vai encontrar varais palavras que agente pronuncia no dia a dia, existe um bairro, um bairro não uma rua em Messejana, antes você de entrar na perimetral, o nome da rua é mucambu né, você, você, olha, é, é algumas cidades do interior mulungu entende e não se tica sobre isso, entende? (MUVUNGE, 2024).

⁸² A nova história da escravidão é o que captou a atenção de Muvunge na História.

As relações do Ceará com o Ioruba e Bantu são destacadas, além também dos Geges. Os casamentos entre indígenas e os africanos do Congo, dando origem aos cafuzos. A língua, como citado acima, que também mostra a incontornável presença do negro no Ceará, há muitos anos. A entrevista com o Muvunge foi sinalizando a urgência de resgatar esses saberes além da necessidade de ampliar as relações entre a Universidade com outros outros campos de saberes.

Nesse sentido, no decorrer da conversa, ao ser perguntado onde sua trajetória e a Museu do Ceará se encontram, ele relata que:

[...] a minha relação com o museu inicialmente se deu através de uma amiga, que era diretora do museu, que era a Cristina Holanda, na gestão da Cristina Holanda o museu abriu o espaço para o movimento negro, para debates sobre a questão negra, então é tanto que tem um livro, *Negros no Ceará*, ele foi construído a partir de um seminário que houve lá e depois quando terminou o seminário, a Cristina mandou um e-mail para todos nós que que apresentamos né uma reflexão nos dias escolhidos que era de transformasse nossa fala em um texto e aí o livro foi muito procurado [...] (MUVUNGE, 2024).

É citado por Muvunge, assim como Cristalina o seminário *Negros no Ceará: história, memória e etnicidade*, que também é o título do livro, resultado das comunicações feitas por vários intelectuais que participaram do evento. Infelizmente, também é relatado por Muvunge que houve uma grande procura pelo livro, mas que não foi realizada outra edição, ou a impressão de mais exemplares, ele não sabe dizer o que decorreu. Durante sua fala, surgem indicações do que houve no período que vai de 2013 a 2019. Muvunge declara que:

então teve um tempo que eu fui chamado depois que a Cris saiu né, da diretoria, eu fui chamado pela nova diretora para conversar sobre uma nova né, exposição sobre o negro lá e eu fiz um discurso de (inaudível) nós passamos assim uma duas horas no museu conversando e eu achei massa né, eu disse que poderia mudar, ir além da escravidão e da abolição, falar sobre a resistência, existem muitas coisas e tal, até hoje nada mudou [...] (MUVUNGE, 2024).

A conversa, ocorreu no ano de 2017, no dia 16 de novembro. O relato de Muvunge denota que houve um diálogo para que mudanças sejam realizadas, no sentido de avançar no debate racial proposto na exposição, o que conversa diretamente com as falas de Romeiro e Cristalina trouxeram em suas entrevistas, mas há uma descontinuidade. Muvunge também menciona que na reunião havia cerca de apenas quatro pessoas. Abaixo, temos a imagem do convite publicado nas redes sociais do Museu do Ceará.

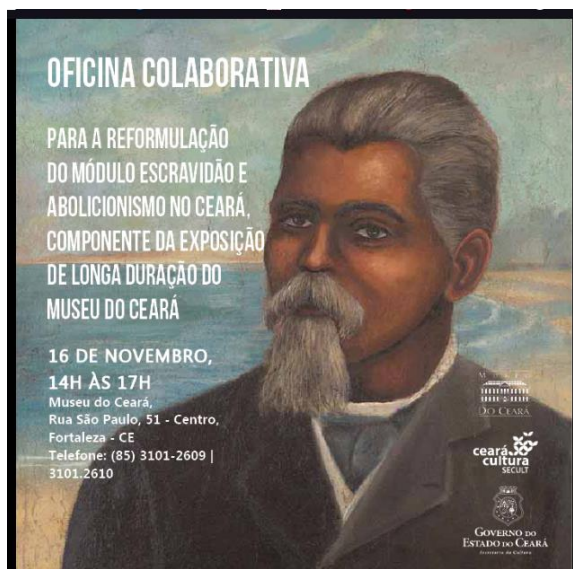


Figura 13 – Publicação na rede social do Museu do Ceará

Na imagem temos Chico da Matilde, popularmente conhecido como Dragão do Mar, mas de acordo com Muvunge, é José Napoleão, ex-escravizado que inicia o movimento de não embarcar pessoas escravizadas e é ele também que indica Chico da Matilde como representante do grupo, assim, o movimento abolicionista elege Dragão do Mar como herói, fazendo com que a iniciativa coletiva, que Muvunge frisa, apagando José Napoleão da história oficial.

Para finalizar a participação de Muvunge, trago também sua percepção sobre o espaço do museu e os discursos que também constituem esses espaços de poder, memória e patrimônios. Ele declara que:

[...] quando eu faço essas leituras eu chego dentro do museu né e ao ler é, é, é o Girão eu começo, eu o Alex que as únicas obras que tem sobre o negro elas ou estão dentro de uma perspectiva da escravidão ou dentro de uma perspectiva da abolição, na escravidão os negros não são protagonistas, são apenas meros atores e também na abolição também não são protagonistas porque a abolição é feita a partir de jovens de classe média, brancos que resolvem né, por um sentimento altruísta dar a liberdade entende? E isso era reproduzido nos museus, todos os museus do ceara no quesito negro eles passam a trabalhar ou escravidão ou abolição. É só ir em Redenção [...] (MUVUNGE, 2024).

O destaque feito por Muvunge também demonstra uma limitação dos museus quanto as narrativas apresentadas, isso se deve, ao menos no diz respeito ao Museu do Ceará aos objetos que constituíram a exposição Ceará: História no Plural, parte deles doados pelo Museu do Abolição. Demonstrando que desde 1884 até a contemporaneidade

a Abolição é destacada como um fato histórico que “iluminou” as terras cearenses, ainda que haja um olhar e discussões que tencionam e criticam a apropriação do acontecimento.

5.4 Mudanças no Museu do Ceará

A partir de 2013, como ficou a instituição, mas em especial a exposição Ceará: História no Plural? Segundo relatos houve uma forte crise na instituição, o que levou em 2019 ao fechamento do Palacete Senador Alencar e a transferência para o Anexo Bode Ioiô. Como não foi possível incluir o relato de um ex-colaborador para que os últimos anos fossem analisados, a estratégia foi acompanhar as publicações no site⁸³ da SECULT, assim como as publicações em redes sociais. Também foi dito, em algumas das entrevistas que o Museu do Ceará não possuía prioridade frente a outros equipamentos da cultura.

Em relação aos anos de 2013 e 2014⁸⁴, não constam nenhuma programação oficial. Cristalina, relatou durante a entrevista que até recentemente, o equipamento do Museu do Ceará não possuía assessoria de imprensa própria, a SECULT estava a frente dessa demanda, inclusive as redes sociais também eram geridas pela Secretaria. O que talvez explique, a inexistência das publicações referentes aos anos de 2013 e 2014.

Em 2015, apesar de ocorrer alguns meses sem publicação, há uma intensa programação ao longo do ano (maio, junho, agosto e dezembro), que contou eventos de várias temáticas, entre as atividades houve palestras, cursos, seminários, exposições de curta duração, exposições itinerantes, oficinas. O que constata que o equipamento continuou em diálogo com a sociedade e refletindo sobre questões sociais. Durante 2015, nenhum evento dialogou com a temática racial, ao menos, não diretamente. Chama atenção, a mudança do nome da exposição de longa duração, Ceará: Uma História no Plural.

Em 2016, as publicações têm um caráter mais periódico, e em novembro, apenas o debate sobre a questão racial surge em duas atividades, são elas: “Histórias e desafios da questão negra na sociedade brasileira” (palestra) e “Pode me chamar de Nadi”

⁸³ Para ver mais, acesse: <https://www.secult.ce.gov.br/category/museu-do-ceara-programacao/>.

⁸⁴ Para ver mais, acesse: <https://www.secult.ce.gov.br/2014/07/21/julho-2014-museu-do-ceara/>.

(curta-metragem) exibido no “História com Pipoca”, uma roda de conversa e a oficina destinada a professoras e professores também aparecem na programação. Então a oferta de atividades que reflitam sobre as questões raciais fica restrita ao “novembro negro”. O que indica que a discussão ficou apenas na exposição, no módulo Escravidão e Abolicionismo.

Em 2017, dois meses abrangem em suas agendas, a temática racial. Durante outubro, ocorre o seminário “Memória e Verdade”, curso de formação do Inegra, com o título “Interseccionalidade: Feminismo Negro – Mulherismo” e também o curso Mulheres negras e povos de terreiro, também relacionada a Inegra (Mulheres Negras e Quilombolas). Já no mês de novembro, acontece a oficina colaborativa para reformular o módulo Escravidão e Abolicionismo, citada por Muvunge, e uma palestra sobre o dia da Consciência Negra, além da reabertura do módulo. Segundo Muvunge relata que não houve mudanças no módulo.

Por fim, em 2018, os meses de janeiro a maio, possuem publicações de agenda, mas em nenhuma delas há citação da temática racial. Em relação aos anos de 2019 há publicações nas redes sociais, inclusive informando o fechamento do equipamento. Durante a pesquisa, o maior destaque é a permanência da exposição de longa duração, Ceará: História no Plural (passa a ser chamada Ceará: Uma História no Plural) a necessidade de avançar nas discussões, é demonstrada apenas em 2017, e isso se relaciona também com a crise do equipamento, percebida não só estruturalmente como pela ausência⁸⁵ do núcleo educativo e outros elementos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa que tem como resultado essa dissertação começa a partir do incomodo. O incomodo de não entender ou não perceber, ou até mesmo não aceitar o lugar das populações negras no Museu do Ceará. O processo que envolveu a leitura de

⁸⁵ Dona Leopoldina relata que já nos anos de 2008 a 2012, o número de estagiários nos equipamentos culturais começou a diminuir, ela cita que a diminuição se deu até a extinção dos estagiários, o que afetou diretamente o núcleo educativo do MUSCE. Ressalto que era a partir do dialogo com os e as visitantes é que a exposição Ceará: História no Plural foi estruturada, sem isso, a exposição perdeu, e muito as possibilidades de confrontar as memórias oficiais.

referências bibliográficas sobre as questões raciais, os cursos que participei para aprofundar as leituras, as entrevistas que compõem esse trabalho, em especial a do Muvunge, que trouxe um resgate histórico e social da presença africana no Ceará, a escrita que é produto direto desse percurso.

Como objetivo geral, elegi que a intenção era a de analisar como o Museu do Ceará comunica as questões raciais. O que foi feito a partir da análise da exposição Ceará: História no Plural. As entrevistas realizadas a traçar como entre 2008 e 2013, principalmente o museu trouxe o debate racial, não só com o módulo Escravidão e Abolicionismo, mas a partir da relação intrínseca com os demais módulos, ou seja, sem aprisionar as populações negras nessa dicotomia, trazendo suas dimensões culturais, econômicas e sociais.

Como objetivos específicos investigar quais as representações são atribuídas a população negra na sala “Escravidão e Abolicionismo”, onde a resistência dessas populações confrontava a brandura do movimento abolicionista, a partir da proa do barco Laura II, a calunga que “representa um ser supremo que possui o poder de evocar antepassados” (Museu do Ceará, 2010) e o vestido de princesa de Maracatu que traz toda a beleza e monumentalidade, o que coloca a pessoa negra do lugar de agente da cultura.

Além disso, também como objetivo específico busquei o interpretar como esses discursos/representações afetaram as identidades negras no território cearense. Nesse sentido, enquanto na exposição Ceará: História no Plural havia a mediação do percurso expográfico pelo núcleo educativo do museu, as narrativas trazidas confrontavam as memórias oficiais, os heróis e heroínas eleitos, o que trazia para as populações cearenses uma outra dimensão da participação e importância das populações africanas e afro cearenses.

Para pensar a exposição Ceará: História no Plural e seus objetos, também é importante refletir sobre como os museus e acervos comunicam “discursos seletivos”. Ressaltando que:

As coleções de objetos e imagens assumem um papel central nessa abordagem curatorial, tornando-se não mera evidência, dimensão comprobatória ou instrumento de evocação ou celebração, mas dimensão documental pela qual a sociedade pode ser compreendida. Nesse sentido, as próprias coleções museais passam a ser tomadas como expressão social, visto que as práticas de seleção,

descarte e doação de artefatos constituem elas próprias discursos seletivos que operam um primeiro problema semântico a ser interpretado pelos curadores (CARVALHO; MARINS; LIMA, p.13, 2021)

Esses discursos, também podem trazer tensões para o espaço do museu e suas exposições, no caso do museu do Ceará, a partir do momento que as visitas passam a serem livres, sem nenhuma mediação (o núcleo educativo deixa de existir), a exposição e o museu perdem a possibilidade de apresentar os contrapontos. O que não só sinaliza a descontinuidade dos avanços feitos em outras gestões, como debilita a própria exposição, que foi elaborada como uma exposição dinâmica e dialógica, como eixos da exposição.

Assim, como meu percurso organiza as várias contribuições que o Museu do Ceará proporcionou entre os anos 2000 a 2013, ele também perde um espaço significativo quando trata das temáticas, não só as raciais, em períodos datados. Como o 25 de março, data em que é “celebrada” a Abolição da Escravatura no Ceará, ou no 20 de novembro, dia da Consciência Negra. No percurso da pesquisa, a necessidade de pautar as questões raciais como algo que atravessa a vida das pessoas, ficou evidente. Ao entender que as relações sociais também são atravessadas pela dimensão étnico racial.

As certezas que se tornaram dúvidas, a narrativa de que “não há negros no Ceará” é agora percebida como uma estratégia de negar não só o passado também escravocrata do estado, ainda que com suas singularidades, mas o de levar para o futuro a representação de uma Abolição fabulada, no qual Sebastianas, Pretas Simoas, Josés Napoleões não existem, e apagando as intensas movimentações que tornaram possível a liberdade dos seus. Por fim, registro também a importância de uma educação antirracista que busque dialogar com todas as referências de patrimônio e cultura, com as origens indígenas e negras no Ceará. Que a questão racial seja tratada com o devido respeito e cuidado, que haja espaço para criar espaços de memória onde não só as histórias oficiais sejam contadas, mas também todas as outras.

Que assim, como o Museu do Ceará já fez, que as questões sejam dialogadas com o passado a partir não só dos objetos, mas de perguntas e críticas. Essa dissertação, portanto, busca contribuir no percurso de quem assim como eu, percebeu na ausência da formação uma imensa possibilidade de aprender com o passado, questionando as motivações, tensionando os porquês. Que assim como Janaina Mello (2013) repensemos nossas heranças.

Patrimônio, herança, ou seja, aquilo que é adquirido por transmissão, vindo de gerações anteriores. Esse “patrimônio” compartilhado por um grupo é composto por valores e julgamentos que são expressos e representados em práticas e manifestações culturais com todo um sistema de significados que lhe é subjacente. Assim, se a tradição é vista como algo imutável, isso faz com que o patrimônio cultural seja visto também como algo cristalizado no tempo e no espaço. Por isso a necessidade de tornar esse patrimônio “plástico”, maleável, flexível, adaptado aos novos tempos e às demandas dos grupos sociais que tem conquistado voz e vez na sociedade brasileira das últimas décadas (MELLO, 2013, p. 56).

A autora, Janaina Mello (2013) destaca também que refletir sobre as questões do patrimônio, da memória, dos museus não estejam dissociadas das demandas sociais, ou seja o exercício de não só pensar como a racialidade é comunicada em museus, como também trazer para esses espaços os outros saberes, para construir outros formatos de museus, para olhar para a história a partir de outros lugares.

Entender que o Museu do Ceará faz parte do passado, mas continua se reinventando, assim como utilizando o seu acervo para propor perguntas, sobre quem, quando e o que. Que o Museu do Ceará siga tensionando as visões cristalizadas, que as percepções da curadoria das exposições estejam sensíveis e atentas as questões sociais abordadas em seus espaços, que toda a sociedade possa se ver dentro dos museus e que esses lugares não sejam apenas os da servidão ou morte, mas também de vida e poder.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Karla Torquato dos. **As memórias e narrativas de “Seu Mendes” sobre a “Praça do Leões” em Fortaleza-Ce.** ISBN: 978-85-7315-769-7 Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268780571_ARQUIV_O_Textocompleto-Karla.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2023.
- ASSIS, Washington; SOUZA, Sergio de Souza. Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. **Simbiótica**, vol.6, n.1, jan.-jun. Vitória, Brasil, 2019. pp. 159-171. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i1.27200>. Acesso em: 16 de junho de 2023.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade** – o negro no pensamento museal. 1.ed. – Curitiba: Appris, 2018.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silvana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021, p. 111-134. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-07> Acesso em: 11 mar. 2023.
- BARRETO, Héctor Cândido Oliveira. **Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz”: ensino de história e memórias do pós-abolição no enfrentamento à invisibilização afrocearense.** Orientador: Franck Pierre Gilbert Ribard. 2023. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Mestrado Profissional em Ensino de História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BAIRRÃO, J. F. M. H. (2003). **Raizes da Jurema.** Psicologia USP, 14(1), 157-184. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42395/46066>. Acesso em: 17 de out. de 2024.
- BECKER, H. S. (2014). **A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa.** *Revista De Estudos Empíricos Em Direito*, 1(2). Disponível em: <https://doi.org/10.19092/reed.v1i2.18>. Acesso em: 20 de março de 2024.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil** In Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BITTENCOURT, Jose Neves. **Cultura Material, Museus e História: algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser.** Revista Eletrônica Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

BRASIL. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta.** -- 3. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2020. 2 v. em 1. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243294>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2024

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 15 Jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 3. ed., Petrópolis, Vozes, 2007.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.** Chapecó, SP: Argos, 2006, 135p.

CHAGAS, Mário; SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura (org.). Ministério da Cultura do Brasil. **Política Nacional de Museus: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus de Centros Culturais. *Museologia: sem certeza e sem ingenuidade.* Salvador: MINC-IPHAN-DEMU, 2005 (RELATÓRIO 2003-2005).

CARVALHO, Vânia Carneiro de; MARINS, Paulo César Garcez; LIMA, Solange Ferraz de. Curadoria em museus de história. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 29, p. 1–24, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29e40. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/189321>.. Acesso em: 13 mar. 2025.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. et al. (org) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Fortaleza, capital do Ceará**: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará – 2014.

COSTA, Yazid Jorge Guimarães. **Museu, memória e patrimônio**: uma trajetória de transformação no Museu do Ceará (1990-1998). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2012.

CLIFFORD, James. **Museus como zona de contato**. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza, Valquíria Prates. Periódico Permanente, v. 7, n. 6, 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/museus-como-zonas-de-contato>. ISSN 2318-4647. Acesso em: 14 de abril de 2024.

CUNHA JUNIOR et al. (org). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (org). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá**”: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850-1881. 2005. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FREITAS, Altieres Dias de. **Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/Colonialidade** – Universidade, Horizontes Utópicos e Desafios Teóricos. REALIS, v.8, n. 02, Jul-Dez. 2018 –ISSN 2179-7501.

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (org). **Histórias de negros no Ceará** [recurso eletrônico] - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 248p.

GIL, C. Z. de V., & MEINERZ, C. B. (2017). **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais**: possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, 35(1), 19–34. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.436>. Acesso em: 13 de março de 2024.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Ed. Record, São Paulo, edição 9, 2005.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Museus e memória indígena no Ceará**: uma proposta em construção. Fortaleza: SECULT, 2009.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

Gomes, N. L. (2021). O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista De Filosofia Aurora*, 33(59). Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

GOMES, Virgílio Nogueiro. Maracatu Rei de Paus Campeão. Disponível em: <https://www.virgiliogomes.com/index.php/cronicas/335-maracatu-rei-de-paus-campeao>. Acesso: 18 de nov. de 2024.

GOMES, Virgílio Nogueiro. Carnaval e Maracatu. Disponível em: <https://www.virgiliogomes.com/index.php/cronicas/334-carnaval-e-maracatu>. Acesso em: 18 de nov. de 2024

GOMES, Virgílio Nogueiro. Oxóssi. Disponível em: <https://www.virgiliogomes.com/index.php/cronicas/426-oxossi>. Acesso em: 18 de nov. de 2024.

GOMES, Virgílio Nogueiro. Rei de paus campeão 2012. Disponível em: <https://www.virgiliogomes.com/index.php/cronicas/436-rei-de-paus-campeao-2012>. Acesso em: 18 de nov. de 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2015. 148 p.: il.; 16x23cm. – (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 7). ISBN 978-85-7334-278-9.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932 - 1942)**. 2004. 249p. Dissertação (Mestrado) em História Social.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Negros no Ceará**: história, memória e etnicidade. Fortaleza: Museu do Ceará. Secult. Imopec, 2009.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Quantos museus há num museu?** Análise da trajetória do Museu do Ceará e sua contribuição para a história das coleções museológicas no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 97-113, nov. 2017.

HURSTON, Zora. **O que os editores brancos não publicarão** (Tradução) / Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais (Texto de apresentação - Messias Basques). v. 1 n. 1 (2019): Ayé: Revista de Antropologia.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. **Caminhos da memória: museu, memória e cultura afro-brasileira.** – Brasília, DF: IBRAM, 2018.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133–163, 2012. DOI: 10.1590/S0101-47142012000100006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39811>. Acesso em: 24 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. **Museu, memória e cultura afro-brasileira.** / pesquisa e elaboração do texto Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: IBRAM, 2018. 88p. : il. ; 20,5 cm. – (Caminhos da Memória) ISBN: 978-85-63078-60-5.

LOPES, F. W. R., & Barreira, I. A. F. (2016). Tempo, Usos e Rituais: intervenções patrimoniais em um “centro histórico”. *Revista De Ciências Sociais*, 46(1), 93-118.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta.** 2006. 126p. Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2006.

MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues; ZURUBAN, Maria Angélica. **Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina.** Museus e Africanidades. Jane Rocha de Mattos (org). Porto Alegre, RS. Edições Museu Júlio de Castilhos, 137-156, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la Colonialidad del Ser: Contribuciones al Desarrollo de un Concepto.** Conferencia sobre “Teoría crítica y descolonización”, em Duke University y la Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill, el 30 de mayo de 2004.

MARTINS, Heloísa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Processo de Abolição no Ceará: História, Memórias e Ensino.** *Revista Historiar*, v.06, n. 11, p.06-25, 2014. Disponível em: Acesso em: 18 de maio de 2024.

MENESES, U. T. B. de. (1994). **Museu Paulista.** *Estudos Avançados*, 8(22), 573-578. Acesso em: 18 de set. de 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9759>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

MELLO, J. C. de. (2013). **A representação social da escravidão nos museus brasileiros: interfaces entre a Museologia e a História.** *Sankofa (São Paulo)*, 6(10), 43-59. Disponível em : <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2013.88893>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

MILLS, Charles W. **O contrato racial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MOURA, Clóvis. **A Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. **Juntar, separar, mostrar** – memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976).174f. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932 – 1976)**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009 (Coleção Outras Histórias, v. 53).

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará. *In*: FUNES, Eurípedes; RAMOS, Francisco Régis Lopes; RIBARD, Franck Pierre Gilbert; RIOS, Kênia Sousa (org). **África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História**. Fortaleza: Editora da UFC, 2010. p. 252-267.

PALITOT, Estevão Martins (org). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza, SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009. 462p.

POMIAN, K. (1985) Coleção: Enciclopédia Einaudi. Vol. I. História-Memória. Einaudi, Lisboa. — (1986) La Culture de la Curiosité. Le tem ps de la reflexion. Gallimard, Paris: 337- 359.

RAFFAINI, P. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 3: 159-164, 1993.

RIBEIRO, A. S., & Ribeiro, M. C. Geometrias da memória: configurações pós-coloniais. Edições Afrontamento. 2016.

SANTOS, Jislaine Santana dos. “**A casa antiga que depende do negro e de sua história**”: Amintas Vieira Souza como “guardião da memória” do Museu Afro-brasileiro de Sergipe. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Departamento de Museologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2016.

SANTOS, Deborah Silva. **Apontamentos sobre narrativas nos museus Afro-Brasileiros**. MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 11, nº22, Jul./Dez. de 2022. Museu e Patrimônio das culturas afrodiáspóricas; 94-116 | 2238-5436 | 10.26512/museologia.v11i22

SANTOS, Núbia Agostinha Carvalho. **Museu e escola [manuscrito]** : uma experiência de mediação entre as crianças de educação infantil e o espaço museológico. 2010. 245f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SAMPAIO, Debora Adriano. **Vozes do silêncio: memória, representações e identidade no Museu do Ceará.** 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SEGALL, Mauricio. **Conferência de abertura do encontro museológico do curso de especialização em museologia.** São Paulo: MAE/USP, 2000.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, may 2003. ISSN 2316-3852. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57. Acesso em: 26 mai. 2023.

SILVA, Ana Paula De Holanda. **O lugar dos conhecimentos afrikanos e da diáspora nas epistemologias das Ciências Sociais do Ceará.** 2021. 197 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2021) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106329>. Acesso em: 12 de maio de 2024

SOUSA, Natália Maia. **Memórias da cidade: Representações de Fortaleza no Museu do Ceará.** 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Univerisdade Federal do Ceará, 2011.

Vieira do Nascimento, M. . (2021). **O desafio da representatividade negra nos museus.** *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(20), 122–128. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/33996>. Acesso em: 20 de jun.

QUERINO, M. **O colono preto como fator da civilização brasileira.** Afro-Ásia, Salvador, n.13, 1980. DOI: 10.9771/aa.v0i13.20815. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815>. Acesso em: 19 de nov. 2024.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas (LIVRO)* Buenos Aires, 2005. Perspectivas latino-americanas. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 24 de mai. de 2023. Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org). Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edição Almedina, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, julho-dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XyKWCCDZPDhQPQSw5XNf8NL/>.

Acesso em: 18 de out. de 2024.

RAMOS, Francisco Régis Lopes; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Museu do Ceará 75 anos**. Fortaleza: Associação dos Amigos do Museu do Ceará; Secult, 2007.

RATTS, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2009.

RUOSO, Carolina. **O museu do Ceará e a linguagem poética das coisas (1971-1990)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará – Coleção Outras Histórias, 54, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007a.**

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. Entre a “negra nua” e a cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil. *In*: ALENCAR, Claudiana Nogueira de; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos as; COSTA, Nelson Barros da (org). **Discursos, fronteiras e hibridismo**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. P. 61-82.

VIEIRA, Guilherme Lopes. **O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica**. Mosaico, v. 8 n. 12 (2017): Patrimônio e Museu. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65900/66865>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

XAVIER, Antônio Roberto, Lisemére Cordeiro do Vale. Colonização e formação da sociedade brasileira: causas, características e consequências. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ECHE), 11.; ENOCNTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO (ENHIME), 1., 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Imprece, 2012. P. 1839-1855.